RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL – RAA



PROGRAMA INTEGRADO DE INCLUSÃO SOCIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA FAMÍLIA PARANAENSE

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR

VOLUME I – DOCUMENTO PRINCIPAL

VERSÃO REVISADA JULHO, 2015

SUMÁRIO

1. INTRODUÇAO	8
2. BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE	11
3. ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE	
4. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	
4.1. COMPONENTES DO PROGRAMA	
4.1.1. Resultados Esperados	
4.1.2. Matriz de Responsabilidades	
4.1.3. Prazo de Execução do Programa	
4.1.4. Vigência de Modificação do RAA	
4.2. ARRANJOS INSTITUCIONAIS DO PROGRAMA	
4.3. CRONOGRAMA GERAL DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE	
4.4 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA FAMILIA PARANAENSE	
5. POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS DO BID	
5.1 OP 703 – Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas	
5.2. OP 102 – Disponibilidade de Informação	
5.3. OP 710 – Reassentamento Involuntário	27
6. ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES AMBIENTAIS ENVOLVIDOS COM O PROGRAMA.	28
6.1. SISNAMA - SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	
6.2. CONAMA – CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	
6.3. MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	
6.4. IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECUR	
NATURAIS RENOVÁVEIS	
7. POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS E LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTAD	UAL
APLICÁVEIS AO PROGRAMA	31
8. SUSTENTABILIDADE DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE	33
8.1. ACOMPANHAMENTO DAS SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	33
8.2. COMPONENTE 2: MELHORIA INTEGRADA DE BAIRROS	33
8.2.1. Promoção da Requalificação Urbana e Integrada de Bairros	34
8.2.2. Serviços e Obras Elegíveis	
8.2.3. Descrição dos Serviços (Execução dos Projetos de Urbanização e Regulariz	acão
Fundiária por empresa contratada):	
8.2.4. Construção de Unidades Habitacionais e Execução de Infraestrutura	
	47
8.2.5. Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	
8.2.6. Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS	
8.2.7. Construção de CRAS e CREAS	
8.2.8. Aquisição de equipamentos e veículos para CRAS e CREAS	50 51
6.2.6. Aquisição de equipamentos e veículos para CRAS e CREAS	31
8.3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DOS 10 MUNICÍPIOS SELECIONAD	51
8.3.1. PIRAÍ DO SUL	
8.3.1.1 Histórico	
8.3.1.2 Dados do CadÚnico	
8.3.1.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense	
8.3.1.4 Atividades Econômicas	
8.3.1.5 Assentamento Vila Nossa Sra. Aparecida	
8.3.2. IMBITUVA	
8.3.2.1 Histórico	
8.3.2.2 Dados do CadÚnico	
8.3.2.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense	69

8.3.2.4 Atividades Econômicas	70
8.3.2.5 Assentamento Arredores Nova Aliança (Vila Zezo)	70
8.3.3. RESERVA	79
8.3.3.1 Histórico	
8.3.3.2 Dados do CadÚnico	79
8.3.3.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense	80
8.3.3.4 Atividades Econômicas	
8.3.3.5 Assentamento Bairro Saraiva.	81
8.3.4. WENCESLAU BRAZ	
8.3.4.1 Histórico	
8.3.4.2 Dados do CadÚnico	
8.3.4.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense	
8.3.4.4 Atividades Econômicas	
8.3.4.5 Assentamento Vila Sem Teto	
8.3.5. CANTAGALO	
8.3.5.1 Histórico	
8.3.5.2 Dados do CadÚnico	
8.3.5.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense	
8.3.5.4 Atividades Econômicas	
8.3.5.5 Assentamento Chimin	
8.3.6. LARANJEIRAS DO SUL	
8.3.6.1 Histórico	
8.3.6.2 Dados do CadÚnico	
8.3.6.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense	
8.3.6.4 Atividades Econômicas	
8.3.6.5 Assentamento Vila CAIC	
8.3.7. REBOUÇAS	
8.3.7.1 Histórico	
8.3.7.2 Dados do CadÚnico	
8.3.7.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense	
8.3.7.4 Atividades Econômicas	
8.3.7.5 Assentamento Vila Facão.	
	131
8.3.8.1 Histórico	
8.3.8.2 Dados do CadÚnico	
8.3.8.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense	
8.3.8.4 Assentamento Vila Santana	
8.3.9. TURVO	
8.3.9.1 Histórico	
8.3.9.2 Dados do CadÚnico	
8.3.9.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense	
8.3.9.4 Atividades Econômicas	
8.3.10. CRUZ MACHADO	
8.3.10.1 Histórico	
8.3.10.2 Dados do CadÚnico	
8.3.10.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense	
8.3.10.4 Atividades Econômicas	
5.5.10.3 Assentamento Bairro São Jose	. 154

9. ANÁLISE DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROGRAMA	163
9.1. Matriz de Identificação e Análise de Impactos das Obras	167
9.2. Medidas de Mitigação e/ou Compensação Ambiental	169
10. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO PARA LICENCIAM	ENTO
AMBIENTAL	
10.1. Normativas da SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídric	cos 175
10.2. Normativas do AGUASPARANÁ- Instituto das Águas do Paraná	175
10.2.1. Outorga	
10.2.1.1 Finalidade da Outorga	176
10.2.1.2. A quem se destina a outorga	176
10.2.1.3. Quem concede a outorga	176
10.2.1.4. Usos que dependem de outorga	
10.2.1.5. Usos que independem de Outorga	177
10.2.1.6. Outorga prévia	
10.2.1.7. Outorga de direito	
10.2.1.8. Requerimento de Outorga	
10.3. Normativas do IAP - Instituto Ambiental do Paraná	
10.3.1. DLAE - Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual	
10.3.2. Forma correta de aplicação da DLAE	182
10.3.3. Quando utilizar a DLAE	183
10.4. Autorização Ambiental – AA	
10.4.1. Quando utilizar a AA	
10.5. Licença Ambiental Simplificada - LAS	
10.5.1. Quando utilizar a LAS	
10.5.2. Requerimento para Autorização Ambiental e Licença Ambiental Simplificada	
10.6. Requerimento de Autorização Florestal	
10.7. Licença Prévia - LP	
10.7.1. Requerimento Licença Prévia	
10.8. Licença de Instalação - LI	
10. 8.1. Requerimento Licença de Instalação	
10.9. Licença de Operação - LO	
10.10. Regularização de Licença Ambiental Simplificada - LASR	
10.11. Regularização de Operação - LOR	
10.12. Licenças Ambientais aplicáveis ao Programa Família Paranaense	
11. SÍNTESE DO PLANO DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO – PRI	
12. SÍNTESE DO PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – PGAS	
13. PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROGRAMA	
13.1. Eventos Públicos Realizados Pelo Programa Família Paranaense	199
14. RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÃO	209
15. EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO E ELABORAÇÃO DO RAA	211
15.1. EQUIPE DE REVISÃO DO RAA	
16. LEVANTAMENTO DE DADOS	
17. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	214

APRESENTAÇÃO

O Programa Família Paranaense configura-se como um conjunto de ações estratégicas do Governo do Estado do Paraná, de atuação integrada e intersetorial, com foco na parceria e na potencialização dos municípios e no protagonismo das famílias. Este programa tem como objetivo priorizar as famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade e risco, propondo melhor condição de acesso à infraestrutura, saneamento básico, educação, saúde, lazer, moradia digna e, consequentemente, recuperação das áreas ambientalmente degradadas. A melhoria na condição de vida das famílias atendidas passa, muitas vezes, pela atenção ao direito à moradia em condições dignas. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas, "o direito à moradia integra o direito a um padrão de vida adequado. Não se resume apenas a um teto e quatro paredes, mas ao direito de toda pessoa ter acesso a um lar e a uma comunidade seguros para viver em paz, dignidade e saúde física e mental" (1948). Neste sentido, justifica-se a participação efetiva da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR nas ações do Programa Família Paranaense.

O presente documento técnico se constitui de um Relatório de Avaliação Ambiental – RAA referente aos três componentes do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense/BID.

O estudo ambiental apresentado tem por objetivo atender às Políticas ambientais de salvaguarda do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, bem como as legislações ambientais Federais, Estadual e Municipal referente à proteção ambiental e ao licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras. As referidas salvaguardas se aplicam a todo o ciclo do projeto, a fim de assegurar a viabilidade das operações ambientais financiados pelo mesmo banco.

O presente relatório, dessa forma atende, concomitante, às condições do BID e dos órgãos ambientais competentes, priorizando a identificação e classificação dos impactos ambientais inerentes à intervenções previstas, bem como sua mitigação por meio de ações previamente determinadas e aprovadas pelo órgão ambiental competente.

Diante desse cenário e a partir dos dados levantados junto aos 399 municípios do Estado do Paraná - foi criado, no âmbito da COHAPAR, em 2011, o Programa Estadual de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários – PEURAP/2011, com o objetivo de atender os Municípios, onde estão localizadas as famílias de alta vulnerabilidade social.

A expressão assentamentos precários compreende os cortiços, as favelas, os loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e os conjuntos habitacionais degradados.

Neste sentido, as ações do Programa PEURAP/2011 visam aproximar a cidade legal da cidade real, adaptando a legislação e as questões urbanístico-ambientais à realidade das favelas. A metodologia utilizada para a identificação e seleção das áreas foi à mesma utilizada pela COHAPAR para a elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS.

As irregularidades urbanísticas são, na prática, um dos maiores entraves à regularização de assentamentos informais. Com a finalidade de combater a situação problema apresentada, o Programa Família Paranaense busca propiciar o acesso das famílias com alto índice de vulnerabilidade e risco, especialmente às residentes em áreas territoriais desarticuladas e excluídas da cidade formal, dando ênfase aos serviços das áreas de habitação, educação, saúde, segurança alimentar e nutrição, meio ambiente e educação ambiental, desenvolvimento comunitário e trabalho.

Este Programa considera vulnerabilidade e risco como determinados por diversos fatores decorrentes de condições urbanístico-ambientais e socioeconômicas, como por exemplo, o local de moradia, o ciclo de vida, o grau de escolaridade, entre outros, que favorecem a exclusão e comprometem as condições atuais e futuras dos indivíduos e famílias, na satisfação das suas necessidades, e interferem na sua capacidade de antecipar, lidar com, resistir e recuperar-se destas situações. O conceito de vulnerabilidade e risco que fundamenta a construção do Programa Família Paranaense decorre do disposto na Política Nacional de Assistência Social – PNAS¹. É consenso que a pobreza e a desigualdade se expressam de formas distintas nas áreas territoriais em que se localiza a população, determinando os graus de vulnerabilidade e risco de um cidadão ou grupo. A regularização e a urbanização dos assentamentos precários visam, fundamentalmente, a melhoria do ambiente urbano, o resgate da cidadania e o acesso ao direito de morar dignamente.

O programa identificou as áreas territoriais que possuíam os assentamentos mais precários entre os localizados sobre aterro sanitário, oleoduto, sistema viário estrutural da cidade, áreas de risco, de preservação ambiental e *non edificandi* (áreas de alta tensão) que foram diagnosticados no Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS. Como os municípios do Estado do Paraná possuem características e situações bastante distintas quanto à precariedade e irregularidade, foi necessário realizar primeiramente uma caracterização física dos assentamentos do tipo FAVELA, considerando as condições do terreno, das

6

¹ Ministério do Desenvolvimento Social (Brasil). Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2005.

moradias, do traçado urbano e densidade e quanto à consolidação do assentamento (inclusive com relação ao percentual de domicílios ligados regularmente às redes públicas).

Foram realizadas visitas técnicas em todas as áreas de intervenção, verificando as condições acima citadas, as legislações pertinentes, levantamentos de caráter social dos habitantes do local (cadastramento das famílias), estudos preliminares de caráter ambiental do local, com relação à hidrogeologia, fauna e flora, área de preservação permanente e unidade de conservação. Foram identificados núcleos que exigiam a abertura ou readequação de sistema viário, implantação de infraestrutura básica, regularização urbanística do parcelamento do solo e fundiária e avaliação das habitações/famílias que poderão ser reassentadas.

1. INTRODUÇÃO

O Estado do Paraná está situado na região sul do Brasil, conta com uma população de 10.439.601 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Apesar de tratar-se de um dos Estados com melhores indicadores sociais do país, o Estado do Paraná ainda conta com núcleos de pobreza persistente. Há 36 municípios com uma taxa de pobreza superior a 40% (IBGE, 2010), muito acima da média do estado de 18,4%. Comparado ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde 10% da população vive em municípios abaixo da média do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal) no Brasil, 33% da população do Paraná vive em municípios de baixo desenvolvimento. Três macro regiões têm mais da metade destas famílias: Metropolitana de Curitiba, Norte Central e Oeste.

A pobreza e a vulnerabilidade no Paraná estão diretamente ligados a precariedade das habitações. Há 3,75 milhões de casas no estado e de acordo com o "Plano Estadual de Habitação de Interesse social" (PEHIS), 204.635 deles estão localizados em assentamentos irregulares, dos quais 101.716 são do tipo favela e 93.219 são em loteamentos irrregulares. Essas comunidades estão concentradas em muitos casos em áreas vulneráveis à enchentes, deslizamentos ou em risco de contaminação, principalmente da água.

A habitação precária no Paraná é resultado principalmente do processo da rápida urbanização que viveram as cidades entre 1970 e 2010, passando de 36,14% para 85,33%. Apesar de projetos de habitação social, as cidades não conseguiram absorver grande parte da população rural que chegavam aos centros urbanos devido às mudanças na estrutura de produção, o desemprego e a frágil oferta dos serviços públicos. Tendo em vista a falta de acesso à moradia formal, muitas famílias optaram por ocupar áreas não loteadas e ilegais, muitas vezes, não propicias para viver. Por tratar-se de áreas irregulares, estas normalmente não recebem investimentos para os serviços de água potável, saneamento, energia elétrica ou pavimentação, uma situação que afeta ainda mais a qualidade de vida das famílias.

Essas famílias formam o público prioritário da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que é organizado no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O mesmo se propõe a prestar serviços de assistência social, organizar e articular a rede de serviços sócio assistenciais. Seus serviços incluem: (i) a proteção social básica de caráter preventivo, oferecido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e (ii) Proteção Social Especial, destinada a reparar a violação de direitos, oferecido através dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS).

O CRAS é a principal infraestrutura e ponto de partida da política de assistência social. Este tipo de equipamento orienta e estabelece procedimentos e fluxos, e cumpre duas funções fundamentais: (i) articulação da rede sócio assistencial vinculando os beneficiários aos demais serviços, e (ii) realização de busca ativa, ou seja, identifica, contata e vincula os usuários que não se apresentam espontaneamente para solicitar apoio da assistência social.

De acordo com a regra vigente, o CRAS oferece, ao menos, Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF), que consiste no trabalho social continuado com as famílias para fortalecer suas habilidades psicossociais, por exemplo, melhorar os vínculos familiares e comunitários e promover o seu acesso aos serviços públicos. Além disso, o CRAS pode contar com o serviço de convivência e fortalecimento dos vínculos, benefícios eventuais de caráter provisório, como nascimento, morte, calamidade pública ou de vulnerabilidade temporária e intervenções relacionadas com capacitação profissional e produtiva.

A expansão da rede do CRAS no Paraná não ocorreu de maneira homogênea. Embora desde 2007 sua expansão tenha acelerado, alguns municípios estão em situação clara de atraso (8 dos 399 municípios do estado não têm CRAS). Muitos desses municípios atrasados apresentam os piores indicadores sociais do Paraná: o dobro da taxa estadual de analfabetismo, cinco pontos percentuais de diferença na taxa de abandono do ensino médio e cinco pontos acima da taxa de distorção idade-série do nível fundamental. Cerca de 50% das mulheres nesses municípios não têm acesso ao pré-natal planejado; bem acima da média estadual de 20%. Estas regiões também apresentam a segunda maior taxa de mortalidade por câncer de colo do útero (45 por 100.000 mulheres) do estado, atras apenas da região metropolitana de Curitiba. Esta situação de desvantagem se repete no nível do PIB per capita, enquanto a média paranaense é de R\$ 17.778, em municípios sem CRAS a média é de apenas R\$ 10.414.

Em relação à disponibilidade de servidores públicos, aspecto crítico da gestão de CRAS, 7% deles não têm coordenador e a maioria dos que existem desempenham simultaneamente outras funções. O Censo SUAS revela que existe uma proporção significativa de coordenadores que desempenham as funções dos técnicos nos CRAS, que ocorre devido à falta de pessoal qualificado e em número suficiente para atender a demanda (IPARDES, 2012).

Apesar dos avanços na ampliação da rede SUAS e na qualidade dos serviços, muitas famílias no Paraná são incapazes de romper com as suas vulnerabilidades e necessitam de uma intervenção estatal sistemática. Seguindo o exemplo do Chile e da Colômbia, em 2007 a

Prefeitura de Curitiba decidiu implementar uma estratégia de acompanhamento às famílias vulneráveis, chamada "Família Curitibana" (FC). Este acompanhamento consistia na implantação de instâncias intersetoriais denominadas Comitês, e na elaboração de um planejamento de ações intersetoriais individualizados, com a oferta de um conjunto de intervenções planejadas de acordo com as necessidades apresentadas pelas famílias. Foi necessário profissionais capacitados para oferecer apoio psicossocial e coordenação para a oferta de serviços prioritários. O Projeto beneficiou aproximadamente 7.000 famílias em Curitiba e 64,3% delas tiveram uma redução em seus índices de vulnerabilidade, construído com variáveis extraídas do Cadastro Único do Governo Federal, tais como condições precárias de moradia, de baixa renda, a falta de qualificação profissional, entre outros.

A estratégia do Estado para atingir a população mais vulnerável é se concentrar nos municípios mais críticos. Em 2011, a SEDS decidiu expandir para todo o Paraná esse modelo de acompanhamento familiar intersetorial, incorporando também outras experiências nacionais "BH Cidadania" e internacionais "Chile Solidário". Assim nasceu o "Programa Família Paranaense" (PFP) que busca priorizar as famílias que vivem em situação de maior vulnerabilidade social, as quais recebem intervenções multisetoriais nas áreas de assistência social, habitação, educação, saúde, trabalho e segurança alimentar, pelo comitê local, tendo como referência os profissionais de CRAS ou de CREAS, com o objetivo principal de promover a qualidade de vida e reduzir as vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias acompanhadas pelo Projeto nos próximos cinco anos.

A SEDS realizou um estudo sobre a assistência social no Paraná cujas recomendações servem de base da atual expansão do Programa Família Paranaense. Entre as dificuldades encontradas pelo estudo se destacam o desequilíbrio entre as funções dos três níveis de governo, a falta de assistência técnica aos municípios - especialmente sobre o acesso aos recursos financeiros, o reduzido número de CRAS e sua presença em grande parte urbana. Com relação a estrutura organizacional, por causa da falta de profissionais e da alta rotatividade, os coordenadores dos CRAS ficam sobrecarregados.

2. BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE

O número total de famílias em situação de extrema pobreza nos municípios alvo é de 43.146 que correspondem a 41,18% das famílias extremamente pobres em todo o Estado. A maioria da população nestes municípios é rural, organizada sob um sistema de agricultura familiar, com baixa produtividade.

Para selecionar os beneficiários e alcançar a meta de 22 mil famílias atendidas dentro dos municípios prioritários, a SEDS desenvolveu o Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF-PR) usando dados do Cadastro Único do Governo Federal. O mesmo leva em consideração quatro dimensões: condições de moradia, o perfil e a composição da família, o acesso ao emprego e fontes de renda e as condições de escolaridade dos membros. Entre os 156 municípios foram também identificados assentamentos irregulares localizados em 10 deles, os quais possuem uma alta concentração de famílias que vivem em áreas de risco ou Áreas de Proteção Ambiental (APP). Os assentamentos irregulares são do tipo favela, o seu tamanho é de 80 ou mais casas por comunidade e pelo menos 30% das casas estão em situação precária.

A modalidade de acompanhamento familiar proposta se baseia em experiências que mostram que a qualidade do vínculo e uma estreita interação com as famílias são cruciais para uma utilização mais eficaz dos serviços. Dentre as principais lições aprendidas verifica-se que as intervenções com a unidade familiar pode ser mais efetivas do que trabalhar com pessoas isoladamente. Também deve ser levado em consideração o ciclo de vida das famílias e indivíduos que necessitam de ações específicas de acompanhamento. Dentro dessa tradição está o PAIF, o qual lançou no Brasil as bases iniciais para a implementação de esquemas locais de abordagem próxima de famílias vulneráveis como a promoção do FP.

Outros programas de acompanhamento familiar mostram resultados promissores, em âmbitos relacionados com este modelo de atenção. A avaliação do impacto do programa "Estados" da Colômbia demonstrou que as famílias que apresentaram um maior nível de conhecimento de programas e serviços, tinham maior probabilidade de acesso e permanência em serviços sociais e maior autonomia, mais chances de entrar e permanecer em serviços sociais. Notavelmente, quando houve baixa frequência de visitas as famílias, houve uma redução no impacto esperados. Por sua vez, a avaliação do programa chileno "Puentes - Chile Solidário" mostrou resultados significativos na captação dos subsídios e da utilização dos serviços sociais, e os ganhos de bem-estar das famílias. As médias dos efeitos ocultam

algumas heterogeneidades, por exemplo, um impacto maior sobre os jovens e as famílias rurais, sendo acentuada diferença em favor deste último na superação pobreza. A avaliação sugere que o nível de habilidade dos gestores sociais e da fidelidade com a aplicação da metodologia, explica em grande parte as variações de impacto encontradas em lugares de mesmo nível por família (World Bank, 2011).

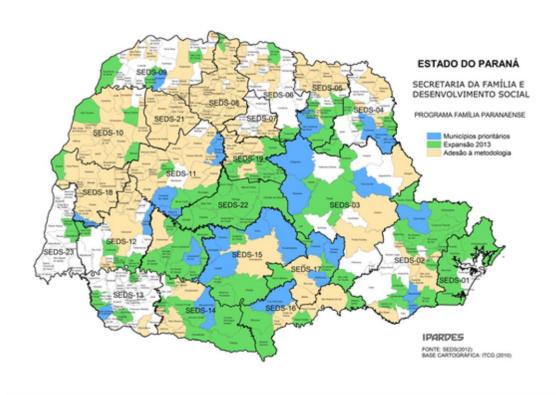
Há três razões que outorgam o valor estratégico da iniciativa do FP: (i) a extensão da cobertura dos serviços sociais e o fortalecimento da capacidade do Estado para acompanhar os municípios que o fortalecerá como articulador de políticas, (ii) o "Brasil Sem Miséria", criado em 2011 pelo Governo Federal, prioriza o acesso de beneficiário dos CRAS por meio de visitas domiciliares e o acompanhamento das famílias vulneráveis. Como se tornou evidente, os municípios ainda estão longe de assumir esses desafios sozinhos, então FP pode ajudar a fortalecer esse modelo, e (iii) a aliança entre os estados e municípios é a opção mais adequada para gerar arranjos locais, que baseadas nas orientações da política nacional, permitam aproveitar os recursos e oportunidades existentes nos territórios para tornar efetiva a atenção à pobreza extrema.

O governo solicitou o apoio do Banco para desenhar, implementar e financiar a fase de expansão do FP. O Banco conta com uma vasta experiência no apoio e na consolidação do SUAS, por meio de operações, cooperações técnicas e diálogo. O programa Família Paranaense complementa diretamente outras operações estratégicas do Banco no Brasil como o programa FORTSUAS (2723/OC-BR), o Programa de Apoio a Reformas Sociais de Ceará PROARES II (2230/OC-BR) e o Programa de Inclusão Social para Jovens do Rio de Janeiro (2762/OC-BR).

A operação responde aos dois grandes objetivos estabelecidos no GCI-9 (AB-2764): a redução da pobreza e da desigualdade e desenvolvimento sustentável, com foco especial nas metas de redução da pobreza extrema e aumento da porcentagem de jovens entre 15 e 19 anos que completam a nona série. A operação também se encaixa em quatro objetivos da Estratégia do País 2012-2014 GN-2662-1), uma vez que contribuirá a nível municipal para: (i) fortalecer a integração entre os programas de transferência e serviços de assistência social, (ii) reduzir as diferenças de qualidade no SUAS, (iii) melhorar as áreas urbanas priorizando as áreas mais vulneráveis, e (iv) melhorar o acesso, a cobertura e qualidade dos serviços materno-infantil e reduzir as desigualdades regionais.

3. ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE

Para focar as ações do FP, a SEDS identificou 156 municípios com indicadores mais críticos de risco e vulnerabilidade. Para isso considerou o Índice de Desempenho Municipal (IPDM), o percentual de pobreza extrema e a ausência ou situação irregular dos CRAS. Esses municípios estão localizados em todo o estado, com uma preponderância na região centro-sul e sudeste. Estas regiões concentram algumas das mais evidentes desigualdades no Paraná, com apenas 10% do PIB estadual.



4. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

4.1. COMPONENTES DO PROGRAMA

O Projeto está estruturado em quatro componentes descritos a seguir, que serão detalhados no Capítulo 03:

COMPONENTE I: Promoção a Autonomia das Famílias em Situação de Vulnerabilidade

O objetivo deste componente é atender aproximadamente 22.000 famílias que vivem nos municípios prioritários do Projeto, viabilizando o acesso aos principais programas sociais de forma articulada, em especial, inclusão produtiva e de trabalho, saúde, educação e assistência social.

Para tanto, serão financiadas as seguintes atividades, entre outras:

- (a) **inclusão produtiva e de trabalho**, por meio de capacitações em gestão de empreendimentos produtivos rurais e inserção laboral em áreas demandadas pelas economias locais, estruturação de novos empreendimentos econômicos e assessoramento técnico;
- (b) **Educação**, por meio da alfabetização de jovens e adultos, qualificação de jovens de ensino médio, oferta de novas vagas para crianças e adolescentes fora da escola, capacitação de professores locais e vagas para crianças e adolescentes em jornada ampliada;
- (c) **Saúde**, por meio do acompanhamento de pacientes crônicos, vacinação e acompanhamento de crianças de até 1 ano de idade em situação de risco e exames pré-natais para mulheres grávidas; e
- (d) Assistência social, por meio da transferência de renda às famílias e transferência de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para fundos municipais de assistência social para apoio à oferta de serviços e benefícios sócio assistenciais e fortalecimento da capacidade de gestão dos municípios.

COMPONENTE II: Melhoria Integrada de Bairros

O objetivo principal deste componente é a melhoria das condições de moradia e das infraestruturas urbana e social em municípios prioritários, a fim de contribuir para a redução da vulnerabilidade social das famílias. O mesmo será composto de duas atividades principais:

Subcomponente 2.1: Promoção de Requalificação Urbana e Integrada de Bairros

Os objetivos do subcomponente são: (i) oferecer moradias às famílias que ocupam ilegalmente áreas de proteção ambiental e/ou áreas de risco, e com pouco ou nenhum acesso à infraestrutura e equipamentos urbanos na área de intervenção; e (ii) promover a reabilitação ambiental das áreas desocupadas. Este subcomponente financiará a regularização jurídica da posse, a infraestrutura urbana básica, além da construção de moradia para famílias residentes nos assentamentos identificados no Projeto, segundo os critérios estabelecidos pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR).

Subcomponente 2.2: CRAS e CREAS

O objetivo deste subcomponente é contribuir para a melhoria da estrutura física e a ampliação da rede de equipamentos públicos de assistência social nos municípios prioritários que não contam com CRAS e/ou CREAS ou naqueles onde os CRAS e/ou CREAS não apresentem condições adequadas para o atendimento da população, conforme critérios definidos no Manual Operacional do Projeto. Neste subcomponente serão financiados a construção de aproximadamente 22 CRAS e 8 CREAS.

COMPONENTE III: Fortalecimento Institucional

O objetivo é fortalecer a capacidade de gestão do Projeto em nível estadual, regional, municipal e local. Este componente financiará as seguintes atividades, entre outras: (i) realização de estudos e diagnósticos, avaliações de resultado, monitoramento e avaliação de impacto; (ii) capacitação das equipes envolvidas na execução do Projeto; (iii) desenvolvimento de materiais institucionais, de divulgação e pedagógicos; e (iv) implementação de sistema de gestão.

COMPONENTE IV: Administração do Projeto

Este componente financiará: (i) as atividades da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP/Família Paranaense - BID), a qual será dirigida tecnicamente pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS); (ii) a empresa de apoio ao gerenciamento das ações do Projeto; e (iii) auditoria externa, caso seja necessária.

4.1.1. Resultados Esperados

- Redução do grau de vulnerabilidade social das famílias com alto índice de vulnerabilidade social atingidas pelo Projeto;
- Melhoria da rede de equipamentos públicos da Política de Assistência Social no Paraná – Melhoria do ID CRAS dos municípios envolvidos.
- Consolidação da proposta de acompanhamento intersetorial para famílias em situação de vulnerabilidade social.
- Melhoria no acesso e uso de serviços em educação, saúde e desenvolvimento sócio produtivo das famílias atingidas pelo Projeto;
- Promover a autonomia das famílias acompanhadas pelo projeto, de modo que estas desenvolvam iniciativas de habilitação social por conta própria após concluírem 24 meses de acompanhamento;
- Incorporação e permanência na escola, nos dois anos de acompanhamento, das crianças de 6 a 14 anos que não frequentavam a escola antes da participação de suas famílias no Projeto;
- Inclusão e manutenção de controles de câncer cérvico-uterino em dia, de acordo com os protocolos de saúde, das mulheres participantes do Projeto;
- Inclusão das mulheres grávidas participantes do Projeto em acompanhamentos prénatais obrigatórios;
- Inclusão de pacientes crônicos (diabetes e hipertensão) em acompanhamento pelo serviço de saúde segundo protocolos correspondentes;
- Incremento da renda de famílias que participarem de ações de apoio ao desenvolvimento produtivo (capacitações da SETS, implementação de projetos produtivos da SEAB, projetos de economia solidária);
- Regularização de lotes e construção de habitações para famílias que vivem em assentamentos irregulares localizados nos municípios focalizados;
- Construção de CRAS e incremento na porcentagem de municípios participantes com CRAS adequado às normas de recursos humanos;
- Construção de CREAS;
- Realização de estudos relacionados a áreas de interesse da gestão para a gestão do projeto;
- Realização de pesquisas de avaliação e de impacto do projeto;

- Consolidação da proposta de acompanhamento intersetorial para famílias em situação de vulnerabilidade social, através de capacitações para os integrantes de todos os comitês e gestores envolvidos no projeto;
- Construção e manutenção em funcionamento de módulos do sistema de registro e monitoramento do projeto.

4.1.2. Matriz de Responsabilidades

COMPONENTE/ SUBCOMPONENTES	META PREVISTA	EXECUTOR
Assistência Técnica e Apoio ao Modelo de Acompanhamento Familiar	Suporte técnico e material para a Política de Assistência Social voltada aos municípios integrantes do Programa Família Paranaense	SEDS
Cofinanciamento dos Serviços da Política de Assistência Social	Incentivo financeiro para os municípios integrantes do Projeto visando à manutenção da Política de Assistência Social	SEDS
Ações de Inclusão Socioeconômica	Ações para a capacitação ao trabalho às famílias atendidas pelo Programa Família Paranaense	SETS
Ações de Inclusão Socioeconômica	Ações para a sustentabilidade das famílias da zona rural atendidas pelo Programa Família Paranaense	SEAB
Ações de Saúde	Acompanhamento das condições mínimas de saúde das famílias beneficiárias do Programa Família Paranaense	SESA
Ações de Educação	Reforço escolar, Educação de Jovens e Adultos e ações educativas voltadas para a família.	SEED
Transferência de Renda às Famílias	Complementação do Programa Bolsa Família do Governo Federal	SEDS
Promoção da Requalificação Urbana e Integral de Bairros	Construção e, reforma de casas, bem como a regularização fundiária de lotes.	COHAPAR
Construção, Reformas, e Aquisição de Equipamentos para Unidades de Assistência Social.		PRED
Fortalecimento Institucional	Capacitação e estudos	SEDS

4.1.3. Prazo de Execução do Programa

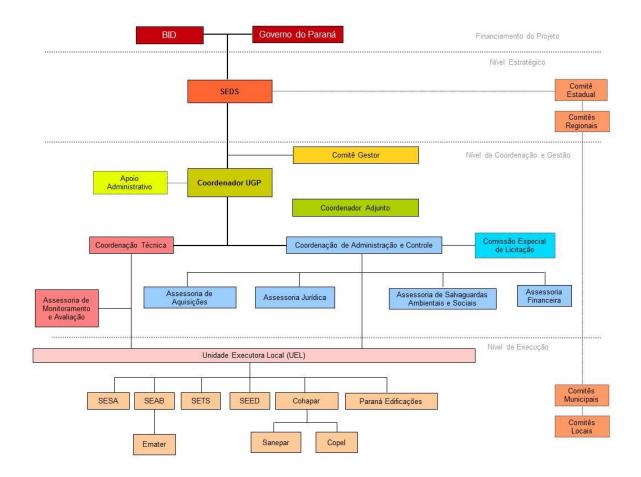
O prazo de execução do Programa é de 5 anos, ou seja, de 2014 a 2019.

4.1.4. Vigência de Modificação do RAA

O RAA é um documento que pode ser revisado em função dos requerimentos derivados da implementação e da gestão do Programa Família Paranaense e regerá desde a sua aprovação por parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID até a finalização do prazo de desembolsos do financiamento. Qualquer modificação que surgir deverá ser canalizada por meio da UGP/Família Paranaense – BID e da equipe da SEDS, que

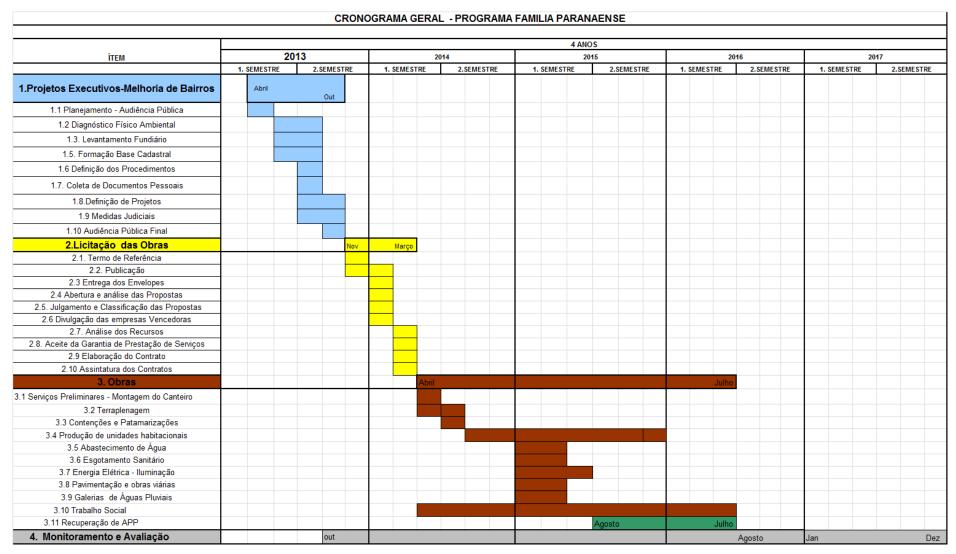
remeterão ao BID para sua análise e não objeção. As novas versões que sejam aprovadas pelo Banco deverão indicar a versão correspondente na capa do documento e ser atualizadas nos sites de consulta pública (SEDS/COHAPAR/SEPL entre outros).

4.2. ARRANJOS INSTITUCIONAIS DO PROGRAMA



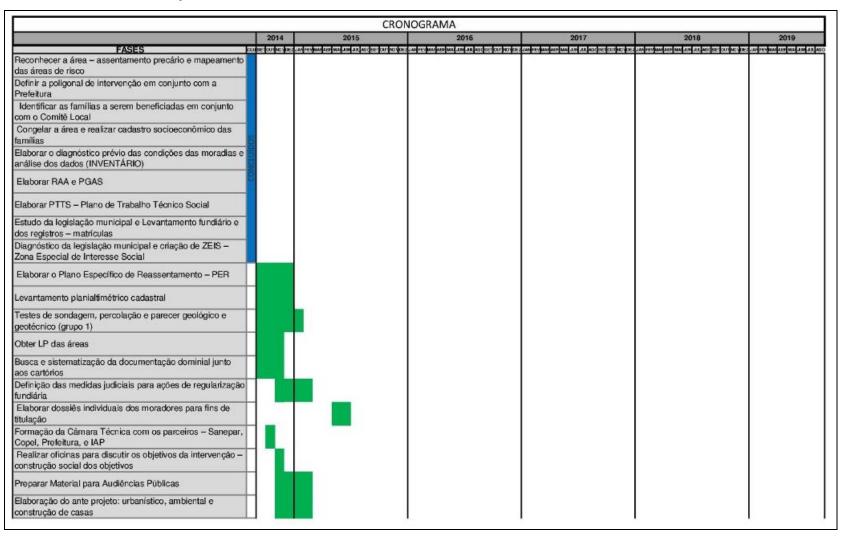
	PI	anilha Arranj					
Unidade de Gestão do Projeto (UGP)	Recursos Humanos	Nº pessoas (Governo)	N° pessoas		sponibilidade Part time	Total	Responsabilidades
Coordenação UGP	Coordenador	1	0	1	0	1	Todos
	Secretaria	0	1	1	0	1	Apoiar coordenador e coord. adj. UGP
Apoio Administrativo	Motorista	o	1	1	0	1	Apoiar coordenador e coord. adj. UGP
	Técnico de Informática	0	1	1	0	1	Apoiar toda a UGP
Comissão Especial de Licitações	Representantes da UGP	3	0	0	3	3	Realizar os processos licitatórios
Coordenador Adjunto	Coordenador Adjunto	1	0	1	0	1	Todos Coordenar o trabalho dos analistas
	Coordenador	1	0	0	1	1	administrativo e financeiros
							2 Analistas financeiros para cuidar das transferências fundo a fundo
Coordenação Administrativo Financeiro	Analista Financeiro	4	2	3	3	6	3 Analistas financeiros para realizar
							repasses e prestação de contas 1 Analista financeiro para coordenar a
							prestação de contas das contrapartidas
	Analista Administrativo	2	1	1	2	3	Coordenar e realizar as aquisições da
Coordenação de Aquisições	Coordenação	1	0	0	1	1	UGP
Coordenação de Figurições	Especialista em Aquisições	2	1	1	2	3	Realizar os processos de compras da UGP
							i Gerenie de Projetos para iazer a
							interlocução com o subcomponente 1.1, 1.2 e 1.6
							1 Gerente de Projetos para fazer a
							interlocução com o subcomponente 1.3 1 Gerente de Projetos para fazer a
Coordenação Tecnica	Gerentes de Projetos	2	3	5	0	5	interlocução com o subcomponente 1.4
							e 1.5 1 Gerente de Projetos para fazer a
							interlocução com o subcomponente 3.1
							e 3.2 1 Gerente de Projetos para fazer a
							:t
Assessoria de Monitoramento,	Especialista em Monitoramento e Avaliação	2	2	2	2	4	
Avaliação e Sistema	Especialista em sistema	0	1	1	0	1	
	Suporte em sistemas	0	1	1	0	1	
Assessoria Jurídica	Procurador	1	0	0	1	1	Assessoria jurídica para todos os contratos de todos os componentes do
Prosessorial Parkacu	Trocurador	•			•	•	projeto
Assessoria de Salvaguardas	Engenheiro Ambiental	1	0	1	0	1	Assessoria de salvaguarda ambiental para os subcomponentes 2.1 e 2.2
Ambientais e Sociais	Especialista em	1	0	1	0	1	Assessoria de salvaguardas sociais para
	Salvaguardas Sociais						os componentes 1 e 2
TOTAL UGP		19	14	21	12	33	
Unidade de Execução Local (UEL)							
	Coordenador técnico	1	0	0	1	1	Interlocutor com a UGP sobre o
Sesa	Analista Administrativo	1	0	0	1	1	subcomponente 1.4 Levantar e validar os gastos relativos a
	Financeiro	-		-	1	1	contrapartida do subcomponente 1.4
	Coordenador técnico	1	0	0	1	1	Interlocutor com a UGP sobre o subcomponente 1.3.1 a 1.3.4
	Analista Administrativo	1	0	0	1	1	Levantar e validar os gastos relativos a
Seab	Financeiro	1	V	"	1	1	contrapartida do subcomponente 1.3.1 a 1.3.4
	A . E					2	Referendar e protocolar as ações
	Analista técnico	2	0	1	1	2	referentes aos subcomponentes 1.3.1 a 1.3.4
	Coordenador	1	0	1	0	1	Interlocutor com a UGP sobre o
	T T						subcomponente 1.3.5 a 1.3.9 Levantar e validar os gastos relativos aos
Sets	Técnico Financeiro	1	0	1	0	1	subcomponentes 1.3.5 a 1.3.9
	Técnico Administrativo	1	0	0	1	1	Formado pelos integrantes da UEL com
	Comissão de licitação	3	0	0	3	3	a função de realizar os processos
							licitatórios Interlocutor com a UGP sobre o
Seed	Coordenador técnico	1	0	0	1	1	subcomponente 1.5
	Analista Administrativo Financeiro	1	0	0	1	1	Levantar e validar os gastos relativos a contrapartida do subcomponente 1.5
	Coordenador técnico	1	0	0	1	1	Interlocutor com a UGP sobre o
							subcomponente 2.2 Coordenar as obras do subcomponente
	Engenheiro ou arquiteto	1	1	1	1	2	2.1
							Realizar repasses e prestação de contas
Cohapar	Analista Financeiro	2	0	2	0	2	e coordenar a prestação de contas de contrapartidas
	Analista Administrativo	1	0	1	0	1	
	Anausta Athinistrativo	1			0	1	Formado pelos integrantes da UEL com
	Comissão de licitação	3	0	0	3	3	a função de realizar os processos
	Coordona don támico	,	0	0	1	1	licitatórios Interlocutor com a UGP sobre o
	Coordenador técnico	1	U	"	1	1	subcomponente 1.5
	Engenheiro	2	0	2	0	2	Fazer supervisao das obras do subcomponente 2.2
	Analista Administrativo	1	0	1	0	1	
Paraná Edificações	A C. E.	_	_	.		_	Realizar repasses e prestação de contas
	Analista Financeiro	1	0	1	0	1	e coordenar a prestação de contas de contrapartidas
							Formado pelos integrantes da UEL com
	Comissão de licitação	3	0	0	3	3	a função de realizar os processos
TOTAL LIET		21	,	7.7	11	22	licitatórios
TOTAL UEL TOTAL GERAL		40	1 15	32	23	55 55	

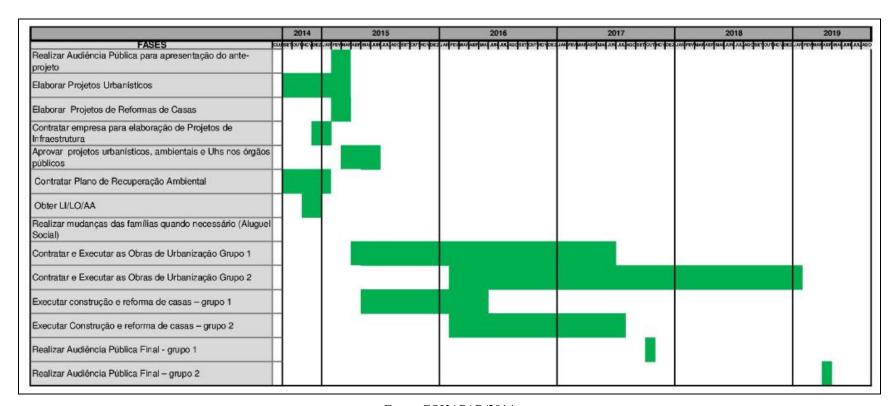
4.3. CRONOGRAMA GERAL DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE



Fonte: COHAPAR/2013

4.4 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA FAMILIA PARANAENSE





Fonte: COHAPAR/2014

5. POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS DO BID

De acordo com as práticas de desenvolvimento sustentável, por meio de sua Política Ambiental, estabelecida pela OP-703, o BID adota de maneira geral um enfoque preventivo frente aos impactos ambientais. No entanto quando eles forem inevitáveis, as operações financiadas pelo Banco, exigirão medidas mitigadoras. Para aqueles impactos que não podem ser totalmente mitigados, é necessário implementar mecanismos de compensação e/ou substituição.

Todas as operações financiadas pelo Banco serão selecionados e classificados de acordo com seus potenciais impactos ambientais. Serndo realizada no início do processo de preparação do Programa, e considera os impactos ambientais negativos, diretos e/ou indiretos, regional ou de natureza cumulativa, incluindo os impactos sociais e culturais relacionadas ao meio ambiente, tanto da operação e dos seus recursos conexos, se for o caso. As operações do Banco serão avaliadas e classificadas de acordo com seu nível de impacto potencial, para que possam definir as salvaguardas ambientais e rever os requisitos ambientais adequados. Esta classificação do impacto ambiental do projeto será divulgada de acordo com a Política de Divulgação de Informações (OP- 102). O Banco avalia periodicamente o desempenho de seus procedimentos de pré-avaliação e categorização.

5.1 OP 703 – Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas

A OP-703 (Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas) do BID classifica os impactos inerentes às atividades alvo do financiamento em três categorias:

- Categoria A: Qualquer operação que tem o potencial para causar impactos ambientais negativos significativos e seus impactos associados, ou tenha implicações profundas afetando os recursos naturais. Estas operações requerem uma avaliação ambiental (EA), especificamente uma Avaliação de Impacto especificamente (EIA). As operações de Categoria "A" exigem salvaguardas de alto risco.
- Categoria B: Operações que podem causar principalmente os impactos ambientais negativos localizados em um curto prazo, incluindo os impactos sociais e para as quais dispõe-se de medidas de mitigação efetivas. Estas operações normalmente necessitam de uma análise ambiental e/ou específicas identificadas durante o processo de seleção, assim como um Plano de Gestão Ambiental e Social.

• Categoria C: Aquelas operações que não causam impactos ambientais e sociais negativos, ou impactos sejam mínimos, são classificados na categoria "C". Estas operações não exigem uma análise ambiental ou social, além de envolver a triagem e escopo para determinar a sua classificação. No entanto, se for considerado adequado, serão estabelecidos requisitos de cuidados ou supervisão. Para tais atividades deverá ser elaborado o Relatório de Análise Ambiental.

O Banco não apoiará operações que envolvem uma conversão significativa ou degradação de habitats naturais, tal como definido em sua política (OP-703), a menos que:

- (i) não existam alternativas viáveis para o Banco que considere aceitável;
- (ii) sejam realizados estudos complexos que demonstrem que os benefícios totais derivados da operação superam os custos ambientais, e;
- (iii) sejam incorporadas medidas de mitigação e compensação aceitável para o Banco, incluindo, como requerido, as destinadas a minimizar perda de habitats e de estabelecer e manter uma área ecologicamente semelhante protegida.

As operações financiadas pelo Banco deverão evitar impactos negativos ao meio ambiente, saúde e segurança humana decorrentes da produção, aquisição, utilização e disposição final de materiais perigosos, incluindo substancias orgânicas e inorgânicas e substâncias tóxicas, pesticidas e poluentes orgânicos persistentes (COP).

A produção, a aquisição, utilização e disposição final de substâncias e materiais perigosos devem ser evitadas sempre que possível, e em outros casos minimizadas.

Dessa forma em atendimento a OP-703, as medidas mitigadoras dos impactos negativos foram, na sua maioria, incluídas nas propostas de intervenções.

Além da OP 703, algumas outras Políticas Operacionais foram acionadas são elas:

5.2. OP 102 – Disponibilidade de Informação

Esta Política define o acesso às informações durante o desenvolvimento e aplicabilidade do Projeto de acordo com 04 princípios: Princípio 1 - Maximizar o acesso à informação, onde o Banco reafirma o seu compromisso com a transparência em todas as suas atividades e, portanto, procura maximizar o acesso a quaisquer documentos e informações que produz. Princípio 2 - Exceções estreitas e claras. As exceções à divulgação vão restringir-se às seguintes possibilidades: danos potencias que afetam interesses de entidades ou partidos decorrentes da divulgação das informações, sendo assim, o Banco está legalmente obrigado a não divulgação, por mais que receba informações e tenha entendimento de que não serão

divulgadas. O Banco pode, em circunstâncias excepcionais, decidir não divulgar informações que seriam normalmente acessíveis, se determinar que o dano que pode ocorrer, superando os benefícios de acesso. O Banco também pode, em circunstâncias excepcionais, disponibilizar ao público informações normalmente excluídas da divulgação quando determina que o benefício supera o prejuízo. Princípio 3: Acesso simples e amplo à informação. O BID irá empregar todos os meios práticos para facilitar o acesso à informação. Diretrizes para a maximização do acesso à informação incluirá procedimentos claros e de baixo custo e prazos para pedidos de processamento e será baseado no uso de um sistema de classificação de informações de acordo com a sua acessibilidade ao longo do tempo. Princípio 4: Declarações de decisões e direito à revisão. Ao negar o acesso à informações, o Banco irá fornecer uma explicação para sua decisão. Solicitantes que acreditam ter sido negado o acesso à informação em violação da política têm o direito de revisão de tais decisões por um Comitê de Informação presidido pela Presidência do Banco.

5.3. OP 710 – Reassentamento Involuntário

Esta política cobre todo o deslocamento involuntário físico das pessoas, causado por um projeto do Banco. Ela se aplica a todas as operações financiadas pelo Banco, tanto público quanto privado, em que o financiamento do Banco é canalizado diretamente (como no caso de empréstimos de investimento) ou administrada por intermediários (vários programas obras, encenado ou crédito multissetorial). Exclui planos de colonização e assentamento de refugiados e vítimas de desastres naturais.

6. ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES AMBIENTAIS ENVOLVIDOS COM O PROGRAMA

O objetivo desse capítulo é subsidiar o Governo do Paraná e possibilitar à população em geral, o acesso à legislação ambiental federal e estadual, de modo a fornecer elementos essenciais no processo de tomada de decisão quando da elaboração e execução das políticas públicas setoriais e no atendimento ao projeto.

A avaliação da sustentabilidade ambiental do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana — Família Paranaense deve ser realizada pela verificação da conformidade de suas diretrizes políticas e objetivos com as políticas públicas socioambientais. Similarmente, a avaliação da sustentabilidade sócio-ambiental dos empreendimentos individuais (projetos) deve ser realizada pela verificação da conformidade dos empreendimentos do Programa às políticas públicas junto ao plano diretor.

O RAA avaliou as diferentes normativas e os atos administrativos emitidos pelos órgãos de controle e gestão urbana e ambiental, considerando o que tenha sido expedido pelos níveis federativos envolvidos, níveis estaduais e municipais do Programa. Abaixo são destacadas as normativas legais Estaduais mais relevantes ao projeto.

6.1. SISNAMA - SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

O Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA foi instituído pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto 99.274, de 06 de junho de 1990, sendo constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e pelas fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, e tem a seguinte estrutura:

- Órgão superior: Conselho de Governo
- Órgão consultivo e deliberativo: Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA
- Órgão central: Ministério do Meio Ambiente MMA
- Órgão executor: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
- Órgãos seccionais: órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;
- Órgãos locais: órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições;

A atuação do SISNAMA se dará mediante articulação coordenada dos órgãos e entidades que o constituem, observado o acesso da opinião pública às informações relativas as agressões ao meio ambiente e às ações de proteção ambiental, na forma estabelecida pelo CONAMA. Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a regionalização das medidas emanadas do SISNAMA, elaborando normas e padrões supletivos e complementares. Os órgãos seccionais prestarão informações sobre os seus planos de ação e programas em execução, consubstanciadas em relatórios anuais, que serão consolidados pelo Ministério do Meio Ambiente em um relatório anual sobre a situação do meio ambiente no País, a ser publicado e submetido à consideração do CONAMA, em sua segunda reunião do ano subsequente.

6.2. CONAMA – CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA é o órgão colegiado de caráter deliberativo e consultivo do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA. Foi criado pela Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente. Essa Lei, regulamentada pelo Decreto no 99.274, de 6 de junho de 1990, com alterações posteriores, disciplina as competências do Conselho. Ao longo de seus 30 anos, o CONAMA já esteve vinculado ao antigo Ministério do Interior - MINTER, à Secretaria Especial de Meio Ambiente da Presidência da República – SEMA/PR e ao próprio Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, antes de ser vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, criado pela Lei no 8.490, de 19 de novembro de 1992.

6.3. MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), criado em novembro de 1992, tem como missão promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade. A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios, constituiu como área de competência do Ministério do Meio Ambiente os seguintes assuntos: I - política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos; II - política

de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, e biodiversidade e florestas; III - proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais; IV - políticas para a integração do meio ambiente e produção; V - políticas e programas ambientais para a Amazônia Legal; e VI - zoneamento ecológico-econômico. O MMA teve a sua estrutura regimental regulamentada pelo Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007.

6.4. IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Muito de como o Brasil percebe a proteção e conservação ambiental atualmente foi consolidado pelo IBAMA. Em 22 de fevereiro de 1989, foi promulgada a Lei nº 7.735, que cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Nesse momento, a gestão ambiental passou a ser integrada. Antes, havia várias áreas que cuidavam do ambiental em diferentes ministérios e com diferentes visões, muitas vezes contraditórias. A responsável pelo trabalho político e de gestão era a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior. A SEMA teve um papel de articulação muito importante na elaboração da Lei 6938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, em vigor até hoje. A lei estabelece o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), único conselho com poder de legislar. A Política, além de objetivar a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental, visa também assegurar o desenvolvimento econômico, mas com racionalidade de uso dos recursos naturais. Foi um grande avanço, principalmente numa época onde a visão que existia era a de desenvolvimento a qualquer preço. Quando a Constituição Federal de 1988 foi promulgada, essa lei foi a única a ser recepcionada na íntegra. Por outro lado, sua efetivação foi construída aos poucos.

7. POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS E LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL APLICÁVEIS AO PROGRAMA

POLÍTICAS DE SALVAGUARDA AMBIENTAL - BID	POLÍTICA E LEGISLAÇÃO FEDERAL	POLÍTICA E LEGISLAÇÃO ESTADUAL
	 Política Nacional do Meio Ambiente/SISNAMA - Proteção e melhoria da qualidade ambiental Lei 6.938/81; Avaliação de Impacto Ambiental Resolução CONAMA 001/86; Revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental Resolução CONAMA 237/97; Política Nacional de Recursos Hídricos / Lei das Águas - Lei 9.433/97; Lei nº 9.433 - Política Nacional de Recursos Hídricos / Lei das Águas. Lei de Crimes Ambientais: Lei Federal 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. 	 Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Lei 11.352/96 Licenciamento Ambiental. Política Estadual de Recursos Hídricos - Lei 12.726/99; Zoneamento e Uso do Solo PEHIS – Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado do Paraná. Emissão Atmosférica: Resolução SEMA 54, de 22 de dezembro de 2006. Lei Estadual 13.806, de 30 de setembro de 2002. Resolução SEMA 058, de 20 de Dezembro de 2007. Supressão Vegetal: Resolução Conjunta IBAMA / SEMA / IAP 07, de 18 de abril de 2008. Portaria n° 225, de 06 de outubro de 2011. Drenagem Urbana: Resolução SEMA 52/2006.
OP 710 – Reassentamento Involuntário Esta política cobre todo o deslocamento involuntário físico das pessoas, causado pelo Programa.	 Fauna e Flora Educação Ambiental: Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 – Politica Nacional de Educação Ambiental. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - institui a política nacional de resíduos sólidos. Lei Federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007 – Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. 	 Emissão de Ruídos: Resolução CONAMA 01, de 08 de março de 1990. Estatuto da Cidades - Política Urbana. Fauna e Flora Taxa Ambiental Aterro Sanitário. Resíduos Sólidos: Lei Estadual 12.493, de 05 de fevereiro de 1999. Resolução nº 275, de 25/04/2001. Áreas de Preservação Permanente - APP: Resolução nº 302, de 20/03/2002. Resolução nº 369, de 28/03/2006. Resolução nº 429, de 28/02/2011.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL APLICÁVEL

NBR 12267 Define Planos Diretores - "Instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados".

Município	Situação do Plano Diretor			
Cantagalo	Em processo de elaboração.			
Imbituva	Em processo de elaboração.			
Wenceslau Braz	Em processo de elaboração.			
	Lei Nº1146 de 06 de outubro de 2008 - Plano Diretor Municipal.			
	Lei nº 1160/2008 Define novo Perímetro Urbano da sede do			
	município.			
Cruz Machado	Lei nº 1216/2009 Sobre o Zoneamento, uso e ocupação do solo.			
	Lei nº 1234 de 20 de abril de 2010 Sobre procedimentos			
	relacionados com Loteamentos.			
	Lei nº 1260/2010 Sobre a hierarquização do sistema viário.			
Laranjeiras Do Sul	Lei nº 004/2003 - Plano Diretor municipal.			
	Lei Nº 012/2003 - Dispõe sobre o Zoneamento do Uso e da			
	Ocupação do Solo.'			
Piraí Do Sul	Lei nº 1509/2006 - Plano Diretor Municipal			
	Lei n°1850 de 08 de dezembro de 2010 - Plano Diretor municipal.			
Prudentópolis	Lei nº 1851/2010 - Sobre o Sistema Viário.			
Trucinopons	Lei nº 1852 - Sobre Parcelamento do Solo.			
	Lei nº 1853/2010 - Sobre Parcelamento.			
Reserva	Lei nº 140/2006 - Plano Diretor Municipal			
Rebouças	Tem Plano Diretor Municipal, mas ainda não foi aprovado pela			
Rebouças	Câmara Municipal.			
Turvo	Tem Plano Diretor Municipal, mas ainda não foi aprovado pela			
16110	Câmara Municipal.			

8. SUSTENTABILIDADE DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE

A sustentabilidade do programa é moldada pelo alto comprometimento das ações do Manual Operacional com o RAA. O forte compromisso do Governo de melhorar diferentes subáreas ficou evidente durante a preparação do programa e pelas autoridades políticas das secretarias e órgãos envolvidos, que explicitamente endossaram as atividades do Programa. O programa é apoiado por uma Unidade de Gestão e por equipes que vão realmente implementar as atividades nas instituições executoras.

8.1. ACOMPANHAMENTO DAS SALVAGUARDAS AMBIENTAIS

A UGP/SEPL, através do assessor de salvaguardas ambientais, acompanhará a implementação das recomendações contidas nos documentos RAA e Manual Operacional. Assim, a UGP consolidará, a cada três meses, a aplicação de um modelo de Relatório de Acompanhamento do Cumprimento das Políticas de Salvaguardas Ambientais a respeito do efetivo cumprimento das recomendações dos referidos documentos junto à COHAPAR. Este relatório será elaborado a partir de informações fornecidas pelos responsáveis técnicos pelo programa. Ao receber estes relatórios trimestrais, será elaborado pela UGP, um relatório semestral de prestação de contas físicas, esse será encaminhado ao BID para análise. Estas etapas deverão ser cumpridas durante todo o processo de execução do Programa Família Paranaense.

Conforme as Políticas de Salvaguardas Ambientais, aplicáveis ao Programa Família Paranaense/BID, foi possível concluir que o único Componente que deverá receber maior atenção será o componente 2: Melhoria Integrada de Bairros, devido às obras e atividades que estão previstas no Programa.

8.2. COMPONENTE 2: MELHORIA INTEGRADA DE BAIRROS

O objetivo principal deste componente é a melhoria das condições de habitabilidade em assentamentos precários e da infraestrutura social em municípios prioritários, a fim de contribuir para a redução da vulnerabilidade social das famílias. O mesmo será composto de duas atividades principais: Promoção da Requalificação Urbana e Integrada de Bairros e CRAS/CREAS, conforme abaixo.

8.2.1. Promoção da Requalificação Urbana e Integrada de Bairros

Os objetivos desse subcomponente são: (i) oferecer moradia às famílias que ocupam ilegalmente áreas de proteção ambiental e/ou áreas de risco, e com pouco ou nenhum acesso à infraestrutura e equipamentos urbanos na área de intervenção; e (ii) promover a reabilitação ambiental das áreas desocupadas. Este subcomponente financiará a infraestrutura urbana, equipamentos urbanos e serviços básicos além da construção de moradia para famílias residentes nos assentamentos identificados no Projeto, segundo critérios estabelecidos pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR).

Inserem-se as ações de urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários (do tipo Favela) em dez (10) municípios do Estado, com a construção e melhoria de moradias, execução de infraestrutura básica (sistema de drenagem, pavimentação, rede de água e esgoto, energia e iluminação pública), recuperação de áreas degradadas, em áreas onde encontra-se as famílias de baixa renda localizadas em áreas de risco.

A COHAPAR em conjunto com a SEDS elegeram os municípios prioritários para atender as famílias vulneráveis socialmente a partir de intervenções físico-urbanísticas e fundiárias. São eles: Cantagalo, Cruz Machado, Imbituva, Laranjeiras do Sul, Piraí do Sul, Prudentópolis, Rebouças, Reserva, Turvo e Wenceslau Braz.

Para relacionar tais municípios foram considerados os critérios de elegibilidade abaixo:

- A relação dos municípios de acordo com os critérios de vulnerabilidade do Programa
 Família Paranaense;
- A existência de assentamentos precários do tipo Favela;
- O adensamento de no mínimo, oitenta domicílios em favelas em cada município;
- A localização geográfica dos municípios, de acordo com a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Paraná;
- A caracterização geral dos assentamentos precários do tipo Favela, em acordo com o PEHIS – Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, atententando-se especialmente à presença de fatores de risco nas referidas áreas.

Nestes municípios, identificou-se um total de 10 assentamentos elegíveis para execução das ações da COHAPAR, com um total de 1116 famílias a serem atendidas de acordo com a tabela abaixo:

Foram definidas 03 ações, com valores de custos por Unidade Habitacional de acordo com Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) do Ministério das Cidades do Governo Federal:

- Urbanização: corresponde ao tipo de intervenção na área do assentamento, com ações de titulação e execução de infraestrutura faltante (sem demandas de obras especiais do tipo contenção e canalização de córregos);
- Urbanização Simples: constitui em intervenção na área do assentamento (remanejamento) no local que engloba a reconstrução e melhorias de moradias, bem como a execução de infraestrutura faltante (sem demandas de obras especiais do tipo contenção e canalização de córregos);
- Urbanização Complexa: constitui em intervenção em uma nova área (reassentamento)
 que engloba a construção de moradias, bem como a execução de infraestrutura,
 podendo ocorrer demandas de obras especiais do tipo contenção, patamarizações,
 canalização de córregos, etc.

As ações serão definidas a partir do inicio da contratação de empresa específica para execução de projeto executivo de urbanização e regularização fundiária de cada assentamento, a serem desenvolvidos em parceira entre a COHAPAR, Prefeituras Municipais, Comitês Municipais e locais do Programa Família Paranaense e equipes técnicas especializadas contratadas pela COHAPAR, para o desenvolvimento dos projetos executivos de urbanização e regularização fundiária dos 10 assentamentos.

Os serviços a serem contratados têm por objetivo ampliar a capacidade de ação da COHAPAR proporcionalmente ao montante de recursos previstos em orçamento para as ações de urbanização e regularização fundiária. Para tanto, torna-se necessário ampliar o quadro de pessoal técnico especializado por meio da contratação de empresas especializadas que permitam dotar as intervenções de suporte técnico-profissional para execução das atividades de regularização fundiária de assentamentos precários em municípios do Estado do Paraná, compreendendo desde o planejamento destas atividades; a elaboração de estudos e diagnósticos técnicos; a apresentação de alternativas técnicas e jurídicas para regularização; a elaboração de projetos e documentos técnicos para regularização urbanística e jurídica; o agrupamento e consolidação dos documentos, relatórios, projetos e memoriais necessários e o encaminhamento da regularização junto aos diversos órgãos competentes; bem como o fornecimento de bens e serviços necessários à realização das atividades previstas.

O trâmite de implementação dos projetos será regido em 03 fases: Pré- urbanização (pré-obra), urbanização (obra) e pós-obra.

Tabela 01 – Fases do Projeto de Execução das obras/atividades

Fase: Pré-urban	ização (Pré-obra)	
Etapa	Atividades	Responsáveis
Serviços iniciais	Contratação da empresa para execução dos projetos executivos	Coordenação: Superintendência de Urbanismo – SUUR/COHAPAR Supervisão: UGP/Família Paranaense - BID Execução: empresa contratada pela COHAPAR
Plano de Intervenção Local	Promover a integração das equipes de trabalho e parcerias no planejamento e acompanhamento do desenvolvimento dos projetos. Execução dos projetos específicos de urbanização e regularização fundiárias Contratação das obras.	Coordenação: Superintendência de
Fase: Urbanização (obra)	
Obras	Elaboração do Plano de Obras. Aprovação do Plano pela UGP/Família Paranaense - BID. Execução das obras. Gerenciamento Social das Obras. Acompanhamento da execução das obras junto com a CREA. Acompanhamento das famílias em processo de remoção. Plantão Social no Escritório Local localizados nas áreas de intervenção. Continuidade na implementação do Trabalho Técnico Social. Implantação de ações de recuperação ambiental. Monitoramento das ações.	Coordenação: Superintendência de Urbanismo – SUUR/COHAPAR Supervisão: UGP/Família Paranaense - bid e Depto. de Obras – COHAPAR Execução: Empresa Contratada pela COHAPAR através de licitação

Fase: Pós-urbanização (F	PÓs- Obra)	
Preparação da saída da área de intervenção	Escritório Local. Articulação com a equipe ampliada	Coordenação: Superintendência de Urbanismo - SUUR/COHAPAR Supervisão: UGP/Família Paranaense - BID Execução: Equipe técnica da COHAPAR
Avaliação de resultados	Elaboração da Avaliação de Resultados do componente Melhoramento de Bairros, com base nos indicadores estabelecidos no Marco Lógico.	Coordenação e Supervisão: SUUR/COHAPAR e UGP/Família Paranaense - BID

8.2.2. Serviços e Obras Elegíveis

Os investimentos em urbanização e regularização fundiária, eleitos para incorporação no componente Melhoramento de Bairros, nos 10 municípios, e seu financiamento com recursos do Projeto são os seguintes:

Tabela 02 – Detalhamento dos serviços e obras

Projeto Executivo de urbanização e Regularização fundiária (ver detalhamento das atividades)	atividades jurídicas, urbanísticas, projetos de infraestrutura, ambientais e sociais, regularização de assentamentos irregulares e titulação de famílias residentes em áreas de assentamentos precários nos municípios de Piraí do
	Contratação de empresa para execução de obras de infraestrutura e unidades habitacionais, de acordo com os projetos executivos e devidas planilhas orçamentárias, nas áreas de intervenção dos municípios de Piraí do Sul, Cruz Machado, Imbituva, Wenceslau Braz, Reserva, Cantagalo, Laranjeiras do Sul, Rebouças, Turvo e Prudentópolis.
2.1 Terraplenagem	Realização de atividades de sondagem e ensaios para caracterização do solo da região, remoção de camada vegetal e solo orgânico, execução de obras de corte, aterro e compactação de aterro e importação e/ou remoção de terra para bota-fora, contenção de taludes (muros de arrimo, retaludamento, etc),

	inclusive escadas de dissipação de energia, banquetas e vegetação adequada,
	entre outras soluções.
2.2 Drenagem de águas pluviais	Execução de obras de implantação de redes de drenagem, inclusive de valas e córregos que atuam como corpo receptor nas áreas de intervenção ou nas áreas degradadas.
2.3 Redes de esgoto	Execução de obras de implantação de rede coletora de esgoto, com as respectivas ligações domiciliares (até o portão, não a ligação intra-lote) construção de estação elevatória e linhas de recalque até a ETE mais próxima. A responsabilidade da implantação dos sistemas de coleta será da concessionária estadual SANEPAR.
2.4 Abastecimento de água	Execução de obras de implantação de rede de distribuição da água potável, com as respectivas ligações domiciliares, inclusive adução e reservação em situações excepcionais. A responsabilidade da implantação dos sistemas de coleta será da concessionária estadual SANEPAR.
2.5 Energia elétrica e iluminação pública	Extensão de redes de fornecimento de energia elétrica e implantação de luminárias, inclusive relocação de postes de transmissão e postes de entrada individual. A responsabilidade da implantação dos sistemas de energia elétrica e iluminação pública será da concessionária estadual COPEL.
2.6 Revestimento das vias	Execução de obras de terraplenagem para abertura das vias, execução de sub-leito, encascalhamento, meio fio, revestimento primário ou flexível, guias e sarjetas, além de obras de arte especiais, como pontilhões ou passarelas, calçadas, sinalização e obras para acessibilidade (rampas para deficiente físico).
2.7 Macrodrenagem (se necessário)	Execução de obras de controle de inundações, galerias celulares, pontes e pontilhões e canalização de córregos.
2.8 Construção de unidades habitacionais	Construção de unidades habitacionais em alvenaria para uso residencial nos casos de reassentamento ou remanejamento interno daquelas em situação de risco, em áreas de interesse ambiental ou situação de interferência com obras, bem como a reposição de moradias precárias.
2.9 Construção de módulos sanitários (se necessário)	Construção de instalações hidráulico-sanitárias em alvenaria para aquelas moradias que não as possuem ou que se encontram em situação precária, compostas por vaso sanitário, caixa de descarga, lavatório, instalação para chuveiro e reservatório (quando necessário), inclusive com ligação domiciliar de água e esgoto.
2.10 Melhorias habitacionais	Reforma e melhoria de moradias com o objetivo de garantir condições adequadas de habitabilidade, salubridade, acessibilidade e segurança, como por exemplo, colocação de rampas e barras, reforma de telhado, reboco, piso, pintura, instalações elétricas e hidráulicas etc.

2.11 Recuperação Ambiental	Execução de ações destinadas a eliminar ou minimizar impactos ambientais negativos nas áreas objeto de intervenção, como reflorestamento com espécies nativas, plantio de grama, implantação de parques lineares, áreas de lazer e equipamentos públicos que favoreçam a apropriação e preservação por parte da comunidade beneficiada.
2.12 Implementação de trabalho social	Implementação de ações de participação, mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e atividades de geração de trabalho e renda destinadas à população diretamente beneficiada pelas intervenções.
2.13 Regularização fundiária	Ações e atividades necessárias para entrega dos registro e titulação dos imóveis das áreas de intervenção.
2.14 Desapropriações	A desapropriação, se necessária, (responsabilidade do município) se dará nos casos de aquisição de imóveis para implantação de loteamentos e construção de unidades habitacionais para reassentamento.

- 8.2.3. Descrição dos Serviços (Execução dos Projetos de Urbanização e Regularização Fundiária por empresa contratada):
- 1. Audiências Públicas: com as famílias dos 10 assentamentos, técnicos municipais, para apresentação dos procedimentos de desenvolvimento do Projeto, o Plano de Trabalho, o Plano de Mobilização Participativa e as equipes técnicas.
- 2. Pesquisa da Legislação Existente: levantamento das leis na esfera municipal, estadual e federal.
- 3. Pesquisa Fundiária e Planta Geral da Intervenção: levantamento Planialtimétrico das 10 áreas e produção da planta geral da situação legal das áreas de intervenção, de acordo com as respectivas matrículas.
- 4. Levantamento de Planialtimetria Cadastral e execução do projeto planialtimétrico: apresentação das curvas de nível e de acordo com a base cartográfica municipal e deverá conter as seguintes informações: a) Definição do perímetro e área do assentamento com denominação das vias lindeiras e de áreas confrontantes; b) divisões internas caracterizando o sistema viário, as quadras e os lotes, incluindo vielas, caminhos de pedestre e escadarias; c) altimetria caracterizando as curvas de nível; d) Cursos d'água, lagos, lagoas, reservatórios, nascentes, áreas de preservação permanente, áreas sobre linhas de transmissão de energia ou sobre dutovias, áreas com vegetação arbórea e áreas degradadas,

árvores com porte acima de 0,25cm de diâmetro; e) Infraestrutura implantada (redes de água, energia, esgoto e drenagem pluvial), pontes e passarelas, entre outros elementos; f) Edificações existentes com definição de seu perímetro e implantação no lote (forma de ocupação), número de pavimentos, tipo de uso (comercial, residencial, serviços, comunitário, equipamentos públicos,etc.), material utilizado na edificação (alvenaria, madeira, sucata, outros), muros e cercas, calçadas e meios-fios, estado de conservação e serviço público disponível; g) levantamento e mapeamento dos equipamentos existentes no entorno do assentamento (tais como escolas, postos de saúde, centros comunitários, CRAS, hospitais, praças, parques e formas de transporte público).

Todas as edificações existentes deverão ser cadastradas fotograficamente com no mínimo 4 (quatro) unidades fotográficas externas de modo a permitir a clara visão do conjunto.

O levantamento topográfico deve preceder ao cadastramento social das famílias da área, o que permite que este último seja relacionado à base física, imprimindo maior coerência às informações no momento das ações judiciais. O levantamento cadastral deve ser integrado com o levantamento social, o que permite a entrada conjunta das duas equipes na área (físico e social), acelerando a execução dos trabalhos e facilitando, pela proximidade das duas abordagens, a participação e a colaboração dos moradores mobilizados em assembleias.

- 5. Levantamento de Caráter Social dos Habitantes das Comunidades e Elaboração e Execução do Projeto Técnico do Trabalho Social:
- Caracterização da população residente nos locais do assentamento a ser regularizado, contemplando informações relacionadas à questões tais como: renda e atividades de emprego/trabalho, educação/escolaridade, saúde/ condições de higiene, bens materiais, segurança/criminalidade/ condições de moradia, entre outros, conforme Modelo de Cadastro socioeconômico a ser definido e aplicado junto à população residente;
- Elaboração e execução do Projeto Técnico do Trabalho Social (PTTS), com enfoque na mobilização participativa;
- Demonstração por meio de tabela, dos dados dos imóveis e moradores que ocupam irregularmente áreas de intervenção, bem como daqueles que irão interferir com o projeto urbanístico e de infraestruturas, atendendo às necessidades de remoção (se for o caso) identificadas nos estudos ambientais;

- O PTTS deverá conter a metodologia, o planejamento de atividades, os instrumentos previstos e o pessoal envolvido durante todo o trabalho da Empresa contratada na sensibilização, mobilização e capacitação da população.
- A tabela de dados deverá conter dados sobre as famílias e edificações devidamente incorporados ao sistema de banco de dados socioeconômico da COHAPAR;
- O PTTS e a tabela de dados a serem elaborados, devem contemplar todos os moradores da área a ser regularizada. O PTTS deverá ser aprovado pela área social da COHAPAR antes do início dos trabalhos com a comunidade.
- Após a realização do cadastro e dos projetos, a consultoria, para facilitar a localização das famílias em seus respectivos imóveis deverá realizar a afixação de adesivo em cada residência, informando a indicação da Quadra e do Lote, o endereço e a numeração predial do município (se houver) o nome do beneficiário principal e seu cônjuge (se houver). Havendo mais de uma família residindo no mesmo terreno, mas em casas diferentes, deverá ser afixado uma identificação em cada casa, distinguindose os domicílios por CASA 1 e CASA 2. A identificação física deverá coincidir com a indicação prevista no projeto, para evitar erros na titulação dos imóveis. Havendo recusa do morador quando à fixação do adesivo identificativo, tal fato deverá ser relatado em documento próprio firmado pelo empregado que fez a primeira visita, bem como pelo seu supervisor, atestando que o domicílio foi visitado novamente por outro empregado da consultoria, havendo nova recusa. Posteriormente o relatório deverá ser encaminhado para a COHAPAR, acompanhado de croqui identificando o domicílio.

6. Estudo Preliminares Básico de Caráter Ambiental

- Caracterização hidrogeológica, através de estudos secundários e primários e ensaios para caracterização do solo e caracterização faunística e florística através de estudos secundários e primários. Relatar a existência ou não de espécies de relevada importância socioeconômica e/ou ameaçadas de extinção;
- Mapeamento das áreas de preservação ambiental permanente e unidades de conservação inseridas nas áreas de intervenção. Este estudo deve contemplar as unidades de conservação localizadas a no mínimo 10 (dez) quilômetros de raio das áreas de intervenção;
- Mapeamento das áreas de abastecimento de água, mineração, agrosilvopastoris,
 parques industriais, entre outras atividades antrópicas que interferem na qualificação

- das áreas de estudo, localizadas a no mínimo 10 (dez) quilômetros de raio das áreas de intervenção;
- Diagnóstico das infrações ambientais que estão sendo cometidas nas áreas de intervenção, correlacionado-as com a legislação em vigor e diagnóstico dos impactos ambientais com análises laboratoriais da qualidade do ar, água e solo e emissão de som, quando necessário, e elaboração de medidas de mitigação e/ou compensação;
- Relatório de Avaliação Ambiental (RAA) Devem ser levantadas e avaliadas as alternativas construtivas e tecnológicas em função das características do ambiente, os impactos sócio-ambientais relativos às etapas do projeto (planejamento, implantação e operação), e a proposição de medidas mitigadoras e programas de monitoramento e controle dos impactos negativos;
- Reuniões com a comunidade de educação ambiental;
- As espécies florestais selecionadas devem ser adequadas às áreas que se pretendem recuperar; para tanto, será solicitada a caracterização das áreas a serem reflorestadas (no mínimo quanto ao bioma, encharcamento periódico, uso do solo, fatores de degradação e possibilidade de mecanização);
- Especificações e quantificações das espécies vegetais a serem implantadas;
- Execução do projeto de recuperação ambiental, mediante implantação florestal, deve contemplar os tratos culturais (controle de formigas cortadeiras e plantas invasoras) por no mínimo 12 meses após o plantio.
- 7. Diagnóstico dos 10 Assentamentos: elaboração dos Relatórios contendo: a) avaliação das condições de infraestrutura e equipamentos urbanos existentes, com identificação das áreas já atendidas e da necessidade de expansão das redes e do serviço público; b) avaliação dos projetos de infraestrutura eventualmente existentes, discriminando os responsáveis e os cronogramas de implantação; c) caracterização das áreas de preservação ambiental e demais áreas de interesse ambiental, com avaliação das possibilidades e condições para a consolidação da ocupação existente e da necessidade de remoção de moradias de acordo com o laudo geotécnico; d) caracterização das áreas de risco de escorregamento de encostas e de inundações, complementada pela avaliação dos setores que devem ser removidos e daqueles em que é possível implantar intervenções de erradicação do risco; e) avaliação da necessidade de adequação do sistema viário e de circulação, com levantamento da necessidade de remoção de moradias.

Reuniões Setoriais com as comunidades para apresentação do Diagnóstico.

8. Projetos de Urbanização e Regularização Fundiária: elaboração de Projeto de Urbanização e Regularização Fundiária (projeto de parcelamento do solo ou planta de alinhamento) e/ou o projeto de recuperação ambiental da área, composto(s) de: a) Planta da situação real do assentamento em escala 1:1000 contendo no mínimo o nome do assentamento; sua localização; o traçado do sistema viário e de circulação; as quadras e lotes com as respectivas dimensões, área e numeração; as áreas destinadas a uso público e institucional; as áreas verdes; as áreas de preservação permanentes; as faixas não edificáveis, quando existentes; b) Planta de sobreposição do assentamento mostrando a situação real sobre a situação legal c) Memorial descritivo com breve relato sobre o processo de regularização fundiária e apresentação geral; croquis de situação, com a localização da área de intervenção e seu entorno imediato em escala adequada; descrição dos aspectos legais e institucionais incidentes na área; justificativa e condicionantes do parcelamento do solo urbano; histórico da ocupação da área; situação dominial; descrição analítica do sítio urbano; localização; topografia; formas de uso e ocupação do solo; sistema de circulação; infraestrutura urbana; densidade populacional; espaços e equipamentos públicos; sistema de endereçamento; e normas de uso e ocupação do solo; d) Quadro demonstrativo de áreas com a identificação e a área de cada lote; do sistema viário; das áreas verdes; das áreas institucionais e das faixas de domínio e servidão. A somatória dessas áreas deverá coincidir com a área total da gleba expressa na matrícula existente no cartório de registro de imóveis.

Reuniões Setoriais com as comunidades para apresentação do Projeto Urbanístico.

9. Projetos Executivos de infraestrutura dos 10 Assentamentos: a partir do Projeto de Alinhamento Urbanístico (PU) e conforme padrão COHAPAR serão desenvolvidos projetos de: i) água; ii) esgoto; iii) drenagem e galeria de águas pluviais iv) pavimentação (detalhamento e dimensão do pavimento, incluindo estudo geotécnico); v) energia elétrica e iluminação pública; vi) paisagismo; vii) sinalização viária; viii) projeto de terraplenagem e ix) projeto de macrodrenagem.

Reuniões Setoriais com as comunidades para apresentação dos Projetos de Infraestrutura .

10. Diretrizes Construtivas de Equipametnos Públicos Comunitários a serem implantados: proposição dos equipamentos necessários a cada área, conforme a disposição

territorial, as respectivas necessidades locais; bem como, o dimensionamento de cada equipamento proposto.

Observações: Todos os projetos deverão conter: a) especificações técnicas; b) Memoriais Descritivos; c) quantitativos; d) orçamentos.

11. Aprovação de Projetos e Licenciamentos: como o procedimento de licenciamento na prefeitura varia muito de município para município, o setor competente deverá ser consultado para certificar-se das exigências e normas locais específicas. O projeto de regularização deverá atender as normas da ABNT e legislações pertinentes. Tanto o diagnóstico quanto o projeto de regularização deverão ser entregues em 3 (três) vias, sendo os projetos em 1(uma) via de mídia digital no modo DWG/PLT e 3 (três) vias plotadas.

A Empresa contratada será responsável pelo licenciamento ambiental, bem como pela aprovação de todos os projetos junto às prefeituras locais, concessionárias de serviços públicos e registro do loteamento / desmembramento / da regularização fundiária, bem como todos os demais registros e averbações necessárias junto aos cartórios de registro de imóveis. Ao final, a contratante deverá receber uma cópia de todas as licenças e projetos aprovados. 12. Aprovação de Leis Municipais de Doação e/ou regularização: o modelo de titulação

poderá variar conforme a situação jurídico/social de cada comunidade. Entretanto, em se tratando de imóvel público, poderá haver a necessidade de se aprovar Leis de Doação/Regularização, bem como a posterior transmissão para a COHAPAR realizar os procedimentos de regularização, ou, em se optando pelo procedimento de Demarcação de terras públicas, haverá necessidade de autorização legislativa. O setor competente da COHAPAR deverá ser consultado para certificar-se das exigências e normas locais específicas, bem como elaborar a minuta de lei e autorizar o instrumento de transmissão. A empresa contratada será responsável pelo encaminhamento do projeto de lei, das escrituras de doação e todos os demais procedimentos necessários.

Audiência Pública Final: Apresentação do Projeto Final e dos resultados atingidos.

8.2.4. Construção de Unidades Habitacionais e Execução de Infraestrutura

As unidades habitacionais serão construídas nas devidas áreas específicas de acordo com os projetos desenvolvidos pela COHAPAR. As casas são de alvenaria, possuem área aproximada entre 35,88m² e 40,80m², com subdivisão interna de sala, cozinha, banheiro, 2 quartos e com ponto para tanque externo. Há unidades habitacionais nas seguintes variações:

- Geminadas: construção de duas ou mais casas ligadas umas as outras, que dividem proporcionalmente o lote, compartilham parte da estrutura e telhado com a outra, com o mesmo arranjo interno invertido uma à outra. Estas casas possuem área entre 35,88m² e 40,75m², com variações com varanda.
- Sobrados: também construídos em alvenaria, com área de 40,67 m² a 43,75 m², com sala, cozinha, banheiro, dois quartos e ponto para tanque externo.

Concomitantemente à construção das unidades habitacionais, será implementada a infraestrutura urbana necessária, que inclui: serviços preliminares e instalação do canteiro, mobilização e desmobilização, terraplenagem, pavimentação viária/meio-fio, drenagem pluvial, proteção, contenção e estabilização do solo, sinalização, paisagismo e execução de calçadas.

As empresas que serão executoras das obras nas áreas de intervenção e relocação dos assentamentos nos 10 municípios, serão licitadas pela COHAPAR, essas empresas deverão ser responsáveis pela execução da infraestrutura e pela construção e reformas (se necessário) das unidades habitacionais.

Licitação de Empresa para – Execução das Obras de Urbanização e Regularização
 Fundiária:

A COHAPAR deverá licitar empresa para execução das obras de urbanização e regularização fundiária nos 10 municípios, sendo que as obras de infraestrutura de rede elétrica e iluminação pública será de responsabilidade da Concessionária de Energia Elétrica Paranaense (COPEL), sendo que as obras referente a água e esgoto será de responsabilidade da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR). A COHAPAR, possui Convênio firmado com estas Concessionárias para a execução dos serviços onde ocorrer a construção de habitações para famílias de baixa renda.

Os custos de implantação das redes serão totalmente absolvidos pelas concessionárias e não serão incidentes no financiamento.

As demais obras de terraplenagem(remoção/ escavação/ compactação de terra), contenções, patamarizações, drenagem , pavimentação, calçadas, meio fio e recuperação ambiental seguirão os devidos projetos executivos e as especificações técnicas pertinentes a cada território.

As obras de recuperação ambiental: a recuperação das áreas de APP, quando desocupadas, receberá obras destinadas à sua requalificação, com plantio de árvores nativas,

bem como, a área poderá ser delimitada com o objetivo de facilitar a fiscalização do local e impedir novas ocupações.

Para construção das unidades habitacionais padrão COHAPAR, a Companhia possui todos os projetos executivos: arquitetônico, estrutural, cobertura, elétrico, telefônico, hidráulico e detalhamento de esquadrias (portas e janelas) especificações pertinentes de cada unidade.

Os serviços deverão iniciar, após a assinatura dos contratos com as empreiteiras, a partir das seguintes obras:

- Terraplenagem, cortes e aterros, de acordo com os perfis das áreas, construção de taludes;
- Drenagem (águas pluviais) levará em conta a contribuição dos terrenos, com as águas de chuva deslocando-se para as vias, que as conduzirá por gravidade, parte pelas sarjetas, parte por tubulação de concreto;
- Concomitantemente deverão ser iniciadas as obras de Esgoto e Água Potável (se for o caso), pela Concessionária;
- Pavimentação, este serviço será realizado de acordo com as especificações do Departamento de Estradas e Rodagens e com as características geológicas de cada território, sendo as etapas dos serviços de pavimentação as seguintes: escavação, carga e transporte, para se obter o greide e a caixa de rolamento de projeto; regularização e compactação do subleito; compactação de aterros com controle visual (do material proveniente dos cortes); colocação de saibro compactado, com espessura variável, a fim de se obter o greide de projeto, o Índice de Suporte mínimo aceitável será 12; execução da sub-base e base de acordo com as especificações de projeto; aplicação de camada de imprimação impermeabilizante e da camada de revestimento de acordo com as especificações do projeto executivo.

Todos os serviços necessários de cortes, aterros e transportes para as correções do greide e passeios, incluindo utilização de maquinários, equipamentos mecanizados, materiais e mão de obra, ou seja, tudo com o objetivo de definir as caixas de rolamento de projeto, configurações longitudinais e transversais da pista e definição de taludes.

A construção das unidades habitacionais e/ou Melhorias das habitações existentes iniciará após a finalização dos serviços de terraplenagem;

As obras de instalação de iluminação pública (posteamento) e ligação da energia elétrica, deverá ocorrer após o inicio da construção das casas e finalização da pavimentação.

A construção das calçadas e meio fio, deverá iniciar após a finalização das unidades habitacionais.

Os serviços de recuperação ambiental deverão estar iniciando após os serviços de terraplenagem, para que as margens dos cursos d´água, e/ou outros, possam se restabelecer em tempo hábil da finalização das obras e do Projeto como um todo.

8.2.5. CRAS e CREAS

O objetivo deste subcomponente é contribuir para a melhoria da estrutura física e a ampliação da rede de equipamentos públicos de assistência social nos municípios prioritários que não contam com CRAS e/ou CREAS ou não apresentem condições físicas para o atendimento da população. Neste subcomponente serão financiados a construção, reforma e equipamento de CRAS e CREAS e aquisição de veículos para atendimento às famílias.

Nas deliberações 026/2012, 026/2013 e 057/2013 do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, através do Edital nº 15/2013/SEDS, deliberou-se que as construções de novos CRAS obedeceriam a um ranking de priorização a partir de um índice desenvolvido por análise fatorial da combinação de 3 indicadores, quais sejam: Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM), índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) e Percentual de Extrema Pobreza – IBGE 2010.

Tendo em vista que é necessário também avaliar a coerência na construção, ou seja, é mais necessário novas construções para aqueles que, além de estarem nessas condições, não oferecem a estrutura adequada segundo as normas preconizadas pela resolução da CIT nº 5 de 03/05/2010, para a estimativa do Programa Família Paranaense tomaram-se outras decisões sobre os grupos e a relação com essa condição de adequabilidade.

O discutido para priorização dos quatro grupos em relação à **construção** de novos CRAS neste Projeto foi:

- 1) municípios sem CRAS (com a ordem o índice de priorização);
- 2) municípios com CRAS compartilhados de forma inadmissível perante as normas;
- 3) municípios com CRAS alugados e cedidos em situação de estrutura insuficiente;
- 4) municípios com CRAS alugados e cedidos em situação de estrutura suficiente.

Da mesma forma, na deliberação 027/13 CEAS, foram definidos os critérios de hierarquização de municípios para construção de novos CREAS:

- I. Municípios de PPII que ainda não possuem CREAS;
- II. Estudo de Avaliação de demanda x oferta de serviços:

- a) Municípios que possuem maior demanda para atendimento em serviços da média/alta complexidade e comprovação de rede socioassistencial e não tem CREAS;
- b) Municípios que possuem maior demandam para atendimento em serviços da média/alta complexidade e rede insuficiente, e não tem CREAS.
- III. Municípios com CREAS instalado inadequadamente em espaço locado, cedido ou compartilhado irregularmente e com estrutura física insuficiente.

Na sequência, foram discutidos alguns ajustes e incorporados outros critérios para construção de CREAS:

Os municípios poderão apresentar proposta de trabalho para o financiamento da construção de CREAS Municipal, desde que, cumulativamente, preencham os requisitos abaixo, observado o porte populacional.

- I) N\u00e3o tenham sido contemplados com a constru\u00e7\u00e3o de CREAS pelo Governo do
 Estado do Paran\u00e1 e Governo Federal, no per\u00e1odo entre os exerc\u00e1\u00fcios de 2009 a 2013;
- II) Executar no município os serviços de Média Complexidade/PAEFI (CENSO SUAS CREAS 2012);
 - III) E se enquadrem nos critérios de hierarquização nas seguintes etapas:
- a) Etapa 1 Seleção de 50% dos piores municípios do Paraná com base no índice final construído a partir das seguintes variáveis: Índice Ipardes de Desempenho Municipal IPDM 2010, Porcentagem de população em extrema pobreza e Percentil 75 do Índice de Vulnerabilidade Social das Famílias do Paraná IVFPR;
- b) Etapa 2 Seleção dos municípios da etapa 1 que apresentasse equipe de assistência social cujo coordenador tivesse pelo menos nível superior completo (CENSO SUAS – CREAS 2012);
- c) Etapa 3 Seleção dos municípios da etapa 2 que apresentasse CREAS em imóvel alugado, cedido ou compartilhado de forma irregular e com estrutura física insuficiente (CENSO SUAS CREAS 2012);
- d) Etapa 4 Seleção dos municípios da etapa 3 em ordem decrescente do índice obtido a partir da Proporção final de equipes, serviços e equipamentos de rede socioassis-tencial (PESERS).

Ao município cabe disponibilizar terreno para a construção e manter equipe para funcionamento tanto dos CRAS quanto dos CREAS. A construção será executado pela SEDS/PRED (Paraná Edificações).

8.2.5. Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

O CRAS é o principal equipamento público na área de atuação preventiva e proativa da assistência de gestão local na área de proteção básica. Atualmente o Estado do Paraná conta com 547 unidades de CRAS conforme Censo SUAS CRAS 2012.

O CRAS é o lugar da convergência de diferentes ações, com a função também de gestão territorial que compreende a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS, a promoção da articulação intersetorial e a busca ativa.

Desempenha papel central no território onde se localiza, ao constituir a principal estrutura física local, cujo espaço físico deve ser compatível com o trabalho social com famílias que vivem no seu território de abrangência e conta com uma equipe profissional de referência.

O CRAS não deve ser compreendido simplesmente como uma edificação. A disposição dos espaços e sua organização refletem a concepção sobre o trabalho social com famílias. Esta visão atende à premissa de que o CRAS é o locus no qual os direitos sócio assistenciais são assegurados, ou seja, deve ser passível de fácil identificação e reconhecimento, pela população, enquanto unidade pública que possibilita acesso a direitos.

8.2.6. Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

O CREAS é uma unidade pública estatal, vinculado a assistência social na proteção social especial de média complexidade com 5 (cinco) serviços diferenciados por especificidade e/ou situação, como por ex. abordagem social, presta atendimento a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por violação de direitos. Atualmente 116 municípios, com 122 unidades possuem o CREAS no Estado do Paraná, cofinanciados pelo governo federal (Planilha de pagamento out/2013).

Cabe ressaltar, que a diretriz nacional é implantar CREAS em todos os municípios com população acima de 20 mil habitantes, o que no Paraná já atingimos, superando inclusive, pois 29 municípios de pequeno porte 1, com população abaixo de 20 mil habitantes, já possuem CREAS.

O CREAS possui como principal característica a articulação, devido necessidade de acionar outras políticas públicas e/ou outros órgãos porque se trata de violação de direitos, como o Sistema de Garantia de Direitos, o próprio Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e principalmente a Saúde, assim como a Educação, a Segurança Alimentar, o Trabalho, entre outras.

Embora existam alguns documentos e normativas para a implantação e operacionalização, ainda há muito a discutir para essa unidade, levando em conta sua origem, ou seja, de uma programa nacional para o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes, necessita de reordenamentos, produção de metodologias, aprimoramento de processos de trabalho, definição de papéis, construção de fluxos e responsabilidades. Neste aspecto, foi realizado capacitação em 2012 para as equipes dessa unidade, além da previsão no Plano Estadual de Capacitação a continuidade desse processo para os próximos 2 anos

Assim, a Coordenação de Proteção Social Especial/SEDS, com o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, na perspectiva de potencializar o atendimento às famílias com direitos violados, em seus vários aspectos, situação, característica e segmentos destinou recursos superior a 3 milhões de reais em 2012 para 98 municípios, que possuíam o CREAS e/ou o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

8.2.7. Construção de CRAS e CREAS

Desde a implantação dos CRAS, normativas e orientações técnicas sobre sua estrutura física e seu funcionamento e desenvolvimento de programas dessa área de proteção tem sido lançadas para o aperfeiçoamento geral da política de Assistência Social. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, estabeleceu recomendações e orientações sobre a implementação de bases físicas para o desenvolvimento da política pública de assistência social dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Dentre essas recomendações está a Resolução da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), nº 5 de 03/05/2010, que instituiu as metas de desenvolvimento dos CRAS por períodos anuais, visando sua gradativa adaptação aos padrões normativos estabelecidos pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS), com inicio em 2008 e término em 2013, os espaços estão condicionados à relação de famílias referenciadas e atendidas anualmente no CRAS. Essas normativas e orientações surgem também porque ao longo do tempo observam-se situações muito diferentes entre os municípios.

Para subsidiar as estimativas para construções e reformas dos CRAS que serão disponibilizadas para o Programa Família Paranaense, foi elaborado em 2012 pela SEDS, estudo sobre a Estrutura Física dos Centros de Referência de Assistência Social nos Municípios Paranaenses, com base no Censo SUAS CRAS 2011, considerando que a base do estudo é o Censo SUAS anual a SEDS está em fase de finalização da atualização deste estudo com os dados do Censo SUAS CRAS 2012, segue em anexo a planilha com os dados gerais

deste estudo, que pretende abordar a questão das diferenças de estrutura física dos CRAS para orientar a distribuição de recursos com vistas à melhoria das instalações, considerando tanto a necessidade de construção, ampliação ou reformas de adaptação.

Para nortear e planejar as ações da proteção social especial foi realizado Estudo da Situação da Média Complexidade no Paraná – Subsídios para Construção de novos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), elaborado pelo Núcleo da Gestão da Informação da SEDS, que para além de direcionar a necessidade de construções, é um diagnóstico que traz informações da demanda e da rede instalada, que propicia inclusive a regionalização dos serviços da proteção social especial de média complexidade, tanto na perspectiva de território quanto das necessidades focalizadas por município.

Com os recursos do Projeto, serão financiadas as construções de 22 CRAS e 8 CREAS, recursos estes provenientes do empréstimo e do tesouro estadual. Para definição dos municípios contemplados, serão utilizados os estudos e critérios já descritos, devidamente deliberados no Conselho Estadual de Assistência Social.

8.2.8. Aquisição de equipamentos e veículos para CRAS e CREAS

Para esses municípios onde serão construídos novos CRAS ou CREAS, serão também disponibilizados equipamentos para a garantia do funcionamento adequado e qualidade dos serviços socioassistenciais. Esses equipamentos correspondem tanto ao mobiliário para as salas, quanto aos equipamentos de informática para as equipes, além de veículo. Os itens estabelecidos foram elencados em consonância com a planta arquitetônica (projeto padrão) elaborada para as unidades de Assistência Social no Estado do Paraná.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, é necessário cumprir uma série de provisões de recursos materiais para o desenvolvimento dos serviços de Proteção Social Básica nos CRAS e CREAS, tais como: mobiliário, computadores, artigos pedagógicos, culturais e esportivos; materiais diversos para atividades com crianças e suas famílias, a falta deste recursos pode ser um dos fatores que limitam o desenvolvimento de atendimento às famílias. Em anexo disponibilizamos a lista que descriminada os itens, quantidades e valores estimados de equipamentos e veículo.

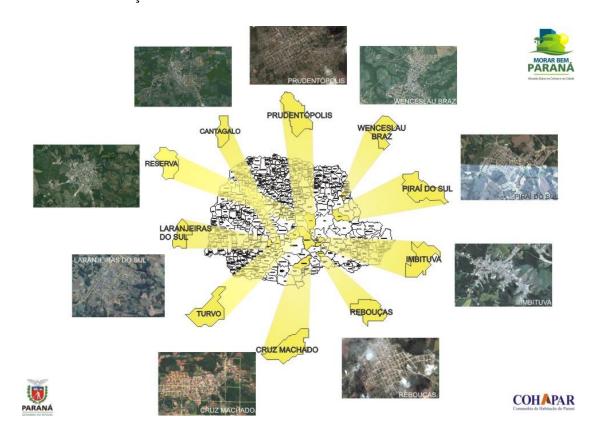
Em relação a aquisição de um veículo para os CRAS e CREAS, o mesmo se configura como ferramenta imprescindível para a realização da busca ativa, cadastramento das famílias, realização da visita domiciliar, estratégias que compõem o quadro de atividades continuadas dos serviços de acompanhamento familiar do SUAS (PAIF e PAEFI). Com esta aquisição, é

possível aos técnicos conhecer a realidade dos territórios, as formas de convivência comunitária e arranjos familiares.

A realização de visitas domiciliares, por fim, é estratégica para localização de famílias em situação de maior vulnerabilidade social, ou que tenham dificuldades de acessar os serviços. É elemento importante para o trabalho social com famílias referenciadas, para o acesso a serviços e benefícios.

Os recursos para aquisição dos equipamentos e veículos para as novas Unidades construídas com recursos do Projeto serão repassados aos municípios de maneira automática fundo a fundo, embutidos no Incentivo Família Paranaense.

8.3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DOS 10 MUNICÍPIOS SELECIONADOS



No âmbito do Programa Família Paranaense, em sua primeira fase, a COHAPAR atuou, através do PEURAP, em FAVELAS localizadas principalmente em municípios da região denominada como "Campos Gerais" do Estado do Paraná, pois tratam-se de "Assentamentos Precários" localizados em áreas de risco, isto é, em áreas sujeitas a inundação, à deslizamentos, junto as rodovias e ferrovias, às linhas de alta tensão, que até o presente momento não sofreram nenhuma intervenção.

Para o atendimento às metas estabelecidas junto à Unidade Gestora do Programa Família Paranaense, definiu-se para uma primeira fase a prioridade ao atendimento de 10 (dez) municípios com maior concentração de FAMÍLIAS, totalizando aproximadamente um número 1116 famílias em áreas consideradas de grande vulnerabilidade. Ainda nesta primeira fase da implantação do Programa foram realizadas visitas técnicas por parte da COHAPAR em parceria com técnicos especializados, para identificação das necessidades de regularização, reassentamento e reconstruções habitacionais nas áreas a serem atendidas. Identificados os domicílios e suas necessidades, as famílias residentes foram devidamente inseridas no sistema de cadastro do Programa Família Paranaense, pactuando sua participação no Programa. Segue abaixo o Cronograma de visitas técnicas realizadas nesta etapa do Programa:

Cronograma de Visitas Técnicas 2013

Cronograma de vis	,
MUNICÍPIO	DATA DA VISITA TÉCNICA
Wenceslau Braz	
Reserva	05 a 06 de novembro de 2012
Imbituva	
Rebouças	11 de dezembro de 2012
Turvo	
Prudentópolis	08 a 11 de janeiro de 2013
Cantagalo	oo a 11 de janello de 2013
Laranjeiras do Sul	
Cruz Machado	17 de janeiro de 2013
Piraí do Sul	22 de janeiro de 2013

Fonte: COHAPAR

Do dia 22 de setembro ao dia 02 de outubro de 2014 foram feitas novas visitas aos municípios para realização de oficinas participativas com as comunidades dos assentamentos que serão contempladas com moradias novas ou reformadas. O objetivo da visita foi analisar as áreas do programa do ponto de vista dos moradores sobre o lugar em que vivem, contribuindo assim para um melhor direcionamento do projeto, atendendo as reais necessidades das famílias. Neste mesmo período, foram visitados, para revisão dos inventários das casas e redefinição de quais delas serão reformadas ou demolidas, os assentamentos Vila Chimin em Cantagalo e Vila Nova (Vila Sem Teto) em Wenceslau Braz.

Cronograma de Visitas Técnicas 2015

MUNICÍPIO	DATA DA VISITA TÉCNICA					
Wenceslau Braz	Junho: assistentes sociais					
Reserva	23 e 24 de Abril					
Imbituva	23 e 24 de ADIII					
Rebouças	Junho: assistentes sociais					
Turvo	16 e 17 de junho					
Prudentópolis	17,18 e 19 de março					
Cantagalo	17,10 e 19 de março					
Laranjeiras do Sul	Previsão: 20 a 22 de outubro					
Cruz Machado	Junho: assistentes sociais					
Piraí do Sul	11 a 13 de agosto					

Fonte: COHAPAR/2015

8.3.1. PIRAÍ DO SUL

8.3.1.1 Histórico

O povoamento da localidade onde hoje se encontra o Município de Piraí do Sul foi iniciado em princípios no século XVII, numa gleba de propriedade do Padre Lucas Rodrigues França. A fazenda de propriedade do Padre Lucas Rodrigues França se localizava no vale do Rio Piraí. O primitivo nome da localidade foi o de Bairro da lança, tirado de uma das primeiras famílias que habitavam o lugar. Em meados do século XIX, os moradores do Bairro da lança erigiram a capela do Senhor Menino Deus; e, em torno do novo templo, foram se erguendo vivendas, que formaram a povoação da Lança. Dentre os primitivos habitantes da localidade, destacam-se João Lança, Joaquim Guerreiro, Joaquim Bueno do Amaral, Alfredo Moreira, Mariano Casimiro, Avelino Marcondes, Joaquim Rolim, Francisco Carrano, Francisco Gioff, Joaquim Gabriel, Júlio Moreira e Balduíno José Teixeira. Em 1872 foi criado a Freguesia de Pirahy, sob a invocação do Senhor Menino Deus e, em 1881, foi elevado à categoria de vila. Pelo Decreto Lei nº 199, de 30 de dezembro de 1943, que fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado do Paraná, considera Piraí na categoria de município e altera-lhe o nome para Piraí-Mirim. Pela Lei Estadual nº 2, de 11 de outubro de 1947, foi modificado a denominação para Piraí do Sul. (Fonte: IBGE/2012)

8.3.1.2 Dados do CadÚnico

Seguem abaixo dados do CadÚnico referentes ao perfil das famílias do município de Piraí do Sul:

 Trata-se de 3298 famílias cadastradas, com o número de integrantes destas famílias chegando a 11698;

- 92,2% destas famílias assinalaram uma mulher como responsável familiar (3038 famílias);
- 1533 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que corresponde a 46,48% de todos os cadastrados;
- Entre as famílias inscritas, 69,92% apresentam crianças ou adolescentes em sua composição (2306 famílias). Trata-se de 4451 indivíduos entre zero e dezoito anos de idade, numa média de 1,93 dependentes nesta faixa etária para cada núcleo familiar;
- Em relação à população idosa, observa-se um número de 407 famílias com membros de idade superior a 65 anos. Isto corresponde a 12,34% das famílias do CadÚnico. Considerando um número de 488 pessoas idosas, chega-se a uma média de 12 indivíduos para cada 10 famílias;
- Pessoas com deficiência figuram como dependentes de 4,43% das famílias em tela;
- Segundo declarações de informações no CadÚnico, existem em Piraí do Sul 50 domicílios nos quais residem mais de uma família cadastrada.

8.3.1.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense

A fim de se estabelecer um perfil específico das famílias inseridas no Programa Família Paranaense, observou-se uma amostragem significativa de 40 famílias de Piraí do Sul incluídas no sistema de cadastro deste programa, a partir do qual foram recolhidas as seguintes informações:

- A porcentagem de responsáveis familiares do sexo feminino é de 95%, superando levemente a média geral dos cadastrados no CadÚnico neste município;
- 25% das famílias são monoparentais;

As famílias com crianças e/ou adolescentes alcançam 92,5% das inseridas no sistema do Programa Família Paranaense. A média é de 2,28 indivíduos nestas faixas etárias por núcleo familiar. Tanto a porcentagem como a média citadas superam os índices gerais do município, mostrando que as famílias inseridas no Programa Família Paranaense apresentam um número maior de dependentes do que as demais famílias do município e, por isso, necessitam de atenção especial das políticas públicas. Observou-se a quantidade de famílias pelo número de crianças e adolescentes para constituir-se a seguinte tabela:

Porcentagem de famílias com	Crianças	Porcentagem de famílias com Adolescentes				
Famílias com 5 crianças	2,5%	Famílias com 5 adolescentes	0%			
Famílias com 4 crianças	7,5%	Famílias com 4 adolescentes	0%			
Famílias com 3 crianças	15%	Famílias com 3 adolescentes	2,5%			
Famílias com 2 crianças	20%	Famílias com 2 adolescentes	15%			
Famílias com 1 crianças	32,5%	Famílias com 1 adolescentes	40%			

Famílias com 0 crianças	22,5%	Famílias com 0 adolescentes	42,5%
-------------------------	-------	-----------------------------	-------

- Pessoas idosas aparecem na composição familiar de 7,5% dos inseridos no Programa Família
 Paranaense em Piraí do Sul. Outras 7,5% das famílias contam com pessoas com deficiência entre seus dependentes;
- A porcentagem de famílias do Programa Família Paranaense que também são inseridas no Programa Bolsa Família chega aos 80%.

8.3.1.4 Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas de Piraí do Sul são pautadas nas Cooperativas Castrolanda, Batavo, Perdigão, indústrias metal-mecânicas, além de vocação predominante para a produção de papel, papelão, indústrias madeireiras, para consumo interno e tipo exportação. O município é responsável pelo abastecimento de praticamente todo o país no que diz respeito à produção de fósforos de segurança. Piraí do Sul se destaca nacionalmente como um dos maiores produtores de galináceos. Das 9.147 pessoas economicamente ativas, 3.229 recebem até 1 salário mínimo e 3.051 entre 1 a 2 salários mínimos, o que corresponde a 68% do total da população trabalhista.

8.3.1.5 Assentamento Vila Nossa Sra. Aparecida

A FIGURA 1 abaixo mostra a área delimitada para intervenção no assentamento Vila Nossa Senhora Aparecida, localizado no Município de Piraí do Sul (Regional de Ponta Grossa), abrangendo um total de 186 famílias. Estas famílias estão em área de alto risco e vulnerabilidade ambiental, ressaltando que estão inseridas de forma irregular em Área de Preservação Permanente (APP) e aproximadamente 5 destas famílias têm suas casa construídas na margem do rio.

Município: Piraí do Sul

FIGURA 1 – Assentamento Vila Nossa Senhora Aparecida

Assentamento Nossa Senhora Aparecida

Fonte: COHAPAR/ 2013

<u>Sistema de abastecimento de água:</u> O sistema de abastecimento de água, no quadro urbano de Piraí do Sul, atende quase todas as unidades, sendo fornecida a 5.237 unidades residenciais, e 355 unidades de outras naturezas (comércios, indústrias, poder público) de acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. A captação da água da cidade é feita através de uma ETA (Estação de Tratamento de Água), administrada pela SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná situada no bairro de Brotas, a Oeste da área urbana.

Cobertura Vegetal: Nesta área de intervenção as famílias estão inseridas em Área de Preservação Permanente (APP) onde foi removida grande parte da cobertura vegetal, podendo ser visualizados apenas pequenos espaços com vegetação, esta ação tem como consequências reações que agravam os impactos negativos ao meio ambiente. As árvores e plantas têm a função de proteger o solo, elas diminuem a velocidade do escoamento superficial, e evitam o impacto direto das chuvas através de suas raízes que ajudam a retê-lo. Além disso, foram visualizados sinais de aumento do processo erosivo em alguns trechos o que leva a um empobrecimento dos solos, como resultado da retirada de sua camada superficial. Assoreamento do rio, como resultado do acúmulo de sedimentos

depositados no fundo, dificultando seu fluxo, provocando desequilíbrios no ecossistema aquático, além de causar enchentes. Extinção de algumas nascentes, resultante da menor infiltração da água das chuvas no subsolo, provocando possíveis problemas de abastecimento de água no município. Diminuição dos índices pluviométricos, resultantes da evapotranspiração, ou seja, da troca de água da floresta com a atmosfera. Elevação das temperaturas, como consequência da maior irradiação de calor para a atmosfera a partir do solo exposto, sem as florestas, quase toda energia é devolvida para a atmosfera em forma de calor, elevando as temperaturas médias. Agravamento dos processos de desertificação, ou seja, áreas sem nenhum tipo de cobertura vegetal. Proliferação de pragas e doenças, como resultado de desequilíbrios nas cadeias alimentares. Algumas espécies, geralmente insetos, antes sem nenhuma nocividade, passaram a proliferar exponencialmente com a eliminação de seus predadores, causando graves prejuízos, principalmente para a agricultura e comunidade local.

FIGURA 2 – Cobertura Veg



Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 22/01/2013

Fauna: Com a remoção da cobertura vegetal e extinção dos corredores de biodiversidade locais consequentemente ocorre o afastamento dos animais por conta da diminuição da oferta de abrigo e alimento, a diminuição da sustentabilidade do ecossistema, possibilitando o aumento das populações de animais nocivos ao homem, devido à criação de ambiente propício ao seu desenvolvimento. Infelizmente não foram encontrados sinais e nem a presença de animais nativos. Tornando o quadro ambiental do assentamento Vila Nossa Senhora Aparecida ainda mais preocupante. Um ponto importante a se tratar é o alto índice de animais domésticos encontrados soltos nas ruas principalmente cães e galinhas de criação doméstica.

FIGURA 3 – Animais domésticos Vila Nossa Senhora Aparecida





Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 22/01/2013

Recursos Hídricos: Neste trecho foi identificado um córrego em fundo de vale que passa pelo assentamento, denominado Rio Piraizinho. A visita técnica realizada pela COHAPAR, em parceria com a equipe do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS de Piraí do Sul contribuiu para a identificação de diversas atividades potencialmente geradoras de poluição no sistema hídrico a principal delas é o lançamento direto de esgoto doméstico, compreendendo as águas utilizadas para higiene pessoal, lavagem de alimentos e utensílios, além da água usada em vasos sanitários, composta por coliformes que são considerados indicadores primários da contaminação fecal das águas. Os depósitos de lixo no córrego são compostos por resíduos sólidos de atividades domésticas, hospitalares e agrícolas, a decomposição destes resíduos, produz um líquido altamente poluído e contaminado denominado chorume que atinge os mananciais subterrâneos e superficiais. Os resíduos mais encontrados no córrego em questão foram pneus, garrafas pet, embalagens plásticas, metais e tábuas de madeiras. A coloração da água do rio estava escura (marrom), porém sem odor. Os moradores estão assentados na margem deste córrego que pode ser classificada como área de alto risco de inundação e possível morte por afogamento.

FIGURA 3 – Rio Piraizinho Vila Nossa Senhora Aparecida





Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 22/01/2013

Qualidade do Ar: As emissões atmosféricas percebidas foram bem intensas, provenientes de veículos, carros e de resíduos provenientes de fezes animais e esgoto ao ar livre e principalmente da queima de lenha para uso na cozinha. Os principais problemas vinculados à saúde da população que podem vir a aparecer são vinculados ao sistema respiratório e cardiovascular.

Emissão de Ruídos: O ruído é o que mais colabora para a existência da poluição sonora. Ele é provocado pelo som excessivo de canteiros de obras, meios de transporte, áreas de recreação, atividades domésticas, etc. Estes ruídos provocam efeitos negativos para o sistema auditivo das pessoas, além de provocar alterações comportamentais e orgânicas. A OMS (Organização Mundial de Saúde) considera que um som deve ficar em até 50db (decibéis – unidade de medida do som) para não causar prejuízos ao ser humano. A partir de 50db, os efeitos negativos começam. Alguns problemas podem ocorrer em curto prazo, outros levam anos para serem notados. Foram percebidos ruidos provenientes de música baixa (40db), conversas tranqüilas (40-50db), caminhão (100db), buzina de automóvel (110db).

Limpeza Pública: Os resíduos estão dispostos a céu aberto acarretando sérios problemas à saúde pública local, como proliferação de vetores de doenças (moscas, mosquitos, baratas e ratos, etc.), geração de maus odores e principalmente, a poluição do solo e das águas superficiais e subterrâneas através do chorume (líquido produzido pela decomposição da matéria orgânica contida no lixo), comprometendo os recursos hídricos. Em termos ambientais isso tem agravado a poluição do ar, do solo e das águas e ainda provocam poluição visual. O chorume, que surge pela decomposição dos resíduos, acaba se infiltrando no solo causando sua poluição, devido á geração de líquidos percolados. Se ocorrer a contaminação do lençol freático, pela infiltração desse líquido, poderá resultar em

endemias, desenvolvendo surtos epidêmicos na comunidade. Na busca do desenvolvimento sustentável para o município, no final do ano passado (2011) a prefeitura de Piraí do Sul deu início ao projeto piloto de Coleta Seletiva, uma experiência que visa melhorar as ações entre a população, reforçando a educação ambiental e a importância da separação de materiais recicláveis, para em breve implantar o "Programa de Coleta Seletiva Piraí do Sul Participa". Para iniciar a coleta seletiva no município, a prefeitura auxiliou na formação da Associação de Catadores de Material Reciclável Piraí Limpo. O caminhão da coleta seletiva passa uma vez por semana nos bairros residenciais e três vezes por semana na zona comercial, realizando coleta porta a porta, atendendo também alguns núcleos rurais semanalmente. A rota de coleta foi elaborada para que a coleta seletiva ocorra em dia alternado à coleta regular de resíduos domiciliares, ou seja, quando o caminhão de lixo regular passar, não teremos coleta seletiva. O caminhão da coleta seletiva é diferenciado, identificado e os coletores estão uniformizados. Os resíduos coletados são triados e comercializados pela Associação de Catadores. Para separar os resíduos para a coleta seletiva não é necessário ter dois coletores diferentes. Um saco plástico ou uma caixa pode ser usado para os materiais recicláveis e outro saco para o lixo úmido (rejeitos e orgânicos). O lixo úmido (alimentos, cascas de frutas, legumes e ovos, além de rejeitos como fraldas descartáveis, papel higiênico, espelhos) deve ser enviado para a coleta comum, que os encaminhará até o aterro.



FIGURA 4 – Disposição dos Resíduos Vila Nossa Senhora Aparecida



Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 22/01/2013

Arruamento: O acesso às casas é extremamente precário e de difícil locomoção, em algumas ruas é impossível passar com qualquer tipo de veiculo automotor. Não existe arruamento definido e nem calçadas as ruas são de terra e os moradores colocam pedras grandes e pesadas para tampar

buracos e desníveis, evitando acidentes e quedas. Existem alguns trechos onde já existe pavimentação, porém necessita de melhorias e calçadas por estarem em área íngreme.

FIGURA 5 – Arruamento Precário Vila Nossa Senhora Aparecida

Total Control of the Control of th

Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 22/01/2013

Rede de Esgoto: Não existem redes de esgoto instaladas na área de intervenção, os moradores despejam seus efluentes líquidos provenientes de lavagem de louças e materiais e de vasos sanitários em valetas a céu aberto na rua ao lado de suas casas, algumas famílias utilizam fossas ou vasos sanitários irregulares como solução para este problema. O desconforto que estas famílias passam no seu cotidiano é muito grande em relação à falta de saneamento básico, as doenças vinculadas a contaminação e infecção alimentar são constantes em algumas famílias, podendo levar á morte em alguns casos pela dificuldade de atendimento em Unidades de Saúde.

FIGURA 6 – Esgoto a céu aberto Vila Nossa Senhora Aparecida





Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 22/01/2013

<u>Iluminação Pública</u>: A maioria das casas não tem acesso à energia elétrica, porém a COPEL disponibiliza iluminação pública nas ruas, com isso os moradores acabam utilizando formas irregulares de iluminação em suas residências, muito conhecida como "gato ou rabicho".







Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 22/01/2013

<u>Transporte</u>: Não foram encontrados transportes públicos no local, apenas transportes escolares que deixam as crianças próximo de suas residências.

Unidades de Saúde: Na região não foram localizadas Unidades de Saúde, durante nossa visita técnica foi possível presenciar uma Ambulância em atendimento no local.

FIGURA 8 – Ambulância presente na Vila Nossa Senhora Aparecida

Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 22/01/2013

Unidades Escolares: Na região foram localizadas duas Unidades Escolares, uma de Ensino Fundamental e um Centro Municipal de Educação Infantil – CEMEI.

Linha Férrea: Foi localizado, próximo as casas, um trilho de trem que está em funcionamento para transporte de matérias-primas.



FIGURA 9 - Trilho de trem Vila Nossa Senhora Aparecida

Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 22/01/2013

Domicílios: As casas são muito precárias, construídas com sucatas como: pneus, lonas plásticas, restos de madeira e materiais encontrados por eles mesmos, existem poucas casas construídas em alvenaria, mas é possível localiza-las. Estas casas precárias apresentam alto risco a segurança das famílias, principalmente em dias de tempestade e chuvas fortes. Geralmente as casas têm um ou dois cômodos apenas, onde é dividida a cozinha/sala e o quarto, elas não possuem banheiros regulares, e para resolver a situação constroem pequenas "casinhas" de madeira para utilizar como banheiro ao lado de fora da casa, sem terem higiene sanitária ou ligação a redes de esgoto.

FIGURA 10 – Domicílios Vila Nossa Senhora Aparecida









Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 22/01/2013

Obras irregulares: É possível verificar em vários pontos novas obras que estão sendo feitas pelos próprios moradores do assentamento irregular, são obras de reformas, de ampliação e até mesmo de novas moradias dentro no mesmo terreno. Isso ocorre constantemente, devido a necessidade que estas famílias têm conforme a família vai aumentando ou apenas com o objetivo de ter um pouco mais de "conforto".



Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 22/01/2013

CONCLUSÃO TÉCNICA

Componentes Urbanísticos: A área necessita da implantação de urbanização complexa, melhorando os aspectos de saneamento básico oferecendo melhor acesso à água tratada e implantação de redes de esgoto ligadas às residências, regularização dos fios de luz que estão irregulares em quase todas as residências ("gato"), melhorara a acessibilidade às casas pavimentando as ruas, bem como regularização fundiária visando à regularização dos assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, reconstrução e/ou melhoria das moradias e reassentamento de algumas famílias.

Componentes ambientais: A área necessita urgente de medidas de remediação dos impactos ambientais causados pela ocupação irregular destes moradores. É preciso fazer a revitalização da vegetação nativa analisando as espécies nativas da região, principalmente no entorno do rio (mata ciliar), minimizando os processos erosivos e a poluição da água. É preciso que esta área seja recuperada voltando a ser o mais próximo do que era antes dos impactos da ocupação irregular das famílias.

Componentes Sociais: Construir pequenas áreas esportivas, praça de lazer, mais creches e escolas e principalmente mais unidades de saúde. Melhorando a qualidade de vida dos moradores da região e incentivando a inclusão social.

TABELA 3 – Tabela PEHIS Vila Nossa Senhora Aparecida

IABELA 3 — Iabela PEHIS VIIa Nossa Sennora Aparecida Dados do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social -PEHIS															
												FAVELA/PIRAÍ DO SUL			
Município	Regional	Nome	Тетро	Famílias	Urbanização (1)	Urbanização Complexa (2)	Urbanização Simples (3)	Caracterização Geral da Favela		Padrão Médio de Construção/Domicílios		Existência/NÃO de Serviços Públicos		Intervenção	
PIRAÍ DO SUL	ERPG	Vila Nossa Senhora Aparecida	30	186	0	33	153	1-Embaixo da rede de AT	NÃO	1-Madeira		1-Existe calçadas na maioria das ruas	NÃO TEM	1-Área em processo de RF	NÃO
								2-Embaixo de viaduto	NÃO	2- Alvenaria 1Pav.	Até 30%	2-Arruamento	PRECÁRIO	2-Ocupação da área	PROPRIEDADE PÚBLICA E PRIVADA
								3- Sobre/próximo lixão/aterro	NÃO	3-Alvenaria 2/+pav.		3- Rede Elétrica	PRECÁRIA	3-A área pertence	MUNICIPAL
								4-Sobre área de APP - legal	SIM	Materiais reaproveitéveis	Até 30%	4- Iluminação Pública	EM PARTE	3- Situação da área	IRREGULAR
								5- Sobre/margeando leito de curso de água	SIM	Lonas, plásticos, arames	Até 30%	5- Rede de abastecimento de água	BOA		
				Origem da Estimativa				6-Sobre/próximo as faixas ferroviárias e/ou rodoviárias	SIM	Outro		6- Água parada em torno de moradia	POUCO	4- Reassentamento	SIM
				Cadastro				7- Em áreas de cavas, pântanos/sistema de lagos	NÃO			7- Coleta de lixo direta	COM REGULARIDADE		NÃO
												9- Lixo acumulado em córrego	MUITO	7-Regularização Fundiária	NÃO
								Existência ou Suscetibilidade a Risco Ambiental				10- Lixo acumulado em terrenos e beira de vias	MUITO	8- Reconstrução e melhoria nas moradias	NÃO
								1- Inundação	Baixo			11- Solução de esgotamento sanitário	PRECÁRIA	9- Remanejamento	NÃO
								2- Deslizamento ou Desmoronamento	Médio			12-Valeta de esgoto a céu aberto	EM TODO LUGAR	p/reconstrução	
								3-Doenças respiratórias	Baixo	Outro Estado de Conservação		13- Sinais de odores e gases	MUITO	11-Percentual p/ construção	
								4-Doenças Infecciosas	Médio	inabitável	Até 30%				
								5-Animais Selavagens/Peçonhentos	Médio	precário	Mais de 60%	Equipamentos a uma Distância de 1.000m do Fav.			
								6-Acidentes de Tráfego	Baixo	bom estado		1- Posto de saúde	NÃO		
								7- Eletrocutação	Baixo			2- Escola	SIM		
								8-Afogamento	Médio	-		3- Creche	SIM		
								9-Contaminação Química	Nenhum			4- Centro Comunitário 5- Área de lazer	NÃO SIM	-	
												6- Outro*	SIM	+	
												7-Transporte escolar público	SIM		
OBS	1	Intervenção no loc	al, titulação	e execução de	infraestrutura faltante										
						ecução de infraestrutura									
						ão de infraestrutura faltante									

Fonte: COHAPAR 2013

8.3.2. IMBITUVA

8.3.2.1 Histórico

As margens do histórico caminho de Viamão, repleto de tropeiros e marchantes, foram aparecendo, desde o Rio Grande do Sul até São Paulo, os pontos de "pouso", os beliches, os marcos, origem das cidades dos Campos Gerais. Desde então "Cupim" passou a ter destaque entre os "pousos" preferidos pelos tropeiros. Em 1871, o bandeirante, Antônio Lourenço, natural de Faxina, então capitania de São Paulo, abandonando o comércio de tropas, atraiu companheiros e demandou a Cupim, iniciando a construção da Vila. Aos primeiros habitantes juntaram-se outros, todos da mesma procedência. A nova povoação não tardou a receber a influência de colonos alemães, poloneses e russos, que deram notável contribuição ao seu desenvolvimento. Os colonos alemães fixaram residência na direção da estrada que mais tarde ligaria Imbituva a Guarapuava. Também os italianos, em 1896, adquiriram terras em Cupim e iniciaram a fundação de uma colônia. A freguesia foi criada em 1876, com sede no lugar denominado Campo do Cupim. Em 1881, foi elevada à categoria de vila, com denominação de Santo Antônio do Imbituva no Município de Ponta Grossa. Recebeu foros de cidade, em 1910, passando a denominar-se Imbituva, em 1929. O topônimo surgiu em virtude da existência de um rio com igual nome, junto à cidade. Aos habitantes do município dá-se o nome de imbituvenses. Pela lei estadual n.º 2645, de 10-04-1929, o município de Santo Antônio do Imbituva passou a denominar-se Imbituva (Fonte: IBGE/2012).

8.3.2.2 Dados do CadÚnico

- O município de Imbituva apresenta 3571 famílias inscritas no CadÚnico, as quais totalizam um número de 12749 pessoas cadastradas.
- Destas, 1979 famílias contam com benefício financeiro mensal do Programa Bolsa
 Família, o que corresponde a uma porcentagem de 55% (dados de 2012).
- Uma parcela bastante significativa destas famílias, 77% (o que corresponde a 2761 famílias), conta com uma mulher como responsável familiar.
- Ainda em relação à composição familiar, percebe-se que 79,47% das famílias de Imbituva cadastradas no CadÚnico apresentam Crianças e/ou Adolescentes (pessoas entre 0 e 17 anos de idade), com uma média de aproximadamente dois indivíduos nesta faixa etária por família (1,90).

- Além disso, 6,10% das famílias (218) contam com Pessoas Idosas (com 65 anos de idade ou mais) em sua composição, verificando-se uma média de 128 idosos a cada 100 famílias.
- Ainda, observa-se que 4,76% das famílias (176), apresentam Pessoas com Deficiência entre seus dependentes.
- Por fim, no que diz respeito à situação habitacional dos cadastrados, os dados declarados indicam que 31 domicílios são habitados por mais de um núcleo familiar. Este processo, denominado como coabitação, constitui-se como fator prioritário para atenção das referidas famílias em programas sociais, especialmente na questão da regularização fundiária.

8.3.2.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense

Observando amostragem significativa de famílias inseridas no Programa Família Paranaense em Imbituva (35 famílias, entre as mais e menos vulneráveis), foram listadas abaixo características específicas destes grupos familiares em comparação com o perfil geral das famílias inscritas no CadÚnico deste município:

- A porcentagem de mulheres responsáveis familiares é maior do que o percentual geral do município: 88,57%;
- Destaca-se a existência de 31,46% de famílias monoparentais, ou seja, com apenas um responsável pelos dependentes menores de dezoito anos;
- 100% das famílias inseridas no Programa Família Paranaense apresentam crianças e/ou adolescentes entre seus dependentes. Destaca-se a média de 3,37 indivíduos nestas faixas etárias por família, bastante superior à média geral do município, distribuídos de acordo com as porcentagens abaixo indicadas:

Porcentagem de famílias com Criar	nças	Porcentagem de famílias com Adolescentes				
Famílias com 5 crianças	5,72%	Famílias com 5 adolescentes	2,86%			
Famílias com 4 crianças	11,44%	Famílias com 4 adolescentes	2,86%			
Famílias com 3 crianças	34,32%	Famílias com 3 adolescentes	8,58%			
Famílias com 2 crianças	31,46%	Famílias com 2 adolescentes	14,3%			
Famílias com 1 crianças	11,44%	Famílias com 1 adolescentes	11,44%			
Famílias com 0 crianças	5,72%	Famílias com 0 adolescentes	60,06%			

- Famílias com pessoas idosas correspondem a apenas 2,86% da amostra pesquisada, enquanto pessoas com deficiência aparecem em outros 2,86%;
- Outro dado relevante é que 100% das famílias inseridas no Programa Família
 Paranaense estão incluídas em programa nacional de transferência de renda, recebendo
 mensalmente o benefício identificado como Bolsa Família por apresentarem renda
 mensal per capta inferior a um quarto de salário mínimo.

8.3.2.4 Atividades Econômicas

Imbituva é polo industrial têxtil no segmento de malhas, o que a faz conhecida como "CIDADE DAS MALHAS", com destaque para as peças em tricô. Conta hoje com cerca de 50 indústrias do ramo têxtil, empregando aproximadamente 1500 pessoas com emprego direto, ou indireto. A economia do Município de Imbituva é baseada na indústria madeireira, com destaque para o beneficiamento de madeiras e fabricação de móveis e utensílios deste material, segmento que gera mais de 20% do total de empregos entre a população economicamente ativa no município. No entanto é a agropecuária que responde ainda pela maior fatia do PIB do município, com destaque entre os produtos agrícolas para as lavouras de soja, milho, feijão, fumo e trigo. Destacam-se também os rebanhos suíno (corte) e bovino (gado de corte e leiteiro), os galináceos (em especial para produção de ovos) e a produção de mel de abelha. Destaque ainda para a produção de argila, produto da extração mineral empreendida por cerca de 14 estabelecimentos do município, especialmente dedicados à produção de cerâmica vermelha, como tijolos e telhas para a construção civil. Das 13.680 pessoas economicamente ativas, 4.804 recebem até 1 salário mínimo, 4.903 entre 1 a 2 salários mínimos, o que corresponde a quase 71% do total.

8.3.2.5 Assentamento Arredores Nova Aliança (Vila Zezo)

A FIGURA 12 abaixo mostra a área delimitada para intervenção no Assentamento Arredores Nova Aliança, localizado no Município de Imbituva, abrangendo um total de 185 famílias que estão em área de alto risco e vulnerabilidade ambiental, ressaltando que estão inseridas de forma irregular em Área de Preservação Permanente (APP).

Obs. Na data de 05 de Fevereiro de 2013 a Equipe técnica realizou uma nova visita ao Município de Imbituva em virtude da troca de Gestão ocorrida na Prefeitura. Durante esta reunião ficou acordada a alteração do nome do assentamento Vila Zezo para "Assentamento Vila Nova Aliança, uma vez que o antigo nome fazia menção à gestão anterior.

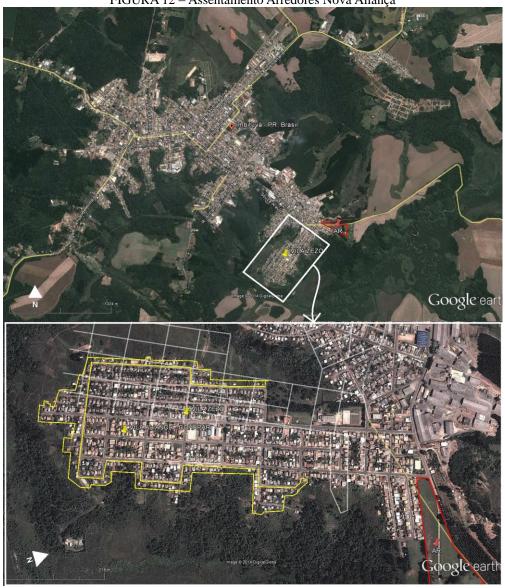


FIGURA 12 – Assentamento Arredores Nova Aliança

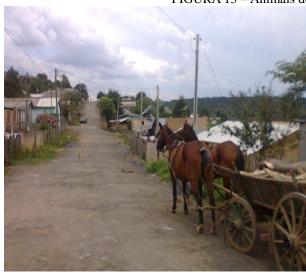
Fonte: Google/ COHAPAR 2014

Sistema de abastecimento de água: O abastecimento de água da cidade de Imbituva é realizado pela SANEPAR com captação no Rio Ribeira, localizada a sudoeste da cidade, numa média de consumo da ordem de 153 m3/hora de água tratada. O tratamento é efetuado em estação na cidade, com emprego de sulfato de alumínio como coagulante, e adição de cloro na proporção de 1,5ppm e flúor na proporção de 0,8ppm. É preocupante a precariedade na qualidade da água captada no Rio Ribeira, pois além de apresentar aspecto barrento, seus afluentes drenam regiões habitadas ou que estão sendo ocupadas. Isto implica em necessidades maiores de tratamento para consumo doméstico.

Cobertura Vegetal: Nesta área de intervenção foi removida grande parte da cobertura vegetal da Área de Preservação Permanente, podendo ser visualizados apenas alguns pequenos espaços com vegetação agrupada, causando consequências agravantes. As árvores e plantas têm a função de proteger o solo, elas diminuem a velocidade do escoamento superficial, e evitam o impacto direto das chuvas através de suas raízes que ajudam a retê-lo, evitando a sua desagregação. Os principais impactos ambientais visualizados foram: o aumento do processo erosivo, o que levou a um empobrecimento dos solos, como resultado da retirada de sua camada superficial. Elevação das temperaturas, como consequência da maior irradiação de calor para a atmosfera a partir do solo exposto, sem as florestas, quase toda energia é devolvida para a atmosfera em forma de calor, elevando as temperaturas médias. Agravamento dos processos de desertificação, ou seja, áreas sem nenhum tipo de cobertura vegetal. Proliferação de pragas e doenças, como resultado de desequilíbrios nas cadeias alimentares. Algumas espécies, geralmente insetos, antes sem nenhuma nocividade, passaram a proliferar exponencialmente com a eliminação de seus predadores, causando graves prejuízos, principalmente para a agricultura e comunidade local.

Fauna: Com a remoção da cobertura vegetal e extinção dos corredores de biodiversidade locais consequentemente ocorre o afastamento dos animais por conta da diminuição da oferta de abrigo e alimento, a diminuição da sustentabilidade do ecossistema, possibilitando o aumento das populações de animais nocivos ao homem, devido à criação de ambiente propício ao seu desenvolvimento. Infelizmente não foram encontrados sinais e nem a presença de animais nativos. Tornando o quadro ambiental do assentamento Vila Nova Aliança ainda mais preocupante. Um ponto importante a se tratar é o alto índice de animais domésticos encontrados soltos nas ruas principalmente cães, galinhas de criação doméstica, cavalos utilizados como meio de transporte e uma colmeia de abelhas ao lado de uma casa que pode apresentar perigo aos moradores, a colmeia tomou conta de um antigo cupinzeiro.

FIGURA 13 – Animais domésticos Vila Nova Aliança



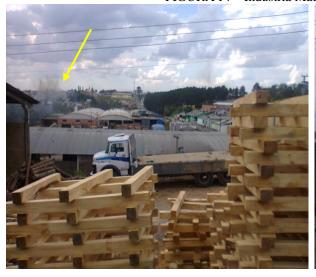


Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 05/11/2012

Recursos Hídricos: Neste trecho não foi identificado nenhum córrego.

Qualidade do Ar: As emissões atmosféricas percebidas foram bem intensas, provenientes de veículos, carros, ônibus, caminhões e principalmente das Madeireiras que têm produção em larga escala. Os principais problemas vinculados à saúde da população que podem vir a aparecer são vinculados ao sistema respiratório e cardiovascular. Segundo os moradores locais existem dois momentos que os incomodam mais em relação às madeireiras, primeiro quando ela esta operando normalmente eliminando um odor forte de serragem e segundo quando executa a etapa de lavagem das caldeiras, eliminando um odor extremamente forte causando dores de cabeça e até enjoo.

FIGURA 14 – Indústria Madeireira na Vila Nova Aliança





Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 05/11/2012

Emissão de Ruídos: O ruído é o que mais colabora para a existência da poluição sonora. Ele é provocado pelo som excessivo de canteiros de obras, meios de transporte, áreas de recreação, atividades domésticas, etc. Estes ruídos provocam efeitos negativos para o sistema auditivo das pessoas, além de provocar alterações comportamentais e orgânicas. A OMS (Organização Mundial de Saúde) considera que um som deve ficar em até 50db (decibéis – unidade de medida do som) para não causar prejuízos ao ser humano. A partir de 50db, os efeitos negativos começam. Alguns problemas podem ocorrer em curto prazo, outros levam anos para serem notados. Foram percebidos ruidos provenientes de música baixa (40db), conversas tranqüilas (40-50db), caminhão (100db), buzina de automóvel (110db).

Limpeza Pública: Os resíduos estão dispostos a céu aberto acarretando sérios problemas à saúde pública local, como proliferação de vetores de doenças (moscas, mosquitos, baratas e ratos, etc.), geração de maus odores e principalmente, a poluição do solo e das águas superficiais e subterrâneas através do chorume (líquido produzido pela decomposição da matéria orgânica contida no lixo), comprometendo os recursos hídricos. Em termos ambientais isso tem agravado a poluição do ar, do solo e das águas e ainda provocam poluição visual. O chorume, que surge pela decomposição dos resíduos, acaba se infiltrando no solo causando sua poluição, devido á geração de líquidos percolados. Se ocorrer a contaminação do lençol freático, pela infiltração desse líquido, poderá resultar em endemias, desenvolvendo surtos epidêmicos na comunidade. Foram verificados alguns pontos onde os próprios moradores se encarregam de coletar os resíduos recicláveis e armazenam em suas casas.





Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 05/11/2012

Arruamento: O acesso às casas é precário, em algumas ruas é impossível passar com qualquer tipo de veiculo automotor. Não existe arruamento definido e nem calçadas as ruas são de terra e os moradores colocam pedras grandes e pesadas para tampar buracos e desníveis, evitando acidentes e quedas. Existem alguns trechos onde já existe pavimentação, porém necessita de melhorias e calçadas.





Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 05/11/2012

Rede de Esgoto: Não existem redes de esgoto, os moradores despejam seus efluentes líquidos provenientes de lavagem de louças e materiais e de vasos sanitários em valetas a céu aberto na rua ao lado de suas casas e fossas.



FIGURA 17 – Lançamento de esgoto irregular na Vila Nova Aliança

Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 05/11/2012

<u>Iluminação Pública</u>: A maioria das casas não tem acesso à energia elétrica, porém a COPEL disponibiliza iluminação pública nas ruas, com isso os moradores acabam utilizando formas irregulares de iluminação em suas residências, muito conhecida como "gato ou rabicho". Nesta área é possível encontrar várias casas onde as famílias utilizam velas ou lampiões para iluminarem suas casas. E para o cozimento dos alimentos utilizam "fornos" feitos de tijolos para queima de lenha.



FIGURA 18 – Residência sem acesso a iluminação Publica Vila Nova Aliança

Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 05/11/2012

Domicílios: As casas são muito precárias, construídas com sucatas como: pneus, lonas plásticas, restos de madeira e materiais encontrados por eles mesmos, existem poucas casas construídas em alvenaria, mas é possível localiza-las. Estas casas precárias apresentam alto risco a segurança das famílias, principalmente em dias de tempestade e chuvas fortes. Geralmente as casas têm um ou dois cômodos apenas, onde é dividida a cozinha/sala e o quarto, elas não possuem banheiros regulares, e para resolver a situação constroem pequenas "casinhas" de madeira para utilizar como banheiro ao lado de fora da casa, sem terem higiene sanitária ou ligação a redes de esgoto.



Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 05/11/2012

<u>Tranporte</u>: Não foram encontrados transportes públicos no local, apenas transportes escolares que deixam as crianças próximo de suas residências.

<u>Unidades de Saúde</u>: Na região não foram localizadas Unidades de Saúde.

<u>Unidades Escolares</u>: Na região não foram localizadas Unidades Escolares.

<u>Unidades de Recreação</u>: Na região não foram localizadas Unidades de Recreação.

Parques/Bosques/Praças: Na região não foram localizados parques, bosques ou praças.

CONCLUSÃO TÉCNICA

Componentes Urbanísticos: A área necessita da implantação de urbanização complexa, melhorando os aspectos de saneamento básico oferecendo melhor acesso à água tratada e implantação de redes de esgoto ligadas às residências, regularização dos fios de luz que estão irregulares em quase todas as residências ("gato"), melhorara a acessibilidade às casas pavimentando as ruas, bem como regularização fundiária visando à regularização dos assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, reconstrução e/ou melhoria das moradias e remanejamento de algumas famílias, para outros lugares do mesmo assentamento.

Componentes ambientais: A área necessita urgente de medidas de remediação dos impactos ambientais causados pela ocupação irregular destes moradores. É preciso fazer a revitalização da vegetação nativa analisando as espécies nativas da região de Imbituva, minimizando os processos erosivos. É preciso que esta área seja recuperada voltando a ser o mais próximo do que era antes dos impactos da ocupação irregular das famílias.

Componentes Sociais: Construir pequenas áreas esportivas, praça de lazer, mais creches e escolas e principalmente mais unidades de saúde. Melhorando a qualidade de vida dos moradores da região e incentivando a inclusão social.

TABELA 7 – Tabela PEHIS Vila Nova Aliança

								A PEHIS VIIA NO e Habitação de Interesse S		,					
						244054					L	OTEAMENTO/IMBITU	VA		
Município	Regional	Nome	Tempo	FAMÍLIAS	Urbanização (1)	Urbanização Complexa (2)	Urbanização Simples (3)	Caracterização Geral da Favela		Padrão Médio de Construção/Domicí lios		Existência/NÃO de Serviços Públicos		Intervenção	
IMBITUVA	ERPG	Arredores Nova Aliança	12	54	0	54	0	1-Embaixo da rede de AT	NÃO	1-Madeira		1-Existe calçadas na maioria das ruas	NÃO TEM	1-Área em processo de RF	NÃO
								2-Embaixo de viaduto	NÃO	2- Alvenaria 1Pav.		2-Arruamento	PRECÁRIO	2-Ocupação da área	PROPRIEDA DE PÚBLICA
								3- Sobre/próximo lixão/aterro	NÃO	3-Alvenaria 2/+pav.		3- Rede Elétrica	PRECÁRIA	3-A área pertence	MUNICIPAL
								4-Sobre área de APP - legal	SIM	Materiais reaproveitéveis	Até 30%	4- Iluminação Pública	EM PARTE	3- Situação da área	INVASÃO
								5- Sobre/margeando leito de curso de água	NÃI	Lonas, plásticos, arames	Até 30%	5- Rede de abastecimento de água	PRECÁRIA		
				Origem da Estimativa				6-Sobre/próximo as faixas ferroviárias e/ou rodoviárias	NÃO	Outro - Compensados	Mais de 30% até 60%	6- Água parada em torno de moradia	POUCO	4- Reassentamento	NÃO
				Cadastro				7- Em áreas de cavas, pântanos/sistema de lagos	SIM			7- Coleta de lixo direta	COM REGULARIDA	5-Urbanização Simples	NÃO
								8- Sobre encosta ingreme	SIM			8-Coleta de lixo indireta	NÃO TEM	6-Urbanização Complexa	SIM
												9- Lixo acumulado em córrego	POUCO	7-Regularização Fundiária	SIM
								Existência ou Suscetibilidade a Risco Ambiental				10- Lixo acumulado em terrenos e beira de vias	MUITO	8- Reconstrução e melhoria nas moradias	SIM
								1- Inundação	Nenhum			11- Solução de esgotamento sanitário	PRECÁRIA	9- Remanejamento	SIM
								2- Deslizamento ou Desmoronamento	Médio			12-Valeta de esgoto a céu aberto	EM PARTE	10- Percentual p/reconstrução	70%
								3-Doenças respiratórias	Médio	Outro Estado de Conservação		13- Sinais de odores e gases	POUCO	11-Percentual p/ construção	30%
								4-Doenças Infecciosas	Nenhum	inabitável	Até 30%				
								5-Animais Selavagens/Peçonhentos	Nenhum	precário	Mais de 30% até 60%	Equipamentos a uma Distância de 1.000m do Fav.			
								6-Acidentes de Tráfego	Nenhum	bom estado		1- Posto de saúde	SIM		
								7- Eletrocutação	Nenhum			2- Escola	SIM		
								8-Afogamento	Nenhum			3- Creche	SIM		
								9-Contaminação Quimica	Nenhum			4- Centro Comunitário	SIM		
												5- Área de lazer	SIM		
												6- Outro*			
												7-Transporte escolar público			
OBS					ção de infraestrutu	ra faltante 1 área e execução de infra	ostrutura								
						s e execução de infraestri									

Fonte: COHAPAR 2013

8.3.3. RESERVA

8.3.3.1 Histórico

Na primeira metade do século XIX chegaram à localidade os primitivos povoadores, José Mariano de Marins, vindo de Faxina, Província de São Paulo. Portando título possessório de uma gleba que lhe fora doada pelo Governo da Província de São Paulo, localizada à margem esquerda do Rio Tibagi, chegou ao local por volta do ano de 1840, acompanhado de pequena comitiva e estabeleceu-se nas proximidades das nascentes do Rio Imbaú, no local então denominado Marins. Mais tarde, também procedente de São Paulo, chegava José Florentino de Sá Bittencourt, que se ligou a José Mariano de Martins, estabelecendo-se e tomando posse das terras situadas na zona conhecida pela denominação de Capinas Belas. Por volta do ano de 1845, apareceu no lugar o aventureiro José de Morais Cunha, com o intuito de garimpar ouro de aluvião, que constava existir nas margens do Tibagi. Entretanto em contato com Mariano de Martins, foi por este informado de que nas proximidades do seu acampamento ainda existiam terras que não tinham sido tocadas e que constituíam reserva, por pertencerem a uma tribo de índios denominada "Caingangueras": aquela área de terras era Reserva dos Silvícolas, de onde surgiu o nome que, muitos anos mais tarde, foi dado à localidade. Em 1906, houve a criação do Distrito de Reserva que, em 1921 foi elevado à categoria do município. Pela lei estadual nº 209, de 26 de outubro de 1937, o município passou a denominar-se Campinópolis e, pelo decreto estadual nº 6406, de 17 de fevereiro de 1938, voltou a denominar-se Reserva. (Fonte: IBGE/2012).

8.3.3.2 Dados do CadÚnico

O município de Reserva conta com 3665 famílias inscritas no CadÚnico, totalizando 13508 pessoas cadastradas.

- Destas famílias, atualmente 54% são beneficiárias do Programa Bolsa Família (1979),
 recebendo benefício mensal de transferência de renda.
- Dentre as famílias de Reserva inseridas no CadÚnico, 91,27% contam com uma mulher como responsável familiar (3345).
- Identifica-se que 79,21% das famílias em tela apresentam Crianças e/ou Adolescentes (pessoas entre 0 e 17 anos de idade) em sua composição (2903), com uma média de aproximadamente dois indivíduos nesta faixa etária por família (1,99).

- Além disso, 7,75% das famílias (284) contam com Pessoas Idosas (com 65 anos de idade ou mais), verificando-se uma média de 117 idosos a cada 100 famílias.
- Ainda, destaca-se que 11,21% das famílias (411), apresentam Pessoas com Deficiência entre seus dependentes.
- Em relação à situação habitacional dos cadastrados, os dados declarados indicam que 48 domicílios são habitados por mais de um núcleo familiar (coabitação), o que se constitui como um fator preponderante para a inclusão em programas de requalificação urbana.

8.3.3.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense

Foram analisadas características sociais relativas à composição das famílias incluídas no sistema de cadastro do Programa Família Paranaense, em acordo com amostragem de trinta famílias residentes em área urbana. Registram-se as seguintes informações:

- 100% das famílias são chefiadas por mulheres;
- 57% das famílias são monoparentais, ou seja, apresenta apenas um responsável pelos dependentes menores de 18 anos, o que se constitui como um significativo fator de vulnerabilidade social;
- A porcentagem de famílias com crianças e/ou adolescentes chega a 93,34%, significativamente maior ao índice geral do CadÚnico do município (79,21%).
 Seguem abaixo as informações referentes à porcentagem de famílias pelo número de dependentes:

Porcentagem de famílias com Cria	nças	Porcentagem de famílias com Adolescentes				
Famílias com 5 crianças	0	Famílias com 5 adolescentes	3,33%			
Famílias com 4 crianças	10%	Famílias com 4 adolescentes	3,33%			
Famílias com 3 crianças	13,32%	Famílias com 3 adolescentes	6,67%			
Famílias com 2 crianças	39,96%	Famílias com 2 adolescentes	10%			
Famílias com 1 crianças	23,31%	Famílias com 1 adolescentes	16,65%			
Famílias com 0 crianças	13,32%	Famílias com 0 adolescentes	59,94%			

Vale ressaltar que grande parte das famílias são constituídas por casais jovens e, por isso, como se pode observar, a quantidade de famílias com crianças é consideravelmente maior do a quantidade de famílias com adolescentes. Este fato acena para a possibilidade de aumento no número de dependentes, com o nascimento de mais crianças nos próximos anos.

De acordo com a amostragem analisada, verificou-se apenas 3,33% das famílias com pessoas idosas. Além disso, as famílias com pessoas com deficiência atingem um índice de 13,32, com média de 1,25 indivíduos por núcleo familiar.

Por fim, em relação ao número de famílias incluídas no Programa Bolsa Família, percebe-se que 79,92% dos grupos familiares contam com o benefício de transferência de renda. Esta alta porcentagem indica que as ações do Programa Família Paranaense estão sendo assertivas no atendimento à população mais vulnerável socialmente.

8.3.3.4 Atividades Econômicas

A economia de Reserva é baseada em atividades agrícolas e madeireiras. O município é conhecido como "a capital do tomate", dada a importância desta produção para a economia local. Além do tomate, outros frutos e legumes são produzidos em escala significativa, bem como feijão, trigo, soja e milho. Das 11721 pessoas economicamente ativas em Reserva, grande parte atua no setor agropecuário, sendo o comércio varejista e a prestação de serviços à ocupação predominante do restante da população. Com isso, observa-se um IDHM-R de 0,603 em Reserva, sendo a renda per capta média de R\$ 144,96 mensais.

8.3.3.5 Assentamento Bairro Saraiva

A FIGURA 20 abaixo mostra a área delimitada para intervenção no assentamento Bairro Saraiva, localizado no município de Reserva, abrangendo um total de 110 famílias as quais estão em área de alto risco e vulnerabilidade ambiental.



Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 06/11/2012

Sistema de abastecimento de água: A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR é a empresa responsável pela operação do sistema de abastecimento de água potável no município. A empresa considera 100% da população urbana atendida pelo serviço, totalizando 1.182 residências, além dos distritos de José Lacerda e Rio Novo. As demais comunidades possuem sistemas próprios de abastecimento, de acordo com a TABELA 09 abaixo, fornecida pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES.

TABELA 04 – Sistema de Abastecimento de Água do Município de Reserva

• •										
ABASTECIMENTO DE ÁGUA, PELA SANEPAR, SEGUNDO AS CATEGORIAS - 2011										
CATEGORIAS	UNIDADES ATENDIDAS	LIGAÇÕES								
Residenciais	1.182	1.127								
Comerciais	77	69								
Industriais	4	3								
Utilidade pública	48	48								
Poder público	35	35								
TOTAL	1.346	1.282								

FONTE: SANEPAR

NOTA: Unidades (Economias) Atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

Fonte: SANEPAR 2011

Cobertura Vegetal: Nesta área de intervenção foi removida parte ou quase toda a cobertura vegetal, podendo ser visualizadas apenas alguns pequenos espaços com vegetação agrupada. Causando consequências agravantes. As árvores e plantas têm a função de proteger o solo, elas diminuem a velocidade do escoamento superficial, e evitam o impacto direto das chuvas através de suas raízes que ajudam a retê-lo, evitando a sua desagregação. Os principais impactos ambientais visualizados foram: o aumento do processo erosivo, o que levou a um empobrecimento dos solos, como resultado da retirada de sua camada superficial. Assoreamento do rio, como resultado da elevação da sedimentação, provocando desequilíbrios no ecossistema aquático, além de causar enchentes. Extinção de algumas nascentes, resultante da menor infiltração da água das chuvas no subsolo, provocando problemas de abastecimento de água no município. Diminuição dos índices pluviométricos, resultantes da evapotranspiração, ou seja, da troca de água da floresta com a atmosfera. Elevação das temperaturas, como consequência da maior irradiação de calor para a atmosfera a partir do solo exposto, sem as florestas, quase toda energia é devolvida para a atmosfera em forma de calor, elevando as temperaturas médias. Agravamento dos processos de desertificação, ou seja, áreas sem nenhum tipo de cobertura vegetal. Proliferação de pragas e doenças, como resultado de desequilíbrios nas cadeias alimentares. Algumas espécies, geralmente insetos, antes sem nenhuma nocividade, passaram a proliferar exponencialmente com a eliminação de seus predadores, causando graves prejuízos, principalmente para a agricultura e comunidade local.

FIGURA 21 – Cobertura vegetal do Bairro Saraiva





Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 06/11/2012

<u>Fauna</u>: Com a remoção da cobertura vegetal e extinção dos corredores de biodiversidade locais consequentemente ocorre o afastamento dos animais por conta da diminuição da oferta de abrigo e alimento, a diminuição da sustentabilidade do ecossistema, possibilitando o aumento das populações de animais nocivos ao homem, devido à criação de ambiente propício ao seu desenvolvimento. Infelizmente não foram encontrados sinais e nem a presença de animais nativos. Tornando o quadro ambiental do assentamento Bairro Saraiva ainda mais preocupante. Um ponto importante a se tratar é o alto índice de animais domésticos encontrados soltos nas ruas principalmente cães e galinhas de criação doméstica.

Recursos Hídricos: Neste trecho foi identificado o córrego Arroio dos Ferreiras que passa ao lado das casas do assentamento. A visita técnica nos possibilitou identificar diversas atividades potencialmente poluidoras do sistema hídrico a principal delas é o lançamento direto de esgoto doméstico, compreendendo as águas utilizadas para higiene pessoal, lavagem de alimentos e utensílios, além da água usada em vasos sanitários composta por coliformes que são consideradas indicadores primários da contaminação fecal das águas. Os depósitos de lixo no córrego são compostos por resíduos sólidos de atividades domésticas, hospitalares e agrícolas, a decomposição destes resíduos, produz um líquido altamente poluído e contaminado denominado chorume que atinge os mananciais subterrâneos e superficiais. Os resíduos mais encontrados no córrego em questão foram pneus, garrafas pet, embalagens plásticas, metais e tábuas de madeiras. A coloração da água do rio estava escura (marrom), porém sem odores fortes.

FIGURA 22 - Córrego Arroio dos Ferreiras do Bairro Saraiva





Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 06/11/2012

Qualidade do Ar: As emissões atmosféricas percebidas foram apenas àquelas provenientes de veículos, carros, ônibus, caminhões e obras locais que levantam muita poeira. Cujo grau de incidência depende do nível de tráfego local que não é muito alto. Os principais problemas vinculados à saúde da população que podem vir a aparecer são ao nível do sistema respiratório e cardiovascular.

Emissão de Ruídos: O ruído é o que mais colabora para a existência da poluição sonora. Ele é provocado pelo som excessivo de canteiros de obras, meios de transporte, áreas de recreação, atividades domésticas, etc. Estes ruídos provocam efeitos negativos para o sistema auditivo das pessoas, além de provocar alterações comportamentais e orgânicas. A OMS (Organização Mundial de Saúde) considera que um som deve ficar em até 50db (decibéis – unidade de medida do som) para não causar prejuízos ao ser humano. A partir de 50db, os efeitos negativos começam. Alguns problemas podem ocorrer em curto prazo, outros levam anos para serem notados. Foram percebidos ruidos provenientes de música baixa (40db), conversas tranqüilas (40-50db), caminhão (100db), buzina de automóvel (110db) e máquinas de obras (110db).

Limpeza Pública: Os resíduos estão dispostos a céu aberto acarretando sérios problemas à saúde pública local, como proliferação de vetores de doenças (moscas, mosquitos, baratas e ratos, etc.), geração de maus odores e principalmente, a poluição do solo e das águas superficiais e subterrâneas através do chorume (líquido produzido pela decomposição da matéria orgânica contida no lixo). Em termos ambientais isso tem agravado a poluição do ar, do solo e das águas e ainda provocam poluição visual. O chorume, que surge

pela decomposição dos resíduos, acaba se infiltrando no solo causando sua poluição, devido á geração de líquidos percolados. Se ocorrer a contaminação do lençol freático, pela infiltração desse líquido, poderá resultar em endemias, desenvolvendo surtos epidêmicos na comunidade. Existem vários locais onde moradores entulham resíduos e armazenam em suas próprias casas.

FIGURA 23 – Disposição irregular dos resíduos no Bairro Saraiva





Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 06/11/2012

Arruamento: O acesso às casas é extremamente precário e de difícil locomoção, em algumas ruas é impossível passar com qualquer tipo de veiculo automotor. Não existe arruamento definido e nem calçadas as ruas são de terra e os moradores colocam pedras grandes e pesadas para tampar buracos e desníveis, evitando acidentes e quedas.

FIGURA 24 – Arruamento do Bairro Saraiva





Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 06/11/2012

Abastecimento de Água: A SANEPAR é a empresa responsável pela distribuição de água tratada aos moradores, eles possuem acesso a este recurso e ele está em bom estado de consumo, a água é captada no Salto da Usina Rio Maromba, manancial de abastecimento público do município de Reserva, que recebeu esse nome pelo fato de no local antigamente funcionar uma usina hidrelétrica. O salto está distante aproximadamente há 4 (quatro) quilômetros do centro da cidade de Reserva. É um local bastante visitado pela população local.

Rede de Esgoto: Não existem redes de esgoto, os moradores despejam seus efluentes líquidos provenientes de lavagem de louças e materiais e de vasos sanitários em valetas a céu aberto na rua ao lado de suas casas e fossas. Muitos dos moradores não possuem vasos sanitários e acabam fazendo suas necessidades em pequenos arbustos perto do córrego, o mau cheiro é bastante incômodo e atrai muitos insetos e animais extremamente prejudiciais à saúde humana ao lado da área legal (APP), próximo às casas existe uma Elevatória de Esgoto da SANEPAR que, conforme informação de um morador está desativada há muitos anos, sem contar que o local onde está instalada é totalmente impróprio.

FIGURA 25 – Rede do esgoto sanitário doméstico no Bairro Saraiva





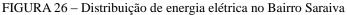




Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 06/11/2012

<u>Energia Elétrica</u>: A maioria das casas não tem acesso à energia elétrica, porém a COPEL disponibiliza iluminação pública nas ruas, com isso os moradores acabam utilizando formas irregulares de iluminação em suas residências, muito conhecida como "gato".







Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 06/11/2012

<u>Unidades de Saúde</u>: Na região não foram localizadas unidades de saúde, porém no Município existem um Centro de Saúde da Criança e da Mulher, o Hospital Menino Jesus e uma Unidade de Saúde de Reserva.

<u>Unidades Escolares</u>: No local do assentamento está sendo construída uma creche ao lado das casas e no Município foram localizadas quatro escolas próximas à região a

Escola Estadual Gregório Szeremeta, a APM da Escola Municipal Luiza Almeida Ferreira, a Escola Municipal Afonso Pena e a APM da Escola Frei Thomaz.





FIGURA 27 - Obras da creche no Bairro Saraiva

Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 06/11/2012

INDICADOR DE PERCEPÇÃO

Ao perguntar aos moradores como eles se sentiam em relação ao ambiente e as condições de infraestrutura e saneamento de onde residem surgiram vários comentários determinantes para definir o alto nível de sua insatisfação.

(Informações: Prefeitura Municipal de Reserva - 2012)

Comentário 1 – Sr. Severino Jacó VII (Morador).

"Sou proprietário desta grande área ao lado da área legal e mesmo assim não me respeitam, já invadiram meu terreno, fazem sujeira no rio que agora nem é rio mais é praticamente um esgoto de tão sujo que está todas essas casas ai que você está vendo ao redor do rio jogam o esgoto direto no rio, e eles não têm banheiro e fazem cocô no mato por isso que está este cheiro horrível e tem tanta mosca, se você andar pela margem do rio mais ou menos uns 30 metros para dentro da área legal você pode ver todo o lixo acumulado que é jogado. E bem aqui do lado tem essa elevatória de esgoto da Sanepar que está desativada fazem uns 8 anos, ela nunca funcionou. Acho que deveriam arrumar isso aqui, tinham que colocar rede de esgoto e melhorar a qualidade

do rio e da natureza que está bem destruída, eu ia me sentir bem melhor aqui se vocês nos ajudassem fazendo isso".

CONCLUSÃO TÉCNICA

Componentes Urbanísticos: A área necessita da implantação de urbanização complexa, melhorando os aspectos de saneamento básico oferecendo melhor acesso à água tratada e implantação de redes de esgoto ligadas às residências, regularização dos fios de luz que estão irregulares em quase todas as residências ("gato"), melhorara a acessibilidade às casas pavimentando as ruas, bem como regularização fundiária visando à regularização dos assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, reconstrução e/ou melhoria das moradias e remanejamento de algumas famílias, para outros lugares do mesmo assentamento.

Componentes ambientais: A área necessita urgente de medidas de remediação dos impactos ambientais causados pela ocupação irregular destes moradores. É preciso fazer a revitalização da vegetação nativa utilizando preferencialmente plantas e árvores que atraem pássaros e animais nativos, principalmente no entorno do Córrego Arroio dos Ferreiras (mata ciliar), minimizando os processos erosivos e a poluição da água. Esta revitalização deverá proporcionar ao ambiente, características próximas de como era antes dos impactos e alterações ambientais causados pela ocupação irregular das famílias.

Componentes Sociais: Construir pequenas áreas esportivas, praças de lazer, mais creches e escolas e principalmente mais unidades de saúde. Incentivando a inclusão social melhorando a qualidade de vida destas famílias.

TABELA 5 – Tabela PEHIS Bairro Saraiva

								Dados do l	Plano Estadual de Habi	itação de Interesse Soc	ial -PEH	ΠS					
														FAVELA/RESERVA			
Município	NDF	F	Regional	Nome	Tempo	FAMÍLIAS	Urbanização (1)	Urbanização Complexa (2)	Urbanização Simples (3)	Caracterização Geral da Favela		Padrão Médio de Construção/Domicílios		Existência/NÃO de Serviços Públicos		Intervenção	
RESERVA	345	002	ERPG	Saraiva	10	91	10	0	81	1-Embaixo da rede de A	NÃO	1-Madeira	Mais de 60%	1-Existe calçadas na maioria das ruas	NÃO TEM	1-Área em processo de RF	NÃO
										2-Embaixo de viaduto	NÃO	2- Alvenaria 1Pav.		2-Arruamento	PRECÁRIO	2-Ocupação da área	PROPRIEI E PÚBLIO
										3- Sobre/próximo lixão/aterro	NÃO	3-Alvenaria 2/+pav.		3- Rede Elétrica	PRECÁRIA	3-A área pertence	MUNICI
										4-Sobre área de APP - legal	SIM	Materiais reaproveitéveis	Até 30 %	4- Iluminação Pública	EM PARTE	3- Situação da área	USUCAP
										5- Sobre/margeando leito de curso de água	SIM	Lonas, plásticos, arames	Até 30 %	5- Rede de abastecimento de água	BOA		
						Origem da Estimativa				6-Sobre/próximo as faixas ferroviárias e/ou rodoviárias	NÃO	Outro - Costaneira	Mais de 30% até 60%	6- Água parada em torno de moradia	MUITO	4- Reassentamento	SIM
						Cadastro				7- Em áreas de cavas, pântanos/sistema de	NÃO			7- Coleta de lixo direta	COM REGULARI	5-Urbanização Simples	SIM
										8- Sobre encosta ingrem	NÃO			8-Coleta de lixo indireta	NÃO TEM	6-Urbanização Complexa	
										Existência ou				9- Lixo acumulado em córrego 10- Lixo acumulado	POUCO	7-Regularização Fundiária 8- Reconstrução e	
										Suscetibilidade a Risco Ambiental				em terrenos e beira de vias	POUCO	melhoria nas moradias	
										1- Inundação 2- Deslizamento ou	Baixo			11- Solução de esgotamento sanitário 12-Valeta de esgoto a	NÃO TEM	9- Remanejamento 10- Percentual	
										Desmoronamento	Baixo	Outro Estado de		céu aberto 13- Sinais de odores e	EM PARTE	p/reconstrução 11-Percentual p/	
										3-Doenças respiratórias	Baixo	Conservação		gases	NÃO TEM	construção	
										4-Doenças Infecciosas	Médio	inabitável	Até 30 %				
										5-Animais Selavagens/Peçonhento s	Baixo	precário	Mais de 30% até 60%	Equipamentos a uma Distância de 1.000m do Fav.			
										6-Acidentes de Tráfego	Nenhum	bom estado	Até 30 %	1- Posto de saúde	SIM		
										7- Eletrocutação	Nenhum			2- Escola	SIM		
										8-Afogamento	Nenhum			3- Creche	SIM		
										9-Contaminação Quimica	Nenhum			4- Centro Comunitário	SIM		
														5- Área de lazer	NÃO		
														6- Outro* 7-Transporte escolar	NÃO		
	1	1			1				1				l	público	1	I	

Fonte: COHAPAR 2013

8.3.4. WENCESLAU BRAZ

8.3.4.1 Histórico

No ano de 1915, Joaquim Miranda, que se dedicava à agricultura, fixou residência a 21 quilômetros distante da sede de São José da Boa Vista, sendo o primeiro morador. Nesse mesmo ano, com a aproximação do traçado da ferrovia denominada Ramal do Paranapanema, naquele mesmo local, iria situar-se o quilômetro 70 do referido Ramal e que seria sede de um acampamento de serviços de construção ferroviária. A notícia desse evento atraiu novos moradores. Os primeiros a chegarem foram: Jorge Merége Chuery, Afonso Ribas e Felipe Miguel de Carvalho. Em 28 de julho de 1917, pela Lei Municipal nº 108 procedeu-se a demarcação do novo Patrimônio, que, pela mesma Lei, foi denominado Novo Horizonte. A denominação da nova povoação foi mudada, mais tarde, para Brazópolis, já então em franco progresso. Graças ainda ao incansável esforço de Felipe Miguel de Carvalho, pela Lei nº 1980, de 5 de abril de 1920, Brazópolis foi elevado à categoria de Distrito Judiciário, na Comarca de Tomazina, sendo instalado a 17 de outubro de 1920. Mais tarde a povoação mudou o nome para Wenceslau Braz, pela Lei Estadual nº 2645, de 10 de abril de 1929, em homenagem ao grande estadista brasileiro, que, quando investido no cargo de Presidente da República, mandou abrir a Estrada de ferro. A 16 de março de 1934, em virtude do Decretolei estadual nº 704, foi o Distrito de Wenceslau Braz desmembrado da Comarca de Tomazina e anexado à Comarca de São José da Boa Vista e, a 17 de outubro de 1935, foi transferida para Wenceslau Braz a sede da Comarca e do Município, passando ambos a ter a denominação atual. Distrito criado com a denominação de Brazópolis, pela lei n.º 1980, de 05-04-1920, subordinado ao município de Tomazina. No quadro do recenseamento geral de 1-IX-1920, o distrito de Brazópolis figura no município de Tomazina. Pela lei estadual n.º 2645, de 10-04-1929, o distrito de Brazópolis passou a denominar-se Wenceslau Brás. (Fonte: IBGE/2012)

8.3.4.2 Dados do CadÚnico

O município de Wenceslau Braz conta com 2588 famílias cadastradas no CadÚnico, num total de 8221 indivíduos. Destes núcleos familiares, destaca-se que 84,74% apresentam mulheres como principais responsáveis. Também ressalta-se que 59,47% das famílias estão ativas como beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Quanto à composição familiar, elencam-se as seguintes informações:

- 1804 famílias possuem crianças e/ou adolescentes, o que corresponde a 69,71% do
 total. São 3253 indivíduos com idades compreendidas entre zero e 18 anos
 incompletos, o que nos leva a uma média de 1,8 crianças e/ou adolescentes por
 família;
- A população idosa está presente em 12,52% das famílias inseridas no CadÚnico (324),
 com uma média de 111 pessoas com mais de 65 anos para cada grupo de 100 famílias;
- 109 famílias apresentam pessoas com deficiência entre seus dependentes, o que corresponde a 4,21% do número de famílias cadastradas.

Ainda, é interessante registrar que, em acordo com as informações prestadas, existem mais de uma família com cadastro residindo em dez domicílios de Wenceslau Braz.

8.3.4.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense

A partir da análise de cadastros de uma amostra com 42 famílias incluídas no Programa Família Paranaense em Wenceslau Braz, foram observados os seguintes dados sociais:

- 90,48% das famílias atendidas pelo programa apresentam responsável familiar do sexo feminino;
- 35,7% das famílias em tela são monoparentais, ou seja, apresentam apenas um responsável pelos filhos e demais dependentes;
- 88,1% das famílias analisadas possuem crianças e/ou adolescentes. Trata-se de uma média de 1,93 pessoas com idades entre zero e doze e /ou doze e dezoito anos incompletos a cada núcleo familiar. A quantidade de crianças e adolescentes por família aparece expressa em porcentagens na tabela a seguir:

Porcentagem de famílias com O	Crianças	Porcentagem de famílias com Adolescentes				
Famílias com 5 crianças	0%	Famílias com 5 adolescentes	0%			
Famílias com 4 crianças	7,14%	Famílias com 4 adolescentes	0%			
Famílias com 3 crianças	16,66%	Famílias com 3 adolescentes	0%			
Famílias com 2 crianças	23,8%	Famílias com 2 adolescentes	9,52%			
Famílias com 1 crianças	35,7%	Famílias com 1 adolescentes	11,9%			
Famílias com 0 crianças	16,66%	Famílias com 0 adolescentes	78,58%			

- Pessoas idosas, ou seja, com idade superior a 65 anos, compõem 14,28% das famílias inseridas no Programa Família Paranaense. A média é de 1,17 indivíduos nesta faixa etária por grupo familiar;
- 2,38% das famílias inseridas no referido programa declararam contar com pessoa com deficiência entre seus dependentes;
- 80,92% das famílias inseridas no Família Paranaense também são atendidas pelo Programa Bolsa Família, que funciona como aporte financeiro para superação de vulnerabilidades decorrentes do fator renda.

8.3.4.4 Atividades Econômicas

A economia é fortemente baseada em atividades agrícolas (feijão, milho, soja, tomate e outros), na pecuária (bovinos e suínos) e avícola, tendo sofrido alguma influência de imigrantes do oriente médio (como comerciantes), e, principalmente na agricultura e criação de aves/suínos. O rendimento mensal domiciliar per capita nominal é de R\$ 509,00.

8.3.4.5 Assentamento Vila Sem Teto

A FIGURA 28 abaixo mostra a área delimitada para intervenção no assentamento Vila Sem Teto, localizado no município de Wenceslau Braz, abrangendo um total de 92 famílias que estão localizadas em área de alto risco e vulnerabilidade ambiental.



Fonte: Google/COHAPAR 2014

Cobertura Vegetal: Nesta área de intervenção foi removida parte ou quase toda a cobertura vegetal, podendo ser visualizadas apenas alguns pequenos espaços com vegetação agrupada. Causando consequências agravantes. As árvores e plantas têm a função de proteger o solo, elas diminuem a velocidade do escoamento superficial, e evitam o impacto direto das chuyas atrayés de suas raízes que ajudam a retê-lo, evitando a sua desagregação. Os principais impactos ambientais visualizados foram: o aumento do processo erosivo, o que levou a um empobrecimento dos solos, como resultado da retirada de sua camada superficial. Assoreamento do rio, como resultado da elevação da sedimentação, provocando desequilíbrios no ecossistema aquático, além de causar enchentes. Extinção de algumas nascentes, resultante da menor infiltração da água das chuvas no subsolo, provocando problemas de abastecimento de água no município. Diminuição dos índices pluviométricos, resultantes da evapotranspiração, ou seja, da troca de água da floresta com a atmosfera. Elevação das temperaturas, como consequência da maior irradiação de calor para a atmosfera a partir do solo exposto, sem as florestas, quase toda energia é devolvida para a atmosfera em forma de calor, elevando as temperaturas médias. Agravamento dos processos de desertificação, ou seja, áreas sem nenhum tipo de cobertura vegetal. Proliferação de pragas e doenças, como resultado de desequilíbrios nas cadeias alimentares. Algumas espécies, geralmente insetos, antes sem nenhuma nocividade, passaram a proliferar exponencialmente com a eliminação de seus predadores, causando graves prejuízos, principalmente para a agricultura e comunidade local.









Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 06/11/2012

<u>Fauna</u>: Com a remoção da cobertura vegetal e extinção dos corredores de biodiversidade locais consequentemente ocorre o afastamento dos animais por conta da diminuição da oferta de abrigo e alimento, a diminuição da sustentabilidade do ecossistema, possibilitando o aumento das populações de animais nocivos ao homem, devido à criação de ambiente propício ao seu desenvolvimento. Infelizmente não foram encontrados sinais e nem a presença de animais nativos. Tornando o quadro ambiental da vila Sem Teto ainda mais preocupante. Um ponto importante a se tratar é o alto índice de animais domésticos encontrados soltos nas ruas principalmente cães e galinhas de criação doméstica.

Recursos Hídricos: Neste trecho foi identificado um rio popularmente conhecido por Córrego Ribeirão Matadouro, que cruza grande parte do Município de Wenceslau Braz. A visita técnica nos possibilitou identificar diversas atividades potencialmente geradoras de poluição do sistema hídrico a principal delas é o lançamento direto de esgoto doméstico, compreendendo as águas utilizadas para higiene pessoal, lavagem de alimentos e utensílios, além da água usada em vasos sanitários composta por coliformes que são consideradas indicadores primários da contaminação fecal das águas. Os depósitos de lixo no córrego são compostos por resíduos sólidos de atividades domésticas, hospitalares e agrícolas, a decomposição destes resíduos, produz um líquido altamente poluído e contaminado denominado chorume que atinge os mananciais subterrâneos e superficiais. Os resíduos mais encontrados no córrego em questão foram pneus, garrafas pet, embalagens plásticas, metais e tábuas de madeiras. A coloração da água do rio estava escura (marrom), porém sem odor. Os

moradores estão assentados na margem deste córrego em alguns trechos que pode ser classificada como área de risco de inundação.

FIGURA 30 – Córrego Ribeirão Matadouro do Assentamento Vila Sem Teto



Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 06/11/2012

Qualidade do Ar: As emissões atmosféricas percebidas foram apenas àquelas provenientes de veículos, carros, ônibus e caminhões. Cujo grau de incidência depende do nível de tráfego local que não é muito alto. Os principais problemas vinculados à saúde da população que podem vir a aparecer são ao nível do sistema respiratório e cardiovascular.

Emissão de Ruídos: O ruído é o que mais colabora para a existência da poluição sonora. Ele é provocado pelo som excessivo de canteiros de obras, meios de transporte, áreas de recreação, atividades domésticas, etc. Estes ruídos provocam efeitos negativos para o sistema auditivo das pessoas, além de provocar alterações comportamentais e orgânicas. A OMS (Organização Mundial de Saúde) considera que um som deve ficar em até 50db (decibéis – unidade de medida do som) para não causar prejuízos ao ser humano. A partir de 50db, os efeitos negativos começam. Alguns problemas podem ocorrer em curto prazo, outros levam anos para serem notados. Foram percebidos ruidos provenientes de música baixa (40db), conversas tranqüilas (40-50db), caminhão (100db), buzina de automóvel (110db).

Limpeza Pública: Os resíduos estão dispostos a céu aberto acarretando sérios problemas à saúde pública local, como proliferação de vetores de doenças (moscas, mosquitos, baratas e ratos, etc.), geração de maus odores e principalmente, a poluição do solo e das águas superficiais e subterrâneas através do chorume (líquido produzido pela decomposição da matéria orgânica contida no lixo), comprometendo os recursos hídricos. Em termos ambientais isso tem agravado a poluição do ar, do solo e das águas e ainda provocam poluição visual. O chorume, que surge pela decomposição dos resíduos, acaba se infiltrando

no solo causando sua poluição, devido á geração de líquidos percolados. Se ocorrer a contaminação do lençol freático, pela infiltração desse líquido, poderá resultar em endemias, desenvolvendo surtos epidêmicos na comunidade. Há aproximadamente quatro meses vem sendo implantada a coleta seletiva na região, que é feita apenas uma vez por semana na sextafeira por uma empresa terceirizada através de um caminhão de lixo conhecido por "BonDe Reciclagem", e os resíduos são dispostos de forma misturada em um Lixão a céu aberto situado a aproximadamente 6 km de distância do assentamento. Após um longo processo de readequação do aterro sanitário, onde foram investidos recursos para a construção de uma nova vala e aplicação de gel membrana para proteção o solo uma nova etapa importante no processo pôde ser iniciada. A estruturação da Associação dos Profissionais de Reciclagem e Resíduos Sólidos – APRES que vem ajudando os trabalhadores que até então trabalhavam de maneira informal a aumentar a renda familiar. A princípio três cores serão utilizadas, azul, branco e preto. Nas embalagens azuis serão depositados os materiais para reciclagem, ou seja, plásticos, papel (que não devem estar molhados ou sujos), vidro e metal. Para evitar que a população gaste mais com sacos de lixo, a prefeitura fechou contrato com todos os supermercados do município e a partir de agora as sacolas plásticas oferecidas pelo estabelecimento serão das cores branca e azul, sendo assim, as famílias Brazenses continuarão comprando apenas os sacos de lixo preto. Os funcionários são trabalhadores que eram autônomos e não possuíam renda fixa. Um convênio foi firmado entre a prefeitura e a associação para que nem um trabalhador receba menos de um salário mínimo. Caso a arrecadação tenha sido num valor inferior a R\$ 622,00 a prefeitura completa a renda. A renda da coleta e da triagem é rateada entre os associados, isso faz com que a renda seja igual para todos os funcionários. Com a coleta seletiva, o trabalho dos associados se torna mais rápido e fácil, já que pela cor será identificado o material. Já o lixo hospitalar deve ser armazenado separadamente e entregue em qualquer unidade de saúde, ou seja, postos de saúde, laboratórios, clínicas, hospital ou pronto socorro. Esses rejeitos têm uma coleta especial, e uma empresa especializada fica responsável por recolher esse material. "Já houve vários casos em que os trabalhadores da associação se feriram com materiais perfuro cortantes e isso é extremamente prejudicial à saúde dos trabalhadores", porém ainda existem muitos catadores independentes na vila Sem Teto que armazenam os resíduos recicláveis em suas próprias residências.

FIGURA 31 – Disposição dos resíduos no Assentamento Vila Sem Teto





Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 06/11/2012

Arruamento: O acesso às casas é extremamente precário e de difícil locomoção, em algumas ruas é impossível passar com qualquer tipo de veiculo automotor. Não existe arruamento definido e nem calçadas as ruas são de terra e os moradores colocam pedras grandes e pesadas para tampar buracos e desníveis, evitando acidentes e quedas.

FIGURA 32 – Arruamento do Assentamento Vila Sem Teto





Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 06/11/2012

Abastecimento de Água: A SANEPAR é a empresa responsável pela distribuição de água tratada aos moradores, eles possuem acesso a este recurso e ele está em bom estado de consumo, a água é captada do manancial Ribeirão da Natureza localizado a poucos

quilômetros da região classificada como BOA conforme ICMS Ecológico do AGUASPARANÁ/SANEPAR.

Rede de Esgoto: Não existem redes de esgoto, os moradores despejam seus efluentes líquidos provenientes de lavagem de louças e materiais e de vasos sanitários em valetas a céu aberto na rua ao lado de suas casas e fossas. O mau cheiro proveniente desta ação é bastante incômodo e atrai muitos insetos e animais prejudiciais à saúde humana no local.

FIGURA 33- Disposição do Esgoto Assentamento Vila Sem Teto



Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 06/11/2012

Energia Elétrica: A maioria das casas não tem acesso à energia elétrica, porém a COPEL disponibiliza iluminação pública nas ruas, com isso os moradores acabam utilizando formas irregulares de iluminação em suas residências, muito conhecida como "gato e rabicho".



FIGURA 34 – Acesso a energia elétrica Assentamento Vila Sem Teto

Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 06/11/2012

Domicílios: As casas são muito precárias, construídas com sucatas como: pneus, lonas plásticas, restos de madeira e materiais encontrados por eles mesmos, existem poucas casas construídas em alvenaria, mas é possível localiza-las. Estas casas precárias apresentam alto risco a segurança das famílias, principalmente em dias de tempestade e chuvas fortes. Geralmente as casas têm um ou dois cômodos apenas, onde é dividida a cozinha/sala e o quarto, elas não possuem banheiros regulares, e para resolver a situação constroem pequenas "casinhas" de madeira para utilizar como banheiro ao lado de fora da casa, sem terem higiene sanitária ou ligação a redes de esgoto.

FIGURA 25 – Domicílios Assentamento Vila Sem Teto









Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 06/11/2012

<u>Unidades de Saúde</u>: Na região foi localizada apenas uma Unidade Básica de Saúde (UBS).

<u>Unidades Escolares</u>: Foram localizadas duas escolas Municipais próximas à região a Escola Municipal Maria Cecília Meireles e a Escola Municipal Rui Barbosa.

CONCLUSÃO TÉCNICA

Componentes Urbanísticos: A área necessita da implantação de urbanização complexa, melhorando os aspectos de saneamento básico oferecendo melhor acesso à água tratada e implantação de redes de esgoto ligadas às residências, regularização dos fios de luz que estão irregulares em quase todas as residências ("gato"), melhorara a acessibilidade às casas pavimentando as ruas, bem como regularização fundiária visando à regularização dos assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, reconstrução e/ou melhoria das moradias e remanejamento de algumas famílias, para outros lugares do mesmo assentamento.

Componentes ambientais: A área necessita urgente de medidas de remediação dos impactos ambientais causados pela ocupação irregular destes moradores. É preciso fazer a revitalização da vegetação nativa utilizando preferencialmente plantas e árvores que atraem pássaros e animais nativos, principalmente no entorno do Córrego Ribeirão Matadouro (mata ciliar), minimizando os processos erosivos e a poluição da água. Esta revitalização deverá proporcionar ao ambiente, características próximas de como era antes dos impactos e alterações ambientais causados pela ocupação irregular das famílias.

Componentes Sociais: Construir pequenas áreas esportivas, praças de lazer, mais creches e escolas e principalmente mais unidades de saúde. Incentivando a inclusão social melhorando a qualidade de vida destas famílias.

TABELA 06 – Tabela PEHIS Assentamento Vila Sem Teto

							Da					ento Vila Sem Teto se Social -PEHIS)				
							Da	uos uo Fiund	Latadaa ac	nabitação de int	CICS	Se Gociai - Enio	FA\	/ELA/WENSESLAU B	RAZ		
Município	NDF	F	Regional	Nome	Tempo	FAMÍLIAS	Urbanização (1)	Urbanização Complexa (2)	Urbanização Simples (3)	Caracterização Geral da Favela		Padrão Médio de Construção/Domicílios		Existência/NÃO de Serviços Públicos		Intervenção	
WENSESLAU BRAZ	353	002	ERPG	Sem Teto	28	92	0	0	92	1-Embaixo da rede de AT	NÃO	1-Madeira	Mais de 30% até 60%	1-Existe calçadas na maioria das ruas	NÃO TEM	1-Área em processo de RF	NÃO
										2-Embaixo de viaduto	NÃO	2- Alvenaria 1Pav.	Mais de 30% até 60%	2-Arruamento	PRECÁRIO	2-Ocupação da área	PROPRIEDADE PÚBLICA
										3- Sobre/próximo lixão/aterro	NÃO	3-Alvenaria 2/+pav.		3- Rede Elétrica	BOA	3-A área pertence	ESTADUAL
										4-Sobre área de APP - legal	SIM	Materiais reaproveitéveis	Mais de 30% até 60%	4- Iluminação Pública	EM TUDO	3- Situação da área	ÁREA INVADIDA
										5- Sobre/margeando leito de curso de água	SIM	Lonas, plásticos, arames		5- Rede de abastecimento de água	BOA		
						Origem da Estimativa				6-Sobre/próximo as faixas ferroviárias e/ou rodoviárias	NÃO	Outro		6- Água parada em torno de moradia	POUCO	4- Reassentamento	NÃO
						Observação Pessoal				7- Em áreas de cavas, pântanos/sistema de lagos	NÃO			7- Coleta de lixo direta	COM REGULARIDADE		NÃO
										8- Sobre encosta íngreme	SIM			8-Coleta de lixo indireta	NÃO TEM	6-Urbanização Complexa	SIM
														9- Lixo acumulado em córrego	POUCO	7-Regularização Fundiária	SIM
										Existência ou Suscetibilidade a Risco Ambiental				10- Lixo acumulado em terrenos e beira de vias	POUCO	8- Reconstrução e melhoria nas moradias	SIM
										1- Inundação	Baixo			11- Solução de esgotamento sanitário	PRECÁRIA	9- Remanejamento	SIM
										2- Deslizamento ou Desmoronamento	Baixo			12-Valeta de esgoto a céu aberto	EM PARTE	10- Percentual p/reconstrução	60%
										3-Doenças respiratórias	Nenhum	Outro Estado de Conservação		13- Sinais de odores e gases	POUCO	11-Percentual p/ construção	40%
										4-Doenças Infecciosas	Médio	inabitável	Até 30%				
										5-Animais Selavagens/Peçonhentos	Nenhum	precário	Mais de 30% até 60%	Equipamentos a uma Distância de 1.000m do Fav.			
										6-Acidentes de Tráfego	Nenhum	bom estado	Mais de 60%	1- Posto de saúde	SIM		
										7- Eletrocutação	Nenhum			2- Escola	SIM		
										8-Afogamento	Nenhum			3- Creche	NÃO		
										9-Contaminação Química	Nenhum			4- Centro Comunitário	NÃO		
														5- Área de lazer	NÃO		
														6- Outro* - Cemitério e mercearias	NÃO		
000														7-Transporte escolar público	NÃO		
OBS							strutura faltante n nova área e exec	ucão do infraestro	itura								
							lhorias e execução										

Fonte: COHAPAR 2013

8.3.5. CANTAGALO

8.3.5.1 Histórico

A região consolidou-se com o surgimento da Freguesia de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava, mais tarde Guarapuava. Os tropeiros provocavam grande tráfego e faziam suas pousadas em diversos pontos das estradas, sendo que de um pouso surgiu à primeira formação do que hoje é a cidade de Cantagalo. Durante muito tempo o povoado não evoluiu satisfatoriamente, servindo apenas de ponto de parada de viajantes e tropeiros, e o surto desenvolvimentista deu-se de forma lenta e gradual, com a vinda esporádica de novas famílias, principalmente oriundas dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo crença regional, o nome Cantagalo origina-se de antigo pouso de tropeiros, onde, nas frias madrugadas de inverno, se ouvia uníssona cantiga de galo. Outra versão apresentada é que os tropeiros cantarolavam e apreciavam a melodia sertaneja denominada "Cantiga de Galo". Em 14 de novembro de 1951, pela Lei Estadual nº 790, foi criado o Distrito Administrativo de Cantagalo, com seu território pertencendo ao Município de Guarapuava. Pela Lei Estadual nº 7.575, de 12 de maio de 1982, o distrito foi elevado à categoria de município, com território desmembrado do Município de Guarapuava. A instalação oficial deu-se no dia 1º de fevereiro de 1983. (Fonte: IBGE/2012)

8.3.5.2 Dados do CadÚnico

Em Cantagalo, existem 2356 famílias com cadastro no CadÚnico, totalizando 8347 pessoas.

- Em acordo com as informações declaradas, observa-se que 84,80% das famílias apresentam mulher como responsável familiar (1998 famílias).
- São beneficiárias ativas do Programa Bolsa Família 55,39%, o que corresponde a 1305 núcleos familiares.
- Em relação à composição familiar, nota-se que 75,64% das famílias apresentam indivíduos entre zero e 18 anos de idade. A média é de 1,9 crianças e/ou adolescentes por família. Além disso, 9,3% das famílias contam com idosos, em média 1,19 indivíduos com mais de 65 anos por grupo familiar. Também se verifica que 4,12% das famílias apresentam dependentes com deficiência.
- Por fim, vale salientar que, em 55 domicílios, residem mais de uma família cadastrada.

8.3.5.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense

As famílias incluídas no Programa Família Paranaense em Cantagalo apresentam as seguintes características (dados recolhidos a partir da análise de quarenta famílias):

- 100% das famílias apresentam a mulher como responsável famíliar, sendo que, destas, em 45% é a única cuidadora dos dependentes menores de idade;
- 100% das famílias possuem ao menos uma criança ou adolescente em sua composição.
 A média é de 2,8 indivíduos com idade inferior aos dezoito anos em cada grupo familiar, conforme distribuição indicada na tabela abaixo:

Porcentagem de famílias com	Crianças	Porcentagem de famílias com Adolescentes				
Famílias com 5 crianças	2,5%	Famílias com 5 adolescentes	0%			
Famílias com 4 crianças	5%	Famílias com 4 adolescentes	0%			
Famílias com 3 crianças	25%	Famílias com 3 adolescentes	2,5%			
Famílias com 2 crianças	27,5%	Famílias com 2 adolescentes	15%			
Famílias com 1 crianças	35%	Famílias com 1 adolescentes	22,5%			
Famílias com 0 crianças	5%	Famílias com 0 adolescentes	37,5%			

- Não foram identificadas famílias com pessoas acima dos 65 anos de idade em sua composição;
- 15% das famílias apresentam entre seus dependentes pessoas com deficiência;
- A porcentagem de incluídos no Programa Nacional de Transferência de Renda Bolsa
 Família atinge a marca de 92,5%, indicado que se trata de famílias com baixíssima
 renda per capta.

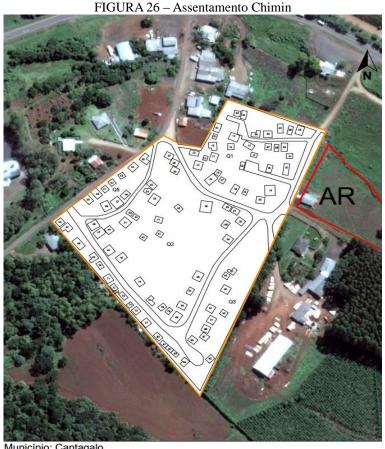
8.3.5.4 Atividades Econômicas

O município caracteriza-se por uma divisão tradicional de uso, na qual as atividades pecuária e madeireira têm grande importância, e pela intensa reconversão desse uso possibilitada pelas condições de relevo e solo que viabilizaram a mecanização e o avanço da agricultura moderna. O município de Cantagalo conta, atualmente, com 5957 pessoas economicamente ativas. Emprega nas atividades agrícolas e pecuárias 36,25% da PEA – População Economicamente Ativa. A criação de galináceos e a produção de soja, milho e fumo, especialmente em lavouras temporárias, destacam-se como as atividades geradoras de maior produto interno bruto do município. Além destas, também corresponde a parcelas significativas da economia local e da geração de empregos o comércio varejista, com 649

trabalhadores, e a construção civil, com 479 empregados. A renda média mensal per capta em Cantagalo chega a R\$ 150,73, para um IDHM-R de 0,610 em 2012 (IPARDES).

8.3.5.5 Assentamento Chimin

A FIGURA 26 abaixo mostra a área delimitada para intervenção no assentamento Chimin, localizado no município de Cantagalo, abrangendo um total de 114 famílias que estarão em área de alto risco e vulnerabilidade ambiental.



Município: Cantagalo Assentamento Chimin

Fonte: Google/ COHAPAR 2013

Sistema de abastecimento de água: A rede geral de abastecimento de água atende 98,90% dos domicílios particulares permanentes urbanos de Cantagalo e o abastecimento é feito através da captação de três poços. Na área rural a forma predominante de abastecimento de água é através de poços ou nascentes. O número ligações é de 2620, com predominância do tipo residencial, que corresponde a aproximadamente 93% das ligações, como pode ser observado na TABELA 11 abaixo.

Cobertura Vegetal: Nesta área de intervenção foi removida parte da cobertura vegetal podendo ser visualizados apenas alguns pequenos espaços com vegetação agrupada, causando consequências agravantes. As árvores e plantas têm a função de proteger o solo, elas diminuem a velocidade do escoamento superficial, e evitam o impacto direto das chuvas através de suas raízes que ajudam a retê-lo, evitando a sua desagregação. Os principais impactos ambientais visualizados foram: o aumento do processo erosivo, o que levou a um empobrecimento dos solos, como resultado da retirada de sua camada superficial. Elevação das temperaturas, como consequência da maior irradiação de calor para a atmosfera a partir do solo exposto, sem as florestas, quase toda energia é devolvida para a atmosfera em forma de calor, elevando as temperaturas médias. Agravamento dos processos de desertificação, ou seja, áreas sem nenhum tipo de cobertura vegetal. Proliferação de pragas e doenças, como resultado de desequilíbrios nas cadeias alimentares. Algumas espécies, geralmente insetos, antes sem nenhuma nocividade, passaram a proliferar exponencialmente com a eliminação de seus predadores, causando graves prejuízos, principalmente para a agricultura e comunidade local.



Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 08/01/2013

<u>Fauna</u>: Com a remoção da cobertura vegetal e extinção dos corredores de biodiversidade locais consequentemente ocorre o afastamento dos animais por conta da diminuição da oferta de abrigo e alimento, a diminuição da sustentabilidade do ecossistema, possibilitando o aumento das populações de animais nocivos ao homem, devido à criação de ambiente propício ao seu desenvolvimento. Infelizmente não foram encontrados sinais e nem

a presença de animais nativos. Tornando o quadro ambiental do assentamento ainda mais preocupante.

Recursos Hídricos: Neste trecho não foi identificado nenhum córrego.

Qualidade do Ar: As emissões atmosféricas percebidas foram bem intensas, provenientes de veículos, carros e da queima de lenha para cozinha. Os principais problemas vinculados à saúde da população que podem vir a aparecer são vinculados ao sistema respiratório e cardiovascular.

Emissão de Ruídos: O ruído é o que mais colabora para a existência da poluição sonora. Ele é provocado pelo som excessivo de canteiros de obras, meios de transporte, áreas de recreação, atividades domésticas, etc. Estes ruídos provocam efeitos negativos para o sistema auditivo das pessoas, além de provocar alterações comportamentais e orgânicas. A OMS (Organização Mundial de Saúde) considera que um som deve ficar em até 50db (decibéis – unidade de medida do som) para não causar prejuízos ao ser humano. A partir de 50db, os efeitos negativos começam. Alguns problemas podem ocorrer em curto prazo, outros levam anos para serem notados. Foram percebidos ruidos provenientes de música baixa (40db), conversas tranqüilas (40-50db), caminhão (100db), buzina de automóvel (110db).

Limpeza Pública: Os resíduos estão dispostos a céu aberto pelos moradores acarretando sérios problemas à saúde pública local, como proliferação de vetores de doenças (moscas, mosquitos, baratas e ratos, etc.), geração de maus odores e principalmente, a poluição do solo e das águas superficiais e subterrâneas através do chorume (líquido produzido pela decomposição da matéria orgânica contida no lixo), comprometendo os recursos hídricos. Em termos ambientais isso tem agravado a poluição do ar, do solo e das águas e ainda provocam poluição visual. O chorume, que surge pela decomposição dos resíduos, acaba se infiltrando no solo causando sua poluição, devido á geração de líquidos percolados. Se ocorrer a contaminação do lençol freático, pela infiltração desse líquido, poderá resultar em endemias, desenvolvendo surtos epidêmicos na comunidade. Existe incentivo da secretaria do meio ambiente e da associação de catadores de recicláveis de Cantagalo, em parceria com o município no programa de coleta seletiva de lixo, para que a população separe, em casa, o lixo seco (reciclável como plástico, papel, metal, vidro) do lixo "molhado" (resíduos orgânicos como cascas, restos de comida, etc). A equipe da coleta seletiva é identificada, usando colete verde e carrega apenas o lixo seco (reciclável). O lixo molhado (orgânico) continua sendo recolhido como de costume pelo caminhão caçamba da prefeitura. A coleta domiciliar de lixo do município de Cantagalo é dividida em cinco setores onde as áreas são subdivididas para receber atendimento uma vez por semana, o assentamento Chimin não está inserido em nenhum dos setores.

FIGURA 28 – Disposição de resíduos Assentamento Chimin



Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 08/01/2013

Aterro Sanitário: As famílias estão assentadas próximas do Aterro Sanitário, o que pode oferecer alto risco de contaminação, sem contar que o odor proveniente do lixo e do chorume (líquido percolado que escoa da decomposição do lixo orgânico) e o impacto visual de morar próximo de um local como este é muito incômodo e prejudicial à saúde. A administração municipal de Cantagalo através da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) estará implantando um projeto de readequação do aterro sanitário do Município. Segundo a Secretária Sandra Mara Valendorff, o processo de licitação já foi concluído, sendo que a empresa MSK Ambiental foi a vencedora do certame, diante disso a empresa estará implantando o projeto que irá monitorar o aterro, bem como os materiais recicláveis, coletados no município e fará uma nova adequação na estrutura já existente no aterro.

Arruamento: O acesso às casas é extremamente precário e de difícil locomoção, em algumas ruas é impossível passar com qualquer tipo de veiculo automotor. Não existe arruamento definido e nem calçadas as ruas são de terra e os moradores colocam pedras grandes e pesadas para tampar buracos e desníveis, evitando acidentes e quedas.

FIGURA 29 – Arruamento Assentamento Chimin





Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 08/01/2013

Abastecimento de Água: A SANEPAR é a empresa responsável pela distribuição de água tratada aos moradores, eles possuem acesso a este recurso e ele está em bom estado de consumo, a água é captada do Rio Arroio afluente do Rio Cantagalinho localizado a poucos quilômetros da região classificada como BOA e enquadram-se nos padrões de potabilidade estabelecidos pela portaria Nº 518/04 do Ministério da Saúde.

Rede de Esgoto: Não existem redes de esgoto, os moradores despejam seus efluentes líquidos provenientes de lavagem de louças e materiais e de vasos sanitários em valetas a céu aberto na rua ao lado de suas casas eles procedem utilizando fossas para resolver esta situação. Devido a isso a incidência de insetos e odores desagradáveis foi detectada. Uma situação preocupante que foi vista foi à imagem de uma criança brincando próximas de lixos e esgoto.

<u>Iluminação Pública</u>: A maioria das casas não tem acesso à energia elétrica, porém a COPEL disponibiliza iluminação pública nas ruas, com isso os moradores acabam utilizando formas irregulares de iluminação em suas residências, muito conhecida como "gato".

<u>Tranporte</u>: Os moradores possuem acesso ao transporte público no local.

<u>Unidades de Saúde</u>: Foi identificada apenas uma Unidade de Saúde no local a Vila Caçula, que relatou que os moradores apresentam constantemente problemas de saúde vinculados diretamente à falta de saneamento básico.

<u>Unidades Escolares</u>: Na região foi localizada Unidade Escolar que atende esta população local.

Indicadores de Percepção

Ao perguntar aos moradores como eles se sentiam em relação ao ambiente e as condições de infraestrutura e saneamento de onde residem surgiram vários comentários determinantes para definir o alto nível de sua insatisfação.

- Comentário 1 Sra. Maria Inês de Oliveira (Moradora): "A água não pode ser instalada individualmente para cada morador porque a área é irregular e as condições das ruas não são boas, quando chove tem muito barro".
- Comentário 2 Sra. Diucelia de Oliveira (Moradora): "Quase sempre falta água e minha casaa fica muito em cima de um barranco que está caindo".
- Comentário 3 Sra. Rosenilda Glovaski (Moradora): "Minha casa é muito próxima ao barração de reciclável o que resulta em muitos bichos como baratas, lesmas, ratos, aranhas dentro da minha casa. Quando chove têm enxurrada e muita lama".
- Comentário 4 Sra. Olinda Leal da Silva (Moradora): "Não possuo banheiro, a cobertura da minha casa é velha e molha dentro dela quando chove. Minha casa é de madeira e está muito velha".

CONCLUSÃO TÉCNICA

Componentes Urbanísticos: A área necessita da implantação de urbanização complexa, melhorando os aspectos de saneamento básico oferecendo melhor acesso à água tratada e implantação de redes de esgoto ligadas às residências, regularização dos fios de luz que estão irregulares em quase todas as residências ("gato"), melhorara a acessibilidade às casas pavimentando as ruas, bem como regularização fundiária visando à regularização dos assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, reconstrução e/ou melhoria das moradias e remanejamento de algumas famílias, para outros lugares do mesmo assentamento.

Componentes ambientais: A área necessita urgente de medidas de remediação dos impactos ambientais causados pela ocupação irregular destes moradores. É preciso fazer a revitalização da vegetação nativa analisando as espécies nativas da região, minimizando os processos erosivos. É preciso que esta área seja recuperada voltando a ser o mais próximo do que era antes dos impactos da ocupação irregular das famílias.

Componentes Sociais: Construir pequenas áreas esportivas, praça de lazer, mais creches e escolas e principalmente mais unidades de saúde. Melhorando a qualidade de vida dos moradores da região e incentivando a inclusão social.

TABELA 7- Tabela PEHIS Assentamento Chimin

						17		- TADEIA PEHIS AS lano Estadual de Habitação de							
							Date of the last	and Estadail de Izastație de		o south a sales	F	AVELA/CANTAGAI	.O		
Município	Regional	Nome	Tempo	FAMÍLIAS	Urbanização (1)	Urbanização Complexa (2)	Urbanização Simples (3)	Caracterização Geral da Favela		Padrão Médio de Construção/Domicílios		Existência/NÃO de Serviços Públicos		Intervenção	
CANTAGALO	ERGP	Chimin	40	96	0	32	64	1-Embaixo da rede de AT	NÃO	1-Madeira	Mais de 60%	1-Existe calçadas na maioria das ruas	NÃO TEM	1-Área em processo de RF	NÃO
								2-Embaixo de viaduto	NÃO	2- Alvenaria 1Pav.	Até 30%	2-Arruamento	NÃO TEM	2-Ocupação da área	PROPRIEDADE PARTICULAR
								3- Sobre/próximo lixão/aterro	NÃO	3-Alvenaria 2/+pav.	Até 30%	3- Rede Elétrica	BOA	3-A área pertence	
								4-Sobre área de APP - legal	NÃO	Materiais reaproveitéveis	Até 30%	4- Iluminação Pública	EM PARTE	3- Situação da área	
								5- Sobre/margeando leito de curso de água	NÃO	Lonas, plásticos, arames	Até 30%	5- Rede de abastecimento de água	PRECÁRIA		
				Origem da Estimativa				6-Sobre/próximo as faixas ferroviárias e/ou rodoviárias	NÃO	Outro		6- Água parada em torno de moradia	MUITO	4- Reassentamento	SIM
				Foto aérea				7- Em áreas de cavas, pântanos/sistema de lagos	NÃO			7- Coleta de lixo direta	MUITO	5-Urbanização Simples	
								8- Sobre encosta ingreme	NÃO			8-Coleta de lixo indireta 9- Lixo acumulado em	NÃO TEM	6-Urbanização Complexa	
												córrego	MUITO	7-Regularização Fundiária	
								Existência ou Suscetibilidade a Risco Ambiental				10- Lixo acumulado em terrenos e beira de vias	MUITO	8- Reconstrução e melhoria nas moradias	
								1- Inundação	Nenhum			11- Solução de esgotamento sanitário 12-Valeta de esgoto a	NÃO TEM	9- Remanejamento	
								2- Deslizamento ou Desmoronamento	Nenhum			céu aberto	EM PARTE	10- Percentual p/reconstrução	
								3-Doenças respiratórias	Alto	Outro Estado de Conservação		13- Sinais de odores e gases	MUITO	11-Percentual p/ construção	
								4-Doenças Infecciosas	Médio	inabitável	Mais de 60%				
								5-Animais Selavagens/Peçonhentos	Nenhum	precário	Mais de 60%	Equipamentos a uma Distância de 1.000m do Fav.			
								6-Acidentes de Tráfego	Nenhum	bom estado	Até 30%	1- Posto de saúde	NÃO		
								7- Eletrocutação	Nenhum			2- Escola	SIM		
								8-Afogamento	Nenhum			3- Creche	NÃO		
								9-Contaminação Química	Médio			4- Centro Comunitário	SIM		
												5- Área de lazer	NÃO		
												6- Outro*	NÃO		
ODG		. . ~	<u> </u>									7-Transporte escolar público	NÃO		
OBS					xecução de infraes										
					novas moradias em o de moradias, mel										

Fonte: COHAPAR 2013

8.3.6. LARANJEIRAS DO SUL

8.3.6.1 Histórico

Desbravadores oriundos de Guarapuava realizaram as primeiras entradas no sertão e iniciaram o povoamento da localidade onde hoje se encontra o Município de Laranjeiras do Sul. No ano de 1898, era criado em Guarapuava, o Distrito Policial de Laranjeiras, servindo de ponto intermediário de ligação entre Guarapuava e Foz do Iguaçu e constituindo um marco avançado da civilização na faixa de fronteira, em plena floresta virgem. Mais tarde, o distrito foi transformado em Colônia Militar, fundada pelo Primeiro Batalhão de Engenharia, durante a administração do Marechal Mallet, no Ministério da Guerra. Por ocasião da importante missão que lhe foi confiada, de estender linhas telegráficas através do sertão, o General Cândido Mariano da Silva Rondon palmilhou a extensa área que de Foz do Iguaçu atravessa a região de Laranjeiras do Sul, em direção à cidade de Guarapuava. Pela Constituição de 1946, no Ato das Disposições Transitórias, foi extinto o Território Federal do Iguaçu. Em 1946, foi criado o Município de Iguaçu, que, mais tarde, com a Lei nº 2, de 11 de outubro de 1947, mudou o nome para Laranjeiras do Sul. (Fonte: IBGE/2012)

8.3.6.2 Dados do CadÚnico

Em Laranjeiras do Sul, município paranaense com 30777 habitantes (IBGE/2010), dos quais 11490 encontram-se cadastrados no CadÚnico - o que corresponde a 3317 famílias. Destas, 49,02% são beneficiárias ativas do Programa Bolsa Família, recebendo auxílio financeiro mensal. Seguem abaixo informações referentes ao perfil familiar quanto à composição:

- A grande maioria destas famílias, ou seja, 92,10%, conta com uma mulher como responsável familiar;
- 77,99% das famílias apresentam Crianças e/ou Adolescentes (pessoas entre 0 e 17 anos de idade). A média é de aproximadamente dois indivíduos nesta faixa etária por família (1,89);
- 10,43% das famílias contam com pessoas idosas (maiores de 65 anos de idade) em sua composição. A média é de 1,19 pessoas nesta faixa etária por família;
- As famílias que apresentam pessoas com deficiência entre seus dependentes correspondem a 6,15% do total de cadastradas.

A situação de coabitação no município de Laranjeiras, pelo menos no que diz respeito aos dados declarados no CadÚnico, é relativamente menos impactante do que nos outros municípios a serem atendidos pelo Programa Família Paranaense / COHAPAR. Trata-se de apenas cinco domicílios abrigando mais de um núcleo familiar.

8.3.6.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense

Analisou-se amostra de 40 famílias residentes em Laranjeiras do Sul incluídas no Programa Família Paranaense, das quais se registra o seguinte perfil:

- 100% das famílias apresentam responsável familiar do sexo feminino. Destas, 35%
 das famílias são monoparentais, ou seja, apenas a mulher é responsável pelos
 dependentes menores de dezoito anos;
- As famílias com crianças e/ou adolescentes alcançam a marca de 97,5%, com uma média de 2,58 indivíduos menores de dezoito anos entre os dependentes de cada núcleo familiar. Contudo, não foram identificadas famílias com idosos ou pessoas com deficiência em sua composição. Seguem as porcentagens referentes ao número de dependentes em cada família:

Porcentagem de famílias com C	Crianças	Porcentagem de famílias com Ad	olescentes
Famílias com 5 crianças	2,5%	Famílias com 5 adolescentes	0%
Famílias com 4 crianças	10%	Famílias com 4 adolescentes	0%
Famílias com 3 crianças	25%	Famílias com 3 adolescentes	0%
Famílias com 2 crianças	32,5%	Famílias com 2 adolescentes	7,5%
Famílias com 1 crianças	25%	Famílias com 1 adolescentes	25%
Famílias com 0 crianças	5%	Famílias com 0 adolescentes	67,5%

Ainda, registra-se que 92,5% das famílias inseridas no Programa Família Paranaense são beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que reforça a identificação destas famílias como público vulnerável socialmente e, por isso, prioritário para atenção de políticas públicas.

8.3.6.4 Atividades Econômicas

O município de Laranjeiras do Sul conta com uma população economicamente ativa de 14451 habitantes. Dentre estes, as principais atividades econômicas são: agropecuária (praticada por 3372 pessoas), comércio varejista, construção civil e educação. No que diz respeito à agropecuária, destacam-se as produções de soja, milho, fumo, feijão e trigo.

Também é relevante para a economia local a criação de galináceos, gado bovino e suíno. O comércio varejista emprega 1341 pessoas em 331 estabelecimentos comerciais, enquanto a construção civil movimenta, em média, 1293 empregos. Ainda, vale o destaque para o número de empregos gerados por estabelecimentos de ensino em Laranjeiras do Sul: 984. A maioria refere-se a estabelecimentos públicos de ensino fundamental, mas registra-se também a presença de um estabelecimento particular de ensino superior no município. O IDHM-R de Laranjeiras do Sul registrado em 2012 é de 0,673, para uma renda média mensal de R\$ 219,52 per capta.

8.3.6.5 Assentamento Vila CAIC

A FIGURA 30 abaixo mostra a área delimitada para intervenção no assentamento Vila CAIC, localizado no município de Laranjeiras do Sul, abrangendo um total de 104 famílias que estarão em área de alto risco e vulnerabilidade ambiental.



Assentamento CAIC

Fonte: Google/ COHAPAR 2013

<u>Sistema de abastecimento de água:</u> De acordo com o informativo IPARDES, o sistema de abastecimento de água do município é realizado pela SANEPAR – Companhia de Saneamento do Estado do Paraná, sendo 8.250 unidades residenciais atendidas pela Companhia. A TABELA 13 abaixo apresenta um número de domicílios na área urbana igual a 8.457, diante dessa informação, conclui que a área urbana é praticamente abastecida em sua totalidade.

Cobertura Vegetal: Nesta área de intervenção foi removida parte da cobertura vegetal. Os principais impactos ambientais visualizados foram: Diminuição dos índices pluviométricos, resultantes da evapotranspiração, ou seja, da troca de água da floresta com a atmosfera. Elevação das temperaturas, como consequência da maior irradiação de calor para a atmosfera a partir do solo exposto, sem as florestas, quase toda energia é devolvida para a atmosfera em forma de calor, elevando as temperaturas médias. Proliferação de pragas e doenças, como resultado de desequilíbrios nas cadeias alimentares. Algumas espécies, geralmente insetos, antes sem nenhuma nocividade, passaram a proliferar exponencialmente com a eliminação de seus predadores, causando graves prejuízos, principalmente para a comunidade local.





Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 09/01/2013

<u>Fauna</u>: Com a remoção da cobertura vegetal e extinção dos corredores de biodiversidade locais consequentemente ocorre o afastamento dos animais por conta da diminuição da oferta de abrigo e alimento, a diminuição da sustentabilidade do ecossistema, possibilitando o aumento das populações de animais nocivos ao homem, devido à criação de

ambiente propício ao seu desenvolvimento. Infelizmente não foram encontrados sinais e nem a presença de animais nativos. Tornando o quadro ambiental do assentamento ainda mais preocupante.

Recursos Hídricos: Neste trecho não foi identificado nenhum córrego próximo das casas.

Qualidade do Ar: As emissões atmosféricas percebidas foram as provenientes de veículos, carros, ônibus, caminhões e os odores dos resíduos e do esgoto dispostos irregularmente. Os principais problemas vinculados à saúde da população que podem vir a aparecer são vinculados ao sistema respiratório e cardiovascular.

Emissão de Ruídos: O ruído é o que mais colabora para a existência da poluição sonora. Ele é provocado pelo som excessivo de canteiros de obras, meios de transporte, áreas de recreação, atividades domésticas, etc. Estes ruídos provocam efeitos negativos para o sistema auditivo das pessoas, além de provocar alterações comportamentais e orgânicas. A OMS (Organização Mundial de Saúde) considera que um som deve ficar em até 50db (decibéis – unidade de medida do som) para não causar prejuízos ao ser humano. A partir de 50db, os efeitos negativos começam. Alguns problemas podem ocorrer em curto prazo, outros levam anos para serem notados. Foram percebidos ruidos provenientes de música baixa (40db), conversas tranqüilas (40-50db), caminhão (100db), buzina de automóvel (110db).

Limpeza Pública: Os resíduos estão dispostos a céu aberto pelos moradores próximo as casas acarretando sérios problemas à saúde pública local, como proliferação de vetores de doenças (moscas, mosquitos, baratas, ratos, aranhas, etc.), geração de maus odores e principalmente, a poluição do solo através do chorume (líquido produzido pela decomposição da matéria orgânica contida no lixo). O chorume, que surge pela decomposição dos resíduos, acaba se infiltrando no solo causando sua poluição, devido á geração de líquidos percolados. Apesar de ter apenas um caminhão para realizar a coleta nos bairros, a coleta segue um cronograma. Mesmo com o serviço dentro da normalidade, alguns bairros sofrem com o acúmulo de lixo. Conforme o setor de coleta, a rota normal inclui o recolhimento de três a quatro cargas por dia. A prefeitura de Laranjeiras do Sul conta com três caminhões de lixo. Dois fazem a coleta no centro e um nos bairros. O assentamento CAIC não recebe este serviço.

FIGURA 32 – Disposição de resíduos Assentamento CAIC







Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 09/01/2013

Arruamento: O acesso às casas é extremamente precário e de difícil locomoção, em algumas ruas é impossível passar com qualquer tipo de veiculo automotor. Não existe arruamento definido e nem calçadas as ruas são de terra e os moradores colocam pedras grandes e pesadas para tampar buracos e desníveis, evitando acidentes e quedas.

FIGURA 33 – Arruamento Assentamento CAIC





Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 09/01/2013

Abastecimento de Água: A SANEPAR é a empresa responsável pela distribuição de água tratada aos moradores, eles possuem acesso a este recurso e ele está em bom estado de consumo, a água é captada do Rio Leão localizado a poucos quilômetros da região classificada como BOA e enquadram-se nos padrões de potabilidade estabelecidos pela portaria Nº 518/04 do Ministério da Saúde.

Rede de Esgoto: Não existem redes de esgoto, os moradores despejam seus efluentes líquidos provenientes de lavagem de louças e materiais e de vasos sanitários em valetas a céu aberto na rua ao lado de suas casas alguns moradores procedem utilizando fossas sedimentares e banheiros irregulares para resolver esta situação. Devido a isso a incidência de insetos, ratos e baratas é constante e os maus odores são bastante desagradáveis.

<u>Iluminação Pública</u>: A maioria das casas não tem acesso à energia elétrica, porém a COPEL disponibiliza iluminação pública nas ruas, com isso os moradores acabam utilizando formas irregulares de iluminação em suas residências, muito conhecida como "gato". Os moradores não conseguem ter acesso à rede elétrica regular pela falta de arruamento.

<u>Tranporte</u>: Os moradores possuem acesso ao transporte público no local.

<u>Unidades de Saúde</u>: Foi identificada apenas uma Unidade Básica de Saúde (UBS Celeste) que atende o município.

<u>Unidades Escolares</u>: Na região foi localizada apenas uma Unidade Escolar que atende esta população local.

CONCLUSÃO TÉCNICA

Componentes Urbanísticos: A área necessita da implantação de urbanização complexa, melhorando os aspectos de saneamento básico oferecendo melhor acesso à água tratada e implantação de redes de esgoto ligadas às residências, regularização dos fios de luz que estão irregulares em quase todas as residências ("gato"), melhorara a acessibilidade às casas pavimentando as ruas, bem como regularização fundiária visando à regularização dos assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, reconstrução e/ou melhoria das moradias e remanejamento de algumas famílias, para outros lugares do mesmo assentamento.

Componentes ambientais: A área necessita urgente de medidas de remediação dos impactos ambientais causados pela ocupação irregular destes moradores. É preciso fazer a revitalização da vegetação nativa analisando as espécies nativas da região, minimizando os processos erosivos. É preciso que esta área seja recuperada voltando a ser o mais próximo do que era antes dos impactos da ocupação irregular das famílias.

Componentes Sociais: Construir pequenas áreas esportivas, praça de lazer, mais creches e escolas e principalmente mais unidades de saúde. Melhorando a qualidade de vida dos moradores da região e incentivando a inclusão social.

TABELA 8 – Tabela PEHIS Assentamento CAIC

								DEIA PEHIS AS dual de Habitação de I							
						Duu	o do I milo Esta	uun ue manuguo ue m	accresse	Social Territor	FAVE	LA/LARANJEIRAS D	O SUL		
Município	Regional	Nome	Tempo	FAMÍLIAS	Urbanização (1)	Urbanização Complexa (2)	Urbanização Simples (3)	Caracterização Geral da Favela		Padrão Médio de Construção/Domicílios		Existência/NÃO de Serviços Públicos		Intervenção	
LARANJEIRA S DO SUL	ERGP	CAIC	5	91	0	0	91	1-Embaixo da rede de A	NÃO	1-Madeira	Até 30%	1-Existe calçadas na maioria das ruas	NÃO TEM	1-Área em processo de RF	NÃO SABE
								2-Embaixo de viaduto	NÃO	2- Alvenaria 1Pav.		2-Arruamento	NÃO TEM	2-Ocupação da área	PROPRIEDADE PARTICULAR
								3- Sobre/próximo lixão/aterro	NÃO	3-Alvenaria 2/+pav.		3- Rede Elétrica	NÃO TEM	3-A área pertence	
								4-Sobre área de APP - legal	NÃO	Materiais reaproveitéveis	Mais de 30% até 60%	4- Iluminação Pública	EM PARTE	3- Situação da área	
								5- Sobre/margeando leito de curso de água	NÃO	Lonas, plásticos, arames	Mais de 30% até 60%	5- Rede de abastecimento de água	NÃO TEM		
				Origem da Estimativa				6-Sobre/próximo as faixas ferroviárias e/ou rodoviárias	NÃO	Outro		6- Água parada em torno de moradia	POUCO	4- Reassentamento	SIM
				Cadastro				7- Em áreas de cavas, pântanos/sistema de	NÃO			7- Coleta de lixo direta 8-Coleta de lixo	COM REGULARI	5-Urbanização Simples	
								8- Sobre encosta ingrem	NÃO			indireta 9- Lixo acumulado em	NÃO TEM	6-Urbanização Complexa 7-Regularização	
								Existência ou				córrego 10- Lixo acumulado	NÃO TEM	Fundiária 8- Reconstrução e	
								Suscetibilidade a Risco Ambiental				em terrenos e beira de vias	NÃO TEM	melhoria nas moradias	
								1- Inundação	Nenhum			11- Solução de	NÃO TEM	9- Remanejamento	
								2- Deslizamento ou Desmoronamento	Nenhum			esgotamento sanitário 12-Valeta de esgoto a céu aberto	NÃO TEM	10- Percentual p/reconstrução	
								3-Doenças respiratórias	Baixo	Outro Estado de Conservação		13- Sinais de odores e gases	POUCO	11-Percentual p/ construção	
								4-Doenças Infecciosas	Médio	inabitável	Mais de 30% até 60%				
								5-Animais Selavagens/Peçonhento s	Médio	precário	Mais de 60%	Equipamentos a uma Distância de 1.000m do Fav.			
								6-Acidentes de Tráfego	Baixo	bom estado	Até 30%	1- Posto de saúde	SIM		
								7- Eletrocutação	Nenhum			2- Escola	SIM		
								8-Afogamento 9-Contaminação	Nenhum			3- Creche	SIM		
								9-Contaminação Quimica	Nenhum			4- Centro Comunitário	NÃO		
												5- Área de lazer	NÃO		
												6- Outro* 7-Transporte escolar	N. C.		
OBS		Intervene	ão no los	al titulação o c	execução de infraes	trutura faltanto						público	NÃO		
OBS					execução de iniraes novas moradias en		cucão de infrae	strutura							
					o de moradias, me										

Fonte: COHAPAR 2013

8.3.7. REBOUÇAS

8.3.7.1 Histórico

Data do século XVII as primeiras penetrações nas terras do atual Município, levadas a efeito por bandeirantes paulistas. Essas expedições, que desbravaram a região sul do Paraná em demanda dos Campos de Palmas, tinham como objetivo a exploração do ouro que diziam existir em grande quantidade no morro Bituruna onde as lendas da época situavam riquezas maravilhosas. Rebouças é o produto dessas expedições, através dos primeiros povoadores dos Campos de Palmas. A povoação teve início no lugar conhecido por Butiazal e por volta de 1902 foi transferida para o local onde hoje se encontra edificada, com denominação de Rio Azul. Ficou sob a jurisdição do termo de São João do Triunfo, então integrando a comarca de Palmeira. Entre os anos de 1902 e 1904, quando as pontas de trilhos da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande Railway (hoje Rede de Viação Paraná-Santa Catarina) atingiram as proximidades de Rio Azul, o distrito passou a denominar-se Antônio Rebouças, em homenagem ao engenheiro orientador dos trabalhos de construção da ferrovia. O Município surgiu a 31 de março de 1930, ainda sob a denominação de Antônio Rebouças, que conservou até 1943, quando teve seu nome simplificado para Rebouças, apenas. (Fonte: IBGE/2012)

8.3.7.2 Dados do CadÚnico

O município de Rebouças registra no CadÚnico as seguintes informações relativas às famílias inscritas em programas sociais:

- Existem, atualmente, 2524 famílias cadastradas (8072 pessoas), sendo que 58,54% delas são beneficiárias ativas do Programa Bolsa Família.
- 84,59% dos responsáveis familiares são mulheres;
- Crianças e adolescentes compõe 1721 famílias cadastradas, o que corresponde a 68,19% do total de incluídos. Registra-se a média de 1,73 indivíduos menores de dezoito anos em cada família;
- Existem no CadÚnico de Rebouças exatamente 200 famílias com pessoas idosas. A
 porcentagem é de 7,92%, sendo que a média é de 1,15 pessoas com mais de 65 anos de
 idade por núcleo familiar;

- 146 pessoas com deficiência que foram declaradas como dependentes de famílias incluídas no referido cadastro. Sendo assim, percebe-se que 5,78% destas famílias apresentam PcD²;
- As informações declaradas deram conta de que existem ao menos 37 domicílios nos quais residem mais de uma família com cadastro.

8.3.7.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense

Foram analisadas, a partir de dados incluídos no sistema de cadastro do Programa Família Paranaense, 53 famílias residentes em Rebouças que serão atendidas pela equipe de referência do programa em tela. Entre as informações coletadas, destaca-se o seguinte perfil social das famílias:

- 81,1% dos responsáveis familiares são mulheres;
- 58,59% das famílias são monoparentais;
- 69,76% das famílias apresentam crianças e/ou adolescentes entre seus dependentes.

Embora este percentual seja bastante próximo aos números gerais do CadÚnico em Rebouças, nas famílias do Programa Família Paranaense a média indivíduos menores de dezoito anos por núcleo familiar é maior: 2,23 dependentes a cada família. Esta média foi obtida a partir da análise das seguintes porcentagens:

Porcentagem de famílias com Cria	nças	Porcentagem de famílias com Adole	scentes
Famílias com 5 crianças	0%	Famílias com 5 adolescentes	0%
Famílias com 4 crianças	5,67%	Famílias com 4 adolescentes	0%
Famílias com 3 crianças	15,12%	Famílias com 3 adolescentes	3,78%
Famílias com 2 crianças	11,17%	Famílias com 2 adolescentes	11,34%
Famílias com 1 crianças	22,68%	Famílias com 1 adolescentes	17,01%
Famílias com 0 crianças	45,36%	Famílias com 0 adolescentes	67,87%

Embora o número de crianças e adolescentes na composição familiar seja relativamente menor do que em outros municípios do Programa Família Paranaense, percebese que o percentual de famílias com pessoas idosas entre seus dependentes é bastante elevado em relação à média. Tratam-se de 18,9% das famílias com pessoas acima de 65 anos de idade;

² PcD – Pessoas com Deficiência

- Não foram identificadas declarações de pessoas com deficiência dentre as informações recolhidas;
- O Programa Bolsa Família atinge 77,49% dos indivíduos inseridos no Programa Família Paranaense em Rebouças.

8.3.7.4 Atividades Econômicas

O município de Rebouças conta com uma população economicamente ativa de 6887 habitantes. Dentre estes, as principais atividades econômicas são: agropecuária (praticada por 2738 pessoas), indústria de transformação e comércio. No que diz respeito à pecuária, a enorme maioria dos estabelecimentos ocupam-se da criação de galináceos. Também estão presentes pequenos rebanhos suínos e bovinos. Na agricultura, destacam-se as produções de milho e soja (principais produtos da região) e, em menor escala, feijão e batata inglesa. Em relação às indústrias, vale destacar que Rebouças possui 15 estabelecimentos industriais madeireiros e mobiliários, 4 metalúrgicas e três indústrias de minerais não metálicos. No total, o ramo industrial emprega 585 trabalhadores. O comércio emprega 762 pessoas, sendo 271 delas em 105 estabelecimentos varejistas e os demais em 12 estabelecimentos atacadistas. O IDHM-R de Rebouças registrado em 2012 pode ser considerando baixo em comparação à média do Estado, atingindo a marca de 0,595. A renda média mensal é de apenas R\$ 137,70 per capta.

8.3.7.5 Assentamento Vila Fação

A FIGURA 34 abaixo mostra a área delimitada para intervenção no assentamento Vila Facão, localizado no município de Rebouças, abrangendo um total de 58 famílias onde todas se encontram em área de risco e vulnerabilidade ambiental.

FIGURA 34 – Assentamento Vila Fação



Município: Rebouças Assentamento Vila Facão

Fonte: Google/ COHAPAR 2013

Sistemas de abastecimento de água: A rede de água tratada na área urbana de Rebouças atende 2.652 unidades residenciais, e a 217 de outras unidades de naturezas comércios, indústrias, poder público. De acordo com a TABELA 17 abaixo, fornecida pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES e o Mapa disponibilizado pelo Plano Diretor. Conforme as informações fornecidas pela Prefeitura, que constam no Plano Diretor Municipal, a localização da Unidade de Captação denominada CA e a Estação de tratamento de Água denominada ET na imagem abaixo, estão a leste e ao sul do centro da cidade, respectivamente.

<u>Cobertura Vegetal</u>: Nesta área de intervenção foi removida grande parte da cobertura vegetal, podendo ser visualizados apenas pequenos espaços com vegetação, esta ação tem

como consequências reações que agravam os impactos negativos ao meio ambiente. As árvores e plantas têm a função de proteger o solo, elas diminuem a velocidade do escoamento superficial, e evitam o impacto direto das chuvas através de suas raízes que ajudam a retê-lo. Além disso, foram visualizados sinais de aumento do processo erosivo em alguns trechos o que leva a um empobrecimento dos solos, como resultado da retirada de sua camada superficial. Diminuição dos índices pluviométricos, resultantes da evapotranspiração, ou seja, da troca de água da floresta com a atmosfera. Elevação das temperaturas, como consequência da maior irradiação de calor para a atmosfera a partir do solo exposto, sem as florestas, quase toda energia é devolvida para a atmosfera em forma de calor, elevando as temperaturas médias. Agravamento dos processos de desertificação, ou seja, áreas sem nenhum tipo de cobertura vegetal. Proliferação de pragas e doenças, como resultado de desequilíbrios nas cadeias alimentares. Algumas espécies, geralmente insetos, antes sem nenhuma nocividade, passaram a proliferar exponencialmente com a eliminação de seus predadores, causando graves prejuízos, principalmente para a agricultura e comunidade local.

<u>Fauna</u>: Com a remoção da cobertura vegetal e extinção dos corredores de biodiversidade locais consequentemente ocorre o afastamento dos animais por conta da diminuição da oferta de abrigo e alimento, a diminuição da sustentabilidade do ecossistema, possibilitando o aumento das populações de animais nocivos ao homem, devido à criação de ambiente propício ao seu desenvolvimento. Infelizmente não foram encontrados sinais e nem a presença de animais nativos. Tornando o quadro ambiental ainda mais preocupante.

Qualidade do Ar: As emissões atmosféricas percebidas foram bem intensas, provenientes de veículos, carros, ônibus e caminhões. Os principais problemas vinculados à saúde da população que podem vir a aparecer são vinculados ao sistema respiratório e cardiovascular

Emissão de Ruídos: O ruído é o que mais colabora para a existência da poluição sonora. Ele é provocado pelo som excessivo de canteiros de obras, meios de transporte, áreas de recreação, atividades domésticas, etc. Estes ruídos provocam efeitos negativos para o sistema auditivo das pessoas, além de provocar alterações comportamentais e orgânicas. A OMS (Organização Mundial de Saúde) considera que um som deve ficar em até 50db (decibéis – unidade de medida do som) para não causar prejuízos ao ser humano. A partir de 50db, os efeitos negativos começam. Alguns problemas podem ocorrer em curto prazo, outros

levam anos para serem notados. Foram percebidos ruidos provenientes de música baixa (40db), conversas tranquilas (40-50db), caminhão (100db), buzina de automóvel (110db).

Limpeza Pública: Os resíduos estão dispostos a céu aberto acarretando sérios problemas à saúde pública local, como proliferação de vetores de doenças (moscas, mosquitos, baratas e ratos, etc.), geração de maus odores e principalmente, a poluição do solo e das águas superficiais e subterrâneas através do chorume (líquido produzido pela decomposição da matéria orgânica contida no lixo), comprometendo os recursos hídricos. Em termos ambientais isso tem agravado a poluição do ar, do solo e das águas e ainda provocam poluição visual. O chorume, que surge pela decomposição dos resíduos, acaba se infiltrando no solo causando sua poluição, devido á geração de líquidos percolados. Se ocorrer a contaminação do lençol freático, pela infiltração desse líquido, poderá resultar em endemias, desenvolvendo surtos epidêmicos na comunidade.

Arruamento: O acesso às casas é extremamente precário e de difícil locomoção, em algumas ruas é impossível passar com qualquer tipo de veiculo automotor. Não existe arruamento definido e nem calçadas as ruas são de terra e os moradores colocam pedras grandes e pesadas para tampar buracos e desníveis, evitando acidentes e quedas. Existem alguns trechos onde já existe pavimentação, porém necessita de melhorias e calçadas por estarem em área íngreme.



Fotos: COHAPAR in loco 11/12/2012

Rede de Esgoto: Não existem redes de esgoto instaladas na área de intervenção, os moradores despejam seus efluentes líquidos provenientes de lavagem de louças e materiais e de vasos sanitários em valetas a céu aberto na rua ao lado de suas casas, algumas famílias utilizam fossas ou vasos sanitários irregulares como solução para este problema. O

desconforto que estas famílias passam no seu cotidiano é muito grande em relação a falta de saneamento básico, as doenças vinculadas a contaminação e infecção alimentar são constantes em algumas famílias, podendo levar á morte em alguns casos pela dificuldade de atendimento em Unidades de Saúde.

<u>Iluminação Pública</u>: A maioria das casas não tem acesso à energia elétrica, porém a COPEL disponibiliza iluminação pública nas ruas, com isso os moradores acabam utilizando formas irregulares de iluminação em suas residências, muito conhecida como "gato".



FIGURA 36 – Distribuição de energia elétrica no assentamento Vila Facão

<u>Tranporte</u>: Não foram encontrados transportes públicos no local, a justificativa para isso é que o Município não tem serviço de transporte coletivo.

Unidades de Saúde: Na região foram localizada apenas uma Unidade de Saúde.

<u>Unidades Escolares</u>: Na região foram localizadas duas Unidades Escolares, uma de Ensino Fundamental e um Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI

Indicador de Percepção

Ao perguntar aos moradores como eles se sentiam em relação ao ambiente e as condições de infraestrutura e saneamento de onde residem surgiram vários comentários determinantes para definir o alto nível de sua insatisfação.

Comentário 1 – Sra. Luciana Portela (Moradora): "Luciana mora na Vila Fação há 08 anos, gosta do bairro, porém considera as casas muito precárias, muito lixo pelas ruas e reclama da falta de banheiro em sua casa, relata que em dias de chuva é um sofrimento para todos".

- Comentário 2 Sra. Sirlene Aparecida Soares Padilha (Moradora): "Sirlene mora na vila Facão há 08 anos, declara que não gosta de morar neste local e considera que as ruas são muito mal cuidadas, reclama dos buracos na entrada da Vila".
- Comentário 3 Sra. Emília de Oliveira (Moradora): "A senhora Emília reside na vila Facão há 09 anos, gosta do local que reside, considera que diminuiu a violência, porém reclama da precariedade da sua residência, falta terminar o banheiro e o forro da casa".

Obs. A Vila Facão é uma vila com alto índice de desemprego, criminalidade e consumo excessivo de álcool e drogas.

CONCLUSÃO TÉCNICA

Componentes Urbanísticos: A área necessita da implantação de urbanização complexa, melhorando os aspectos de saneamento básico oferecendo melhor acesso à água tratada e implantação de redes de esgoto ligadas às residências, regularização dos fios de luz que estão irregulares em quase todas as residências ("gato"), melhorara a acessibilidade às casas pavimentando as ruas, bem como regularização fundiária visando à regularização dos assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, reconstrução e/ou melhoria das moradias e reassentamento de algumas famílias.

Componentes ambientais: A área necessita urgente de medidas de remediação dos impactos ambientais causados pela ocupação irregular destes moradores. É preciso fazer a revitalização da vegetação nativa analisando as espécies nativas da região, minimizando os processos erosivos. É preciso que esta área seja recuperada voltando a ser o mais próximo do que era antes dos impactos da ocupação irregular das famílias.

Componentes Sociais: Construir pequenas áreas esportivas, praça de lazer, mais creches e escolas e principalmente mais unidades de saúde. Melhorando a qualidade de vida dos moradores da região e incentivando a inclusão social.

TABELA 9 – Tabela PEHIS Assentamento Vila Facão

									dual de Habitação de In		Social -PEHIS					
													FAVELA/REBOUÇA	s		
NDF	F	Regional	Nome	Тетро	FAMÍLIAS	Urbanização (1)	Urbanização Complexa (2)	Urbanização Simples (3)	Caracterização Geral da Favela		Padrão Médio de Construção/Domicílios		Existência/NÃO de Serviços Públicos		Intervenção	
243	001	ERGP	Vila Facão	11	46	0	0	46	1-Embaixo da rede de A	NÃO	1-Madeira	Mais de 60%	1-Existe calçadas na maioria das ruas	NÃO TEM	1-Área em processo de RF	NÃO
									2-Embaixo de viaduto	NÃO	2- Alvenaria 1Pav.		2-Arruamento	PRECÁRIO	2-Ocupação da área	PROPRIEDA DE PÚBLICA E PARTICULA R
									3- Sobre/próximo lixão/aterro	NÃO	3-Alvenaria 2/+pav.		3- Rede Elétrica	BOA	3-A área pertence	MUNICIPAL
									4-Sobre área de APP - legal	NÃO	Materiais reaproveitéveis	Até 30%	4- Iluminação Pública	EM PARTE	3- Situação da área	IRREGULAR
									5- Sobre/margeando leito de curso de água	NÃO	Lonas, plásticos, arames		5- Rede de abastecimento de água	BOA		
					Origem da Estimativa				6-Sobre/próximo as faixas ferroviárias e/ou 7- Em áreas de cavas,	NÃO	Outro		6- Água parada em torno de moradia	POUCO	4- Reassentamento	NÃO
					Cadastro				7- Em áreas de cavas, pântanos/sistema de	NÃO			7- Coleta de lixo direta	COM REGULARIDADE	5-Urbanização Simples	SIM
									8- Sobre encosta ingrem	NÃO			8-Coleta de lixo indireta	EVENTUAL	6-Urbanização Complexa	SIM
													9- Lixo acumulado em córrego	MUITO	7-Regularização Fundiária	NÃO
									Existência ou Suscetibilidade a Risco Ambiental				10- Lixo acumulado em terrenos e beira de vias	MUITO	8- Reconstrução e melhoria nas moradias	SIM
									1- Inundação	Baixo			11- Solução de esgotamento sanitário	NÃO TEM	9- Remanejamento	SIM
									2- Deslizamento ou Desmoronamento	Nenhum			esgotamento sanitário 12-Valeta de esgoto a céu aberto	EM PARTE	10- Percentual p/reconstrução	90%
									3-Doenças respiratórias	Médio	Outro Estado de Conservação		13- Sinais de odores e gases	POUCO	11-Percentual p/ construção	
									4-Doenças Infecciosas	Médio	inabitável					
									5-Animais Selavagens/Peçonhento s	Médio	precário	Mais de 60%	Equipamentos a uma Distância de 1.000m do Fav.			
									6-Acidentes de Tráfego	Nenhum	bom estado	Até 30%	1- Posto de saúde	NÃO		
									7- Eletrocutação	Nenhum			2- Escola	SIM		
									8-Afogamento	Nenhum			3- Creche	SIM		
									9-Contaminação Quimica	Nenhum			4- Centro Comunitário	NÃO		
													5- Área de lazer	NÃO		
													6- Outro*	NÃO		
													7-Transporte escolar público	NÃO		
						rutura faltante nova área e execuç	ão de infraestrutur	a								
						norias e execução d										

Fonte: COHAPAR 2013

8.3.8. PRUDENTÓPOLIS

8.3.8.1 Histórico

O Município de Guarapuava era, na segunda metade do século XIX, o maior do Estado. Estendia-se o território desde o rio dos Patos, na divisa com o Município de Imbituva, até o Iguaçu e o Rio Paraná nas fronteiras da Argentina e Paraguai. Em 1882, quando o projeto da construção da estrada oferecia perspectivas de valorização das terras, começou a afluir gente para aquela extensa região de florestas virgens, denominada então São João nome de um rio que passa próximo a serra e corre para o Ivaí. Consta que as margens desse último foram habitadas por tribos indígenas, pertencentes aos "Coroados", hoje desaparecidos. Por ali deveria passar a estrada da linha telegráfica. Em pouco tempo a povoação foi-se transformando com a chegada de famílias de diversas procedências, constituindo-se a "Vilinha", como passou a ser conhecida naquela zona. Em fins de 1894 o Governo Federal resolveu colonizar a região de São João de Capanema, cujas terras o governo do Estado cedeu para esse fim. O diretor da colônia, Cândido Ferreira de Abreu, em homenagem ao então presidente da República, Prudente de Morais, resolveu denominar Prudentópolis a colônia recém-fundada, nome que fez desaparecer o de São João de Capanema. Em 1895 apresentava aspecto de povoação próspera, com ruas bem traçadas, movimentadas pela contínua chegada de famílias polonesas e ucranianas, destinadas às linhas abertas ao norte e a oeste da sede. Em 1896 foi criada, pela Lei n.º 221, de 15 de dezembro, uma cadeira de instrução primária. Já em 1897, pela Lei n.º 251, de 14 de dezembro, criou-se a segunda cadeira. A Lei n.º 615, de 5 de março de 1906, criou o Município, com território desmembrado do de Guarapuava e com a denominação de Prudentópolis.

8.3.8.2 Dados do CadÚnico

O CadÚnico do município paranaense de Prudentópolis apresenta 7236 famílias inscritas, que totalizam 26.696 pessoas. Dentre as famílias cadastradas, verifica-se uma porcentagem de 91,85% que contam com responsável familiar do sexo feminino. Percebe-se também que 59,72% dos inscritos são beneficiários do Programa Bolsa Família, que confere benefício mensal de transferência de renda de acordo com critérios socioeconômicos de vulnerabilidade.

- Quanto à composição geral das famílias, observou-se que 80,57% delas possuem ao menos um indivíduo com menos de dezoito anos de idade. São, em média, 1,86 crianças ou adolescentes por núcleo familiar.
- Também verificou-se que a população idosa representa 6,09% das famílias cadastradas em Prudentópolis (média de 1,2 indivíduos com faixa etária superior a 65 anos por grupo familiar). Ainda, 4,04% das famílias em tela contam com pessoas com deficiência entre seus dependentes.
- Por fim, registrou-se um número de 23 domicílios em situação de coabitação, ou seja,
 com mais de uma família cadastrada dividindo o mesmo espaço.

8.3.8.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense

As famílias incluídas no Programa Família Paranaense em Prudentópolis, a exemplo dos demais municípios, apresentam fatores de vulnerabilidade social mais agudos do que a média geral das famílias cadastradas no CadÚnico neste município. Seguem as informações extraídas do sistema de cadastro do Família Paranaense para elucidar esta situação:

- 97,5% das famílias apresentam responsável familiar do sexo feminino;
- 42,5% das famílias são monoparentais. Em todas elas é a mulher a única cuidadora de todos os dependentes do domicílio;
- 97,5% das famílias têm crianças e/ou adolescentes em sua composição. São, em média, 2,85 indivíduos menores de dezoito anos de idade por família, números bastante superiores aos dados gerais do município. Segue abaixo a distribuição por número de indivíduos:

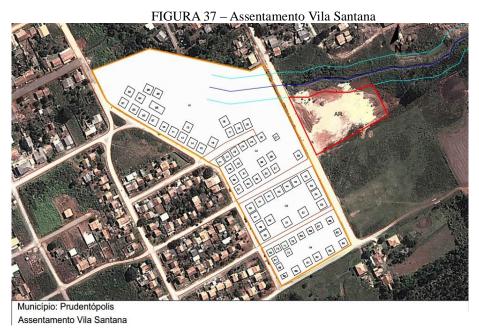
Porcentagem de famílias com Cria	anças	Porcentagem de famílias com Adol	escentes
Famílias com 5 crianças	2,5%	Famílias com 5 adolescentes	0%
Famílias com 4 crianças	7,5%	Famílias com 4 adolescentes	0%
Famílias com 3 crianças	15%	Famílias com 3 adolescentes	2,5%
Famílias com 2 crianças	20%	Famílias com 2 adolescentes	15%
Famílias com 1 crianças	32,5%	Famílias com 1 adolescentes	40%
Famílias com 0 crianças	22,5%	Famílias com 0 adolescentes	42,5%

- Não foram identificadas famílias com pessoas idosas na amostragem analisada;
- 7,5% das famílias observadas apresentam entre os dependentes ao menos uma pessoa com deficiência;

O Programa Nacional de Transferência de Renda - Programa Bolsa Família - atinge
 92,5% das famílias inseridas no Programa Família Paranaense em Prudentópolis.

8.3.8.4 Assentamento Vila Santana

A FIGURA 37 abaixo mostra a área delimitada para intervenção no assentamento Vila Santana, localizado no município de Prudentópolis, abrangendo um total de 76 famílias que estão em área de alto risco e vulnerabilidade ambiental. Destacando que, as famílias estão assentadas em Área de Preservação Permanente – APP.



Fonte: Google/ COHAPAR 2013

Sistema de abastecimento de água: A rede de água tratada na área urbana de Prudentópolis atende 7.815 unidades residenciais, e a 805 de outras unidades de naturezas comércios, indústrias, Poder Público. De acordo com a TABELA 15 abaixo, fornecida pelo Instituído Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES e o Mapa disponibilizado pelo Plano Diretor, toda a área urbana (hachura azul-claro) é servida pelo SANEPAR – Companhia de Saneamento do Estado do Paraná.

Cobertura Vegetal: Nesta área de intervenção foi removida parte da cobertura vegetal e as famílias estão assentadas em Área de Preservação Permanente. Os principais impactos ambientais visualizados foram: o aumento do processo erosivo, o que levou a um empobrecimento dos solos, como resultado da retirada de sua camada superficial.

Assoreamento do rio, como resultado da elevação da sedimentação, provocando desequilíbrios no ecossistema aquático, além de causar enchentes. Extinção de algumas nascentes, resultante da menor infiltração da água das chuvas no subsolo, provocando problemas de abastecimento de água no município. Diminuição dos índices pluviométricos, resultantes da evapotranspiração, ou seja, da troca de água da floresta com a atmosfera. Elevação das temperaturas, como consequência da maior irradiação de calor para a atmosfera a partir do solo exposto, sem as florestas, quase toda energia é devolvida para a atmosfera em forma de calor, elevando as temperaturas médias. Proliferação de pragas e doenças, como resultado de desequilíbrios nas cadeias alimentares. Algumas espécies, geralmente insetos, antes sem nenhuma nocividade, passaram a proliferar exponencialmente com a eliminação de seus predadores, causando graves prejuízos, principalmente para a agricultura e comunidade local.

FIGURA 38 – Cobertura vegetal Assentamento Vila Santana

Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 10/01/2013

Fauna: Com a remoção da cobertura vegetal e extinção dos corredores de biodiversidade locais consequentemente ocorre o afastamento dos animais por conta da diminuição da oferta de abrigo e alimento, a diminuição da sustentabilidade do ecossistema, possibilitando o aumento das populações de animais nocivos ao homem, devido à criação de ambiente propício ao seu desenvolvimento. Infelizmente não foram encontrados sinais e nem a presença de animais nativos. Tornando o quadro ambiental do assentamento ainda mais preocupante.

Recursos Hídricos: Neste trecho foi identificado um córrego nominado como Bilica bem próximo das casas. Onde as famílias se encontram margeando o córrego a partir deste cenário foi identificado diversas atividades potencialmente poluidoras do sistema hídrico a principal delas é os depósitos de lixo e esgoto no córrego compostos por resíduos sólidos de atividades domésticas, a decomposição destes resíduos, produz um líquido altamente poluído e contaminado denominado chorume que atinge os mananciais subterrâneos e superficiais. Os resíduos mais encontrados no córrego em questão foram pneus, garrafas pet, embalagens plásticas, metais e tábuas de madeiras. A coloração da água do rio estava escura (marrom), e com maus odores.

FIGURA 39 – Córrego Bilica que cruza o Assentamento Vila Santana

Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 10/01/2013

Qualidade do Ar: As emissões atmosféricas percebidas foram as provenientes de veículos, carros, ônibus, caminhões e os odores dos resíduos e do esgoto dispostos irregularmente. Os principais problemas vinculados à saúde da população que podem vir a aparecer são vinculados ao sistema respiratório e cardiovascular.

Emissão de Ruídos: O ruído é o que mais colabora para a existência da poluição sonora. Ele é provocado pelo som excessivo de canteiros de obras, meios de transporte, áreas de recreação, atividades domésticas, etc. Estes ruídos provocam efeitos negativos para o sistema auditivo das pessoas, além de provocar alterações comportamentais e orgânicas. A OMS (Organização Mundial de Saúde) considera que um som deve ficar em até 50db (decibéis – unidade de medida do som) para não causar prejuízos ao ser humano. A partir de 50db, os efeitos negativos começam. Alguns problemas podem ocorrer em curto prazo, outros levam anos para serem notados. Foram percebidos ruidos provenientes de música baixa (40db), conversas tranqüilas (40-50db), caminhão (100db), buzina de automóvel (110db).

<u>Limpeza Pública</u>: Os resíduos estão dispostos a céu aberto pelos moradores próximo às casas acarretando sérios problemas à saúde pública local, como proliferação de vetores de doenças (moscas, mosquitos, baratas, ratos, aranhas, etc.), geração de maus odores e

principalmente, a poluição do solo através do chorume (líquido produzido pela decomposição da matéria orgânica contida no lixo). O chorume, que surge pela decomposição dos resíduos, acaba se infiltrando no solo causando sua poluição, devido á geração de líquidos percolados. Alguns moradores atuam como catadores independentes recolhendo os resíduos secos (recicláveis) e armazenam em suas casas.



FIGURA 40 – Disposição de resíduos no Assentamento Vila Santana

Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 10/01/2013

Arruamento: O acesso às casas é extremamente precário e de difícil locomoção, em algumas ruas é impossível passar com qualquer tipo de veiculo automotor. Não existe arruamento definido e nem calçadas as ruas são de terra e alguns trechos possuem pavimentação asfáltica, os moradores colocam pedras grandes e cascalhos para tampar buracos e desníveis, evitando acidentes e quedas.







Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 10/01/2013

Rede de Esgoto: Não existem redes de esgoto, os moradores despejam seus efluentes líquidos provenientes de lavagem de louças e materiais e de vasos sanitários em valetas a céu aberto na rua ao lado de suas casas alguns moradores procedem utilizando fossas sedimentares e banheiros irregulares para resolver esta situação. Devido a isso a incidência de insetos, ratos e baratas é constante e os maus odores são bastante desagradáveis.

FIGURA 42 – Rede de esgoto Assentamento Vila Santana

FIGURA 42 – Rede de esgoto Assentamento Vila Santana

FIGURA 42 – Rede de esgoto Assentamento Vila Santana



Fotos: Julia Carolina Rubel in loco 10/01/2013

<u>Iluminação Pública</u>: A maioria das casas não tem acesso à energia elétrica, porém a COPEL disponibiliza iluminação pública nas ruas, com isso os moradores acabam utilizando formas irregulares de iluminação em suas residências, muito conhecida como "gato". Os moradores não conseguem ter acesso à rede elétrica regular pela falta de arruamento.

<u>Tranporte</u>: Os moradores não possuem acesso ao transporte público no local. Quando precisam chegar em algum lugar geralmente se locomovem a pé. As crianças possuem acesso ao onibus escolar.

<u>Unidades de Saúde</u>: Foi identificado apenas um Posto de Saúde da Família no local (PSF Central) que atende o município.

<u>Unidades Escolares</u>: Na região foram localizadas duas Unidades Escolares onde as crianças do assentamento estão inseridas.

Indicadores de Percepção

Ao perguntar aos moradores como eles se sentiam em relação ao ambiente e as condições de infraestrutura e saneamento de onde residem surgiram vários comentários determinantes para definir o alto nível de sua insatisfação.

- Informações: Prefeitura Municipal de Prudentópolis 2012
- Comentário 1 Sra. Maria Claudia de Lima (Moradora): "Me sinto muito mal, gostaria de melhorias para minha família".
- Comentário 2 Sra. Izabel Novochad Campgnaro (Moradora): "A Sanepar tem dificuldade de acesso individual nesta área, eu gostaria de melhorias nas condições de moradia".
- Comentário 3 Sra. Maristela Americano Naumets (Moradora): "Quando chove a enxurrada afeta minha residência".
- Comentário 4 Sra. Daniele Gonçalves Oliveira (Moradora): "Acho muito desagradável este ambiente por causa do pó, gostaria de melhorias na minha casa e na infraestrutura".
- Comentário 5 Sr. Antônio Ventura do Nascimento (Morador): "Gostaria de melhorias na condição de vida e moradia".

CONCLUSÃO TÉCNICA

Componentes Urbanísticos: A área necessita da implantação de urbanização complexa, melhorando os aspectos de saneamento básico oferecendo melhor acesso à água tratada e implantação de redes de esgoto ligadas às residências, regularização dos fios de luz que estão irregulares em quase todas as residências ("gato"), melhorara a acessibilidade às casas pavimentando as ruas, bem como regularização fundiária visando à regularização dos assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, reconstrução e/ou melhoria das moradias e remanejamento de algumas famílias, para outros lugares do mesmo assentamento.

Componentes ambientais: A área necessita urgente de medidas de remediação dos impactos ambientais causados pela ocupação irregular destes moradores. É preciso fazer a revitalização da vegetação nativa analisando as espécies nativas da região de Imbituva, principalmente no entorno do rio (mata ciliar), minimizando os processos erosivos e a poluição da água. É preciso que esta área seja recuperada voltando a ser o mais próximo do que era antes dos impactos da ocupação irregular das famílias.

Componentes Sociais: Construir pequenas áreas esportivas, praça de lazer, mais creches e escolas e principalmente mais unidades de saúde. Melhorando a qualidade de vida dos moradores da região e incentivando a inclusão social.

TABELA 10 – Tabela PEHIS Assentamento Vila Santana

								stadual de Habitação de		Social -PEHIS					
							Jauos do Fiano L	Staduar de Habitação de	Interesse	Social TEHES		FAVELA/PRUDENTÓPOLIS			
Município	Regional	Nome	Tempo	FAMILIAS	Urbanização (1)	Urbanização Complexa (2)	Urbanização Simples (3)	Caracterização Geral da Favela		Padrão Médio de Construção/Domicílios		Existência/NÃO de Serviços Públicos		Intervenção	
PRUDENTÓPOLIS	ERGP	Vila Santana	2	72	10	8	54	1-Embaixo da rede de AT	NÃO	1-Madeira	Mais de 30% até 60%	1-Existe calçadas na maioria das ruas	NÃO TEM	1-Área em processo de RF	
								2-Embaixo de viaduto	NÃO	2- Alvenaria 1Pav.	Até 30%	2-Arruamento	NÃO TEM	2-Ocupação da área	PROPRIEDA DE PÚBLICA
								3- Sobre/próximo lixão/aterro	NÃO	3-Alvenaria 2/+pav.		3- Rede Elétrica	NÃO TEM	3-A área pertence	MUNICIPAL
								4-Sobre área de APP - legal	SIM	Materiais reaproveitéveis		4- Iluminação Pública	NÃO TEM	3- Situação da área	
								5- Sobre/margeando leito de curso de água	SIM	Lonas, plásticos, arames	Mais de 30% até 60%	5- Rede de abastecimento de água	NÃO TEM		
				Origem da Estimativa				6-Sobre/próximo as faixas ferroviárias e/ou rodoviárias	NÃO	Outro		6- Água parada em torno de moradia	POUCO	4- Reassentamento	
				Contagem in loco				7- Em áreas de cavas, pântanos/sistema de lagos	NÃO			7- Coleta de lixo direta	EVENTUAL	5-Urbanização Simples	
								8- Sobre encosta ingreme	NÃO			8-Coleta de lixo indireta		6-Urbanização Complexa	SIM
												9- Lixo acumulado em córrego	MUITO	7-Regularização Fundiária	SIM
								Existência ou Suscetibilidade a Risco Ambiental				10- Lixo acumulado em terrenos e beira de vias	MUITO	8- Reconstrução e melhoria nas moradias	
								1- Inundação	Médio			11- Solução de esgotamento sanitário	NÃO TEM	9- Remanejamento	SIM
								2- Deslizamento ou Desmoronamento	Nenhum			12-Valeta de esgoto a céu aberto	EM PARTE	10- Percentual p/reconstrução	
								3-Doenças respiratórias	Médio	Outro Estado de Conservação		13- Sinais de odores e gases	MUITO	11-Percentual p/ construção	100%
								4-Doenças Infecciosas	Médio	inabitável	Até 30%				
								5-Animais Selavagens/Peçonhentos	Médio	precário		Equipamentos a uma Distância de 1.000m do Fav.			
								6-Acidentes de Tráfego	Nenhum	bom estado		1- Posto de saúde	NÃO		
								7- Eletrocutação	Nenhum			2- Escola	NÃO		
								8-Afogamento	Médio			3- Creche	NÃO		
								9-Contaminação Química	Nenhum			4- Centro Comunitário 5- Área de lazer	NÃO NÃO		
												5- Area de lazer 6- Outro*	NÃO NÃO		
												7-Transporte escolar público	NÃO		
OBS	1	Intervenção	no local	titulação e es	recução de infraestru	tura faltante						1			
OBS					ovas moradias em no		o de infraestrutu	ra							
					de moradias, melhor										

Fonte: COHAPAR 2013

8.3.9. TURVO

8.3.9.1 Histórico

Em 1897 foi fundado o povoado de Pitanga, que em pouco tempo se consolida social e economicamente. Nesta época, já existia tosca estrada que unia Pitanga a Guarapuava, passando por Arroio Grande, Boa Ventura e pelo território do atual Município de Turvo, que passou a receber famílias de imigrantes eslavos, alemães e italianos, principalmente aqueles que optaram por não morar nas colônias oferecidas pelo governo. O extrativismo marcou época na economia do lugar, onde muitos se dedicavam à derrubada de madeiras de lei, que tinha comércio certo nas praças de Pitanga e Guarapuava. A denominação do município vem do Rio Turvo, que banha a localidade. (Fonte: IBGE\2012)

8.3.9.2 Dados do CadÚnico

Elencam-se abaixo informações referentes às famílias inscritas no CadÚnico residentes no município de Turvo - PR:

- Atualmente, trata-se de 9867 pessoas, que compõem 3046 núcleos familiares (dados de 2012);
- Um total de 2776 destas famílias tem uma mulher como responsável familiar, o que corresponde a 91,14%;
- São beneficiárias ativas do Programa Bolsa Família, ou seja, recebem mensalmente o benefício de transferência de renda, 49,84% das famílias (1518 núcleos familiares);
- 68,06% das famílias contam com crianças e adolescentes em sua composição, com uma média de 1,73 indivíduos nesta faixa etária por família;
- 14,25% das famílias apresentam idosos, sendo, em média 1,23 pessoas com mais de
 65 anos de idade por família;
- Dentre as famílias cadastradas, 2,59% declararam contar com pessoas com deficiência entre seus dependentes;
- Em 64 domicílios existe coabitação, ou seja, residem no mesmo espaço mais de um núcleo familiar.

8.3.9.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense

Além do perfil geral das famílias inseridas no CadÚnico no município de Turvo, foram analisadas separadamente informações de 40 famílias do Programa Família Paranaense, a fim de se perceber um perfil específico desta população. Na sequência, registram-se os principais dados observados:

- As famílias que contam com mulher como responsável familiar correspondem a 95% das incluídas no Programa Família Paranaense;
- Um índice alto de famílias, 50%, apresenta apenas um responsável pelos dependentes, ou seja, constituem-se como famílias monoparentais;
- 92,5% das famílias contam com crianças e/ou adolescentes em sua composição, com uma média de 2,28 indivíduos menores de dezoito anos por família. Segue detalhamento da composição:

Porcentagem de famílias com Cri	anças	Porcentagem de famílias com Ad	olescentes
Famílias com 5 crianças	2,5%	Famílias com 5 adolescentes	0%
Famílias com 4 crianças	7,5%	Famílias com 4 adolescentes	0%
Famílias com 3 crianças	17,5%	Famílias com 3 adolescentes	7,5%
Famílias com 2 crianças	15%	Famílias com 2 adolescentes	12,5%
Famílias com 1 crianças	32,5%	Famílias com 1 adolescentes	22,5%
Famílias com 0 crianças	25%	Famílias com 0 adolescentes	57,5%

- Pessoas idosas constam entre os dependentes de 7,5% das famílias inseridas no Programa Família Paranaense, enquanto pessoas com deficiência aparecem em 2,5% das famílias;
- Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família correspondem a 75% das inseridas no Programa Família Paranaense.

8.3.9.4 Atividades Econômicas

O município de Turvo conta com uma população economicamente ativa de 6837 habitantes. Dentre estes, as principais atividades econômicas são: agropecuária (praticada por 2248 pessoas) que concentra a maior parte das ocupações do território (37,9%), na sequência apresenta-se a indústria de transformação, comércio e serviços domésticos. No que diz respeito à pecuária, Turvo conta com um grande número de rebanhos de gado bovino. Também é marcante a presença de criações de galináceos. Na agricultura, destacam-se as

produções de cana de açúcar e tomate. Embora em menor quantidade, as produções de milho, soja e trigo também movimentam boa parte da economia agrícola da região. Em relação às indústrias, vale destacar que Turvo possui quatro indústrias de papel que empregam 482 pessoas, enquanto 18 estabelecimentos industriais madeireiros e mobiliários geram 209 empregos, e três metalúrgicas ocupam apenas 52 postos de trabalho. No total, o ramo industrial emprega 936 trabalhadores. O comércio emprega 962 pessoas, em 97 estabelecimentos varejistas e quatro atacadistas, além dos profissionais autônomos. Por fim, os serviços domésticos são a ocupação de 524 pessoas economicamente ativas residentes em Turvo. O IDHM-R de Turvo registrado em 2012 é de 0,582. A renda média mensal é de apenas R\$ 127,35 per capta.

8.3.9.5 Assentamento Jardim Filadelphia

A FIGURA 43 abaixo mostra a área delimitada para intervenção no assentamento Vila Filadélfia, localizado no município de Turvo, abrangendo um total de 56 famílias que se encontram inseridas em Área de Preservação Permanente e área de risco e vulnerabilidade ambiental.



Fonte: Google/ COHAPAR 2014.

Sistema de abastecimento de água: A água para abastecimento da população da sede municipal é captada e tratada pela SANEPAR, no rio Turvo. A Estação de Tratamento de Água se localiza a 60m do ponto de captação, ambos localizados a oeste da Rodovia PR-460. A água tratada na ETA é direcionada para os dois reservatórios apoiados (localizados na Rua Dr. João Ferreira Neves) de onde a distribuição é realizada. Segundo informações da Prefeitura Municipal, são verificados em Turvo, 09 pontos de captação de água, sendo 02 pontos superficiais (Sede e Banhado Vermelho) e 07 poços artesianos. Em 2007, de acordo com informações da SANEPAR, no município de Turvo, o abastecimento de água abrangia 1.709 unidades atendidas, com 1.554 ligações. A TABELA 21 a seguir apresenta as categorias relacionadas ao abastecimento de água na área urbana. Em 2011, as unidades residenciais atendidas pela SANEPAR atingiram 1.685, sendo que o total de domicílios no município, segundo o IBGE (2010) é de 1.739.

TABELA 11 – Sistema de Abastecimento de Água do Município de Turvo

CATEGORIAS	UNIDADES ATENDIDAS	LIGAÇÕES
Residenciais	1.685	1.506
Comerciais	182	164
Industriais	22	22
Utilidade pública	16	16
Poder público	34	33
TOTAL	1.939	1.741

FONTE: SANEPAR

NOTA: Unidades (Economias) Atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

Fonte: SANEPAR 2011

Cobertura Vegetal: Nesta área de intervenção foi possível observar que parte da cobertura vegetal foi removida, deixando a camada superior do solo sem proteção contra o impacto direto das gotas de chuva e a ação eólica e aumentando a velocidade do escoamento superficial no solo, facilitando a erosão. Outros impactos de médio e longo prazo podem ser provocados pela remoção da vegetação, como: diminuição dos índices pluviométricos, resultantes da evapotranspiração, ou seja, da troca de água da floresta com a atmosfera; elevação das temperaturas, como consequência da maior irradiação de calor para a atmosfera a partir do solo exposto, já que sem as florestas quase toda energia é devolvida para a atmosfera em forma de calor, elevando as temperaturas médias; agravamento dos processos de desertificação, ou seja, áreas sem nenhum tipo de cobertura vegetal; proliferação de pragas

e doenças, como resultado de desequilíbrios nas cadeias alimentares - algumas espécies, geralmente insetos, antes sem nenhuma nocividade, podem proliferar exponencialmente com a eliminação de seus predadores, causando graves prejuízos, principalmente para a agricultura e comunidade local.

FIGURA 44 – Cobertura vegetal no Jardim Filadélfia

Fonte: COHAPAR, 2014.

<u>Fauna</u>: A remoção da cobertura vegetal e extinção dos corredores de biodiversidade locais tem como consequência o afastamento dos animais por conta da diminuição da oferta de abrigo e alimento e a diminuição da sustentabilidade do ecossistema, possibilitando o aumento das populações de animais nocivos ao homem, devido à criação de ambiente propício ao seu desenvolvimento.

Recursos Hídricos: O córrego que passa pela região pode estar contaminado devido ao depósito de lixo inadequado e despejo de esgoto, já que não há rede coletora. compostos por resíduos sólidos de atividades domésticas, a decomposição destes resíduos, produz um líquido altamente poluído e contaminado denominado chorume que atinge os mananciais subterrâneos e superficiais. Os resíduos mais encontrados no córrego em questão foram pneus, garrafas pet, embalagens plásticas, metais e tábuas de madeiras. A coloração da água do rio estava escura (marrom), e com maus odores.

FIGURA 45- Corpo hídrico assentamento Jardim Filadélfia



Fonte: COHAPAR, 2014.

Solo: Podem ser vistos alguns afloramentos rochosos na área, que nada mais são do que o surgimento de rocha-mãe à superfície, após o arrastamento, por processos naturais, de todos os materiais que a cobriam (como por exemplo, a erosão provocada pelos rios, pelas chuvas ou por deslizamento de terras) ou por processos artificiais (como a abertura de estradas e túneis que colocam a descoberto as rochas). Também existem algumas casas em áreas de risco, sujeitas a deslizamentos e desmoronamentos.

FIGURA 46 – Afloramento rochoso no Jardim Filadélfia





Fonte: COHAPAR, 2014.

Qualidade do Ar: As emissões atmosféricas percebidas foram bem intensas, provenientes da queima de lenha para uso na cozinha. Os principais problemas vinculados à saúde da população que podem vir a aparecer são vinculados ao sistema respiratório e

cardiovascular. Sem contar o risco de incêndio nas casas que são em sua maioria construídas com madeiras e lonas de plástico

Emissão de Ruídos: O ruído é o que mais colabora para a existência da poluição sonora. Ele é provocado pelo som excessivo de canteiros de obras, meios de transporte, áreas de recreação, atividades domésticas, etc. Estes ruídos provocam efeitos negativos para o sistema auditivo das pessoas, além de provocar alterações comportamentais e orgânicas. A OMS (Organização Mundial de Saúde) considera que um som deve ficar em até 50db (decibéis – unidade de medida do som) para não causar prejuízos ao ser humano. A partir de 50db, os efeitos negativos começam. Alguns problemas podem ocorrer em curto prazo, outros levam anos para serem notados. Foram percebidos ruidos provenientes de música baixa (40db), conversas tranquilas (40-50db), caminhão (100db), buzina de automóvel (110db).

Limpeza Pública: Foi possível visualizar resíduos dispostos a céu aberto, o que pode ter como consequências a proliferação de vetores de doenças (moscas, mosquitos, baratas e ratos, etc.), causando problemas à saúde pública local; a geração de maus odores; a poluição visual e a contaminação do solo e das águas superficiais e subterrâneas. Essa contaminação se dá por meio da infiltração do chorume - líquido produzido pela decomposição da matéria orgânica contida no lixo - que acaba, devido ao carreamento de outros materiais dissolvidos, se tornando nocivo ao meio ambiente. Se ocorrer a contaminação do lençol freático, pela infiltração desse líquido, poderá haver endemias, desenvolvendo surtos epidêmicos na comunidade. A coleta de resíduos urbanos e a coleta seletiva são realizadas semanalmente (duas vezes por semana cada), sendo que os recicláveis são levados para a associação de catadores e os rejeitos são depositados no aterro sanitário que está sendo implantado. Também vêm sendo realizados no município programas de incentivo à separação de lixo em casa, como a troca de recicláveis por sementes, e palestras de educação ambiental nas escolas.





Fonte: COHAPAR, 2014

<u>Arruamento:</u> O acesso às casas é extremamente precário e de difícil locomoção, sendo que em algumas ruas é impossível passar com qualquer tipo de veículo automotor. Não existe arruamento definido e nem calçadas, as ruas são de terra.





FIGURA 48 – Arruamento no Jardim Filadélfia

Fonte: COHAPAR, 2014.

Rede de Esgoto: Algumas residências possuem ligação com a rede de esgoto e outras possuem fossas sépticas, cuja limpeza é realizada por caminhões da prefeitura frequentemente. Não existem redes de esgoto instaladas na área de intervenção, os moradores despejam seus efluentes líquidos provenientes de lavagem de louças, roupas, etc. e de vasos sanitários em valetas a céu aberto na rua ao lado de suas casas; algumas famílias utilizam fossas ou vasos sanitários irregulares como solução para este problema. O desconforto que estas famílias passam no seu cotidiano é muito grande em relação à falta de saneamento básico, as doenças vinculadas à contaminação e à infecção alimentar são constantes em algumas famílias, podendo levar à morte em alguns casos pela dificuldade de atendimento em Unidades de Saúde.

<u>Domicílios</u>: Algumas casas são muito precárias, construídas com sucatas como: pneus, lonas plásticas, restos de madeira e materiais encontrados pelos próprios moradores. Estas casas precárias apresentam alto risco a segurança das famílias, principalmente em dias de tempestade e chuvas fortes. Geralmente as casas têm um ou dois cômodos apenas, onde é dividida a cozinha/sala e o quarto, elas não possuem banheiros regulares, e para resolver a situação constroem pequenas "casinhas" de madeira para utilizar como banheiro ao lado de fora da casa, sem terem higiene sanitária ou ligação a redes de esgoto.

FIGURA 49 - Domicílios Jardim Filadélfia









Fonte: COHAPAR, 2014

<u>Iluminação Pública</u>: A maioria das casas não tem acesso à energia elétrica, porém a COPEL disponibiliza iluminação pública nas ruas, com isso os moradores acabam utilizando formas irregulares de iluminação em suas residências, muito conhecida como "gato".

<u>Transporte</u>: Não foram encontrados transportes públicos no local, a justificativa para isso é que o Município não tem serviço de transporte coletivo.

<u>Unidades de Saúde</u>: Na próprio bairro não há Unidade de Saúde, porém, bem próximo, no centro, localiza-se o único posto de saúde do município.

<u>Unidades Escolares</u>: Na região há uma creche, uma pré-escola e um colégio estadual.

CONCLUSÃO TÉCNICA

Componentes Urbanísticos: A área necessita da implantação de urbanização complexa, melhorando os aspectos de saneamento básico oferecendo melhor acesso à água tratada e implantação de redes de esgoto ligadas às residências, regularização dos fios de luz que estão irregulares em quase todas as residências ("gato"), melhorar a acessibilidade às casas pavimentando as ruas, bem como regularização fundiária, de modo a garantir o direito social à moradia, reconstrução e/ou melhoria das moradias e reassentamento de algumas famílias.

Componentes ambientais: A área necessita de medidas de remediação dos impactos ambientais causados pela ocupação irregular destes moradores.

É necessária a realização de um trabalho de educação ambiental com as famílias, por meio de palestras, informativos e oficinas, em escolas e associações, que esclareçam a importância de preservar os córregos e suas margens livres de lixo.

Além da coleta dos resíduos domésticos comuns, também é necessário que a coleta de outros tipos de resíduos como restos de tecidos, pneus, móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e restos da construção civil seja eficiente, sempre com uma divulgação maciça junto à população dos dias e horários em que as coletas são realizadas, para que haja a maior colaboração possível, evitando assim o depósito de lixo em locais inadequados.

Os resíduos da demolição – madeira, restos de tijolos, concreto, cerâmica, etc. - podem ser reutilizados em novas obras ou reciclados. Se não for possível, devem ser destinados a um aterro apropriado para reserva e usos futuros. Os outros tipos de resíduos, também devem ser destinados para reciclagem, no caso de plásticos, papel, papelão, metal e vidro. Os rejeitos deverão ser encaminhados ao aterro sanitário.

Quanto à recuperação da vegetação no entorno do córrego, segundo o Código Florestal, para cursos d'água com largura menor de 10 metros, a faixa de mata ciliar deve ser de 30 metros em cada margem; se a largura for entre 10 e 50 metros, a faixa de mata ciliar deve ser de 50 metros em cada margem.

Para escolha das mudas a serem utilizadas na recuperação da mata ciliar, devem ser consideradas as espécies nativas com ocorrência em matas ciliares da região; plantar o maior número possível de espécies para gerar alta diversidade; utilizar combinações de espécies pioneiras de rápido crescimento junto com espécies não pioneiras, de crescimento médio e lento; plantar espécies atrativas à fauna; respeitar a tolerância das espécies à umidade do solo, isto é, plantar espécies adaptadas a cada condição de umidade do solo.

Para as encostas, a revegetação é indicada para melhorar o efeito estético, já que visualmente forma-se um "tapete verde", para proteção da camada superior do solo contra o impacto direto das gotas de chuva e a ação eólica, para contenção do solo e controle da erosão, e restauração da diversidade. A técnica e as espécies a serem utilizadas na revegetação devem ser escolhidas de acordo com as características da encosta.

É preciso que esta área seja recuperada voltando a ser o mais próximo do que era antes dos impactos da ocupação irregular das famílias.

Componentes Sociais: Construir pequenas áreas esportivas, praça de lazer, mais creches e escolas e principalmente mais unidades de saúde. Melhorando a qualidade de vida dos moradores da região e incentivando a inclusão social.

Todas essas ações tem como finalidade recuperar a área para que volte a ser o mais próximo do que era antes dos impactos da ocupação irregular das famílias.

TABELA 12 – Tabela PEHIS Assentamento Jd. Filadelphia

TABELA 12 — Tabeta PERIS Assentamento Ju. Fitadelphia Dados do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social -PEHIS														
						Ditto	do I mno Lotadan de IIno.	inçuo de .	Interesse seemi Talias		FAVELA/TURVO			
Município	Regional	Nome	Tempo	Total de Domicílios	Numero de Famílias	Famílias Reassentadas	Caracterização Geral da Favela		Padrão Médio de Construção/Domicílios		Existência/NÃO de Serviços Públicos		Intervenção	
TURVO	ERGP	Jardim Filadelphia		50	70	24	1-Embaixo da rede de AT	NÃO	1-Madeira	Mais de 60%	1-Existe calçadas na maioria das ruas	NÃO TEM	1-Área em processo de RF	NÃO
							2-Embaixo de viaduto	NÃO	2- Alvenaria 1Pav.	Até 30%	2-Arruamento	вом	2-Ocupação da área	PROPRIEDA DE PRIVADA
							3- Sobre/próximo lixão/aterro	NÃO	3-Alvenaria 2/+pav.		3- Rede Elétrica	BOA	3-A área pertence	
							4-Sobre área de APP - legal	NÃO	Materiais reaproveitéveis		4- Iluminação Pública	EM PARTE	3- Situação da área	
							5- Sobre/margeando leito de curso de água	NÃO	Lonas, plásticos, arames		5- Rede de abastecimento de água	BOA		
				Origem da Estimativa			6-Sobre/próximo as faixas ferroviárias e/ou rodoviárias 7- Em áreas de cavas,	NÃO	Outro		6- Água parada em torno de moradia	POUCO	4- Reassentamento	NÃO
				Contagem in loco			7- Em áreas de cavas, pântanos/sistema de lagos	NÃO			7- Coleta de lixo direta	EVENTUAL	5-Urbanização Simples	NÃO
							8- Sobre encosta ingreme	SIM			8-Coleta de lixo indireta	EVENTUAL	6-Urbanização Complexa	NÃO
											9- Lixo acumulado em córrego	POUCO	7-Regularização Fundiária	SIM
							Existência ou Suscetibilidade a Risco Ambiental				10- Lixo acumulado em terrenos e beira de vias	POUCO	8- Reconstrução e melhoria nas moradias	SIM
							1- Inundação	Nenhum			11- Solução de	NÃO TEM	9- Remanejamento	SIM
							2- Deslizamento ou Desmoronamento	Nenhum			esgotamento sanitário 12-Valeta de esgoto a céu aberto	EM PARTE	10- Percentual p/reconstrução	100%
							3-Doenças respiratórias	Nenhum	Outro Estado de Conservação		13- Sinais de odores e gases	POUCO	11-Percentual p/ construção	
							4-Doenças Infecciosas	Alto	inabitável					
							5-Animais Selavagens/Peçonhentos	Médio	precário	Mais de 60%	Equipamentos a uma Distância de 1.000m do Fav.			
							6-Acidentes de Tráfego	Nenhum	bom estado		1- Posto de saúde	NÃO		
							7- Eletrocutação	Nenhum	outro		2- Escola	SIM		
							8-Afogamento	Nenhum			3- Creche	SIM		
							9-Contaminação Química	Nenhum			4- Centro Comunitário	NÃO		
											5- Área de lazer	NÃO		
											6- Outro*	NÃO		
0.70											7-Transporte escolar público	NÃO		
OBS														

Fonte: COHAPAR 2013

8.3.10. CRUZ MACHADO

8.3.10.1 Histórico

Em 1870 aportaram ao Paraná os primeiros imigrantes de nacionalidade polonesa, que se fixaram em diversos núcleos coloniais, na região sul da província. Cumpre notar, entretanto, que antes disso, já em 1853, procedente de Santa Catarina, aqui se fixara o primeiro elemento da etnia polonesa, Jeromin Durski, uma das mais notáveis figuras de imigrantes eslavos que o Paraná acolheu. Mais tarde, os colonos poloneses se irradiaram para diversos pontos do Paraná, fundando ou colaborando para a fundação das Colônias de Dorizon, Mallet, Paulo Frontin, Cruz Machado e muitos outros núcleos coloniais, responsáveis pela fundação de importantes centros urbanos. O atual município de Cruz Machado foi, assim, em princípio, um núcleo colonial organizado e fundado pelo Governo Federal, com o fim de aproveitar, colonizar e povoar grandes áreas de terras, até então inaproveitadas e que se prestavam admiravelmente bem a diversos ramos da agricultura, principal fonte de riqueza e de aculturação de imigrantes europeus. Assim, por iniciativa governamental, foi fundado, a 19 de dezembro de 1910, o Núcleo Colonial Federal "Cruz Machado". (Fonte: IBGE/2012)

8.3.10.2 Dados do CadÚnico

O município de Cruz Machado conta com 2018 famílias inclusas no CadÚnico, as quais totalizam 7635 pessoas. Uma porcentagem de 93,95% destas famílias indicaram responsável familiar do sexo feminino.

Destaca-se que 54,86% são beneficiárias do Programa Bolsa Família, contando com benefício mensal de transferência de renda.

Além disso, observam-se as seguintes características sociais das famílias cadastradas:

- 1612 delas, o que corresponde a 79,88%, apresentam crianças e/ou adolescentes em sua composição, com uma média de 2,02 indivíduos nesta faixa etária por família;
- 147 famílias contam com idosos, 7,28% das famílias cadastrada. Nestas, a média é de 1,23 indivíduos com mais de 65 anos de idade por família;
- 208 famílias, ou seja, 10,31% possuem pessoas com deficiência entre seus dependentes.

Por fim, observa-se que, em acordo com as informações declaradas, em oito domicílios do município de Cruz Machado residem mais de uma família cadastradas no CadÚnico.

8.3.10.3 Dados Inclusos no Programa Família Paranaense

A partir de amostra correspondente a quarenta famílias incluídas no sistema do Programa Família Paranaense, foram observadas as seguintes características:

- 97,5% das famílias apresentam como responsável indivíduo do sexo feminino. Esta
 característica é prioritária e recomendada para a inclusão em programas sociais, visto
 que, na maior parte das famílias, a mulher é a responsável pelo provimento da casa e
 pelo cuidado com os dependentes;
- Dentre as famílias incluídas no Programa Família Paranaense, observa-se que 40% são compostas por apenas um dos pais ou responsáveis e seus dependentes (famílias monoparentais);
- 100% das famílias analisadas apresentam crianças e/ou adolescentes em sua composição. A média é de 2,7 pessoas menores de dezoito anos a cada núcleo familiar.
 Observa-se exatamente o dobro de crianças em relação aos adolescentes, conforme porcentagens apresentadas na tabela que segue:

Porcentagem de famílias com (Crianças	Porcentagem de famílias com Adolescentes					
Famílias com 6 crianças	2,5%	Famílias com 5 adolescentes	0%				
Famílias com 4 crianças	7,5%	Famílias com 4 adolescentes	0%				
Famílias com 3 crianças	22,5%	Famílias com 3 adolescentes	0%				
Famílias com 2 crianças	27,5%	Famílias com 2 adolescentes	35%				
Famílias com 1 crianças	27,5%	Famílias com 1 adolescentes	20%				
Famílias com 0 crianças	12,5%	Famílias com 0 adolescentes	45%				

- A porcentagem de famílias com pessoas idosas chega a 5%, índice próximo à média dos inseridos no CadÚnico em todo município de Cruz Machado. Contudo, o número de famílias com pessoas com deficiência entre seus dependentes é significativamente maior dentre as famílias inseridas no Programa Família Paranaense, chegando aos 22,5%.
- O número de famílias inseridas no Programa Família Paranaense que também são atendidas pelo Programa Bolsa Família chega a 75%. Esse dado indica que o PFP tem

conseguido identificar as famílias mais carentes do município, numa confluência de esforços salutar à melhoria de sua qualidade de vida.

8.3.10.4 Atividades Econômicas

O município de Cruz Machado conta com uma população economicamente ativa de 10576 habitantes. Dentre estes, as principais atividades econômicas são: agropecuária (praticada por 6762 pessoas), comércio e indústria de transformação. No que diz respeito à pecuária, a maior criação do município é de galináceos, chegando a aproximadamente 120.000 animais. O rebanho suíno conta com 27500 animais e o bovino com 17000. Na agricultura, destacam-se as produções de feijão, mandioca, trigo e folhas de erva-mate. O comércio emprega 761 pessoas, em 104 estabelecimentos varejistas e 12 atacadistas, além dos profissionais autônomos. Em relação às indústrias, vale destacar que Cruz Machado possui 30 indústrias madeireiras e mobiliárias que empregam 387 pessoas, enquanto 9 estabelecimentos industriais da área de alimentos, bebidas e álcool geram 43 empregos, e três indústrias de papel ocupam apenas 22 postos de trabalho. No total, o ramo industrial emprega 479 trabalhadores. O IDHM-R de Cruz Machado registrado em 2012 é de 0,600. A renda média mensal é de apenas R\$ 141,64 per capta.

8.3.10.5 Assentamento Bairro São José

A FIGURA 50 abaixo mostra a área delimitada para intervenção no assentamento Bairro São José, localizado no município de Cruz Machado, abrangendo um total de 126 famílias que encontram-se inseridas em área de alto risco e vulnerabilidade ambiental.

RUA AGUINALDO SCHMAL

RUA YERRADOR JOAD MARINHUM

RUA YERA

FIGURA 50- Assentamento Bairro São José

Assentamento São José

Fonte: Google/ COHAPAR 2013

Sistema de abastecimento de água: Conforme informações obtidas pela SANEPAR, o município de Cruz Machado possui parceria com a prestadora de serviços de água e esgoto - SANEPAR, para fornecer e implantar Rede de Distribuição de Água no município. A extensão da rede em 2007 era 28.138 metros, sendo o índice de atendimento de 99,54%, com capacidade de reserva de 345 metros cúbicos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE classifica o abastecimento de água existente em Cruz Machado em três modos distintos: através da rede geral, por meio de poço ou nascente existente na propriedade ou ainda por uma terceira forma não especificada no levantamento De acordo a TABELA 23 fornecida pela SANEPAR abaixo, atende 1.692 unidades residenciais. O município apresentava 21,38% do abastecimento através de rede geral, 73,16% através de poço ou nascente e 5,46% realizado de outra forma (IBGE 2000).

TABELA 13 – Sistema de Abastecimento do Município de Cruz Machado

CATEGORIAS	UNIDADES ATENDIDAS	LIGAÇÕES
Residenciais	1.692	1.610
Comerciais	122	104
Industriais	6	6
Utilidade pública	24	23
Poder público	40	39
TOTAL	1.884	1.782

FONTE: SANEPAR

NOTA: Unidades (Economias) Atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

Fonte: SANEPAR 2011

Cobertura Vegetal: Nesta área de intervenção foi removida parte da cobertura vegetal, podendo ser visualizados apenas pequenos espaços com vegetação, esta ação tem como consequências reações que agravam os impactos negativos ao meio ambiente. As árvores e plantas têm a função de proteger o solo, elas diminuem a velocidade do escoamento superficial, e evitam o impacto direto das chuvas através de suas raízes que ajudam a retê-lo. Além disso, foram visualizados sinais de aumento do processo erosivo em alguns trechos o que leva a um empobrecimento dos solos, como resultado da retirada de sua camada superficial. Diminuição dos índices pluviométricos, resultantes da evapotranspiração, ou seja, da troca de água da floresta com a atmosfera. Elevação das temperaturas, como consequência da maior irradiação de calor para a atmosfera a partir do solo exposto, sem as florestas, quase toda energia é devolvida para a atmosfera em forma de calor, elevando as temperaturas médias. Agravamento dos processos de desertificação, ou seja, áreas sem nenhum tipo de cobertura vegetal. Proliferação de pragas e doenças, como resultado de desequilíbrios nas cadeias alimentares. Algumas espécies, geralmente insetos, antes sem nenhuma nocividade, passaram a proliferar exponencialmente com a eliminação de seus predadores, causando graves prejuízos, principalmente para a agricultura e comunidade local.



FIGURA 51- Cobertura vegetal Assentamento Bairro São José

Fonte: Julia Carolina Rubel in loco 17/01/2013

Fauna: Com a remoção da cobertura vegetal e extinção dos corredores de biodiversidade locais consequentemente ocorre o afastamento dos animais por conta da diminuição da oferta de abrigo e alimento, a diminuição da sustentabilidade do ecossistema, possibilitando o aumento das populações de animais nocivos ao homem, devido à criação de ambiente propício ao seu desenvolvimento. Infelizmente não foram encontrados sinais e nem a presença de animais nativos. Tornando o quadro ambiental ainda mais preocupante.

Solo: Foram percebidos vários locais onde ocorrem deslizamento/desmoronamentos de encosta, principalmente onde as famílias estão assentadas.



Fonte: Julia Carolina Rubel in loco 17/01/2013

Recursos Hídricos: Neste trecho não foi identificado nenhum corpo.

Qualidade do Ar: As emissões atmosféricas percebidas foram bem intensas, provenientes de veículos, carros, ônibus e caminhões e da queima de lenha para cozinha. Os principais problemas vinculados à saúde da população que podem vir a aparecer são vinculados ao sistema respiratório e cardiovascular.

Emissão de Ruídos: O ruído é o que mais colabora para a existência da poluição sonora. Ele é provocado pelo som excessivo de canteiros de obras, meios de transporte, áreas de recreação, atividades domésticas, etc. Estes ruídos provocam efeitos negativos para o sistema auditivo das pessoas, além de provocar alterações comportamentais e orgânicas. A OMS (Organização Mundial de Saúde) considera que um som deve ficar em até 50db (decibéis – unidade de medida do som) para não causar prejuízos ao ser humano. A partir de 50db, os efeitos negativos começam. Alguns problemas podem ocorrer em curto prazo, outros levam anos para serem notados. Foram percebidos ruidos provenientes de música baixa (40db), conversas tranqüilas (40-50db), caminhão (100db), buzina de automóvel (110db).

Limpeza Pública: O local não possui um sistema de coleta de resíduos, por isso, os resíduos estão dispostos a céu aberto acarretando sérios problemas à saúde pública local, como proliferação de vetores de doenças (moscas, mosquitos, baratas e ratos, etc.), geração de maus odores e principalmente, a poluição do solo e das águas superficiais e subterrâneas através do chorume (líquido produzido pela decomposição da matéria orgânica contida no lixo), comprometendo os recursos hídricos. Em termos ambientais isso tem agravado a poluição do ar, do solo e das águas e ainda provocam poluição visual. O chorume, que surge pela decomposição dos resíduos, acaba se infiltrando no solo causando sua poluição, devido á geração de líquidos percolados. Se ocorrer a contaminação do lençol freático, pela infiltração desse líquido, poderá resultar em endemias, desenvolvendo surtos epidêmicos na comunidade.

FIGURA 53 – Disposição de resíduos Assentamento Bairro São José





Fonte: Julia Carolina Rubel in loco 17/01/2013

Arruamento: O acesso às casas é extremamente precário e de difícil locomoção, em algumas ruas é impossível passar com qualquer tipo de veiculo automotor. Não existe arruamento definido e nem calçadas as ruas são de terra e os moradores colocam pedras grandes e pesadas para tampar buracos e desníveis, evitando acidentes e quedas.



FIGURA 54- Arruamento Assentamento Bairro São José

Fonte: Julia Carolina Rubel in loco 17/01/2013

Rede de Esgoto: Não existem redes de esgoto instaladas na área de intervenção, os moradores despejam seus efluentes líquidos provenientes de lavagem de louças e materiais e de vasos sanitários em valetas a céu aberto na rua em valetas a céu aberto ao lado de suas casas, algumas famílias utilizam fossas ou vasos sanitários irregulares como solução para este problema. O desconforto que estas famílias passam no seu cotidiano é muito grande em relação à falta de saneamento básico, as doenças vinculadas à contaminação e infecção alimentar são constantes em algumas famílias, podendo levar á morte em alguns casos pela dificuldade de atendimento em Unidades de Saúde.

<u>Iluminação Pública</u>: A maioria das casas não tem acesso à energia elétrica, porém a COPEL disponibiliza iluminação pública nas ruas, com isso os moradores acabam utilizando formas irregulares de iluminação em suas residências, muito conhecida como "gato".

<u>Tranporte</u>: Os moradores possuem acesso aos transportes públicos no local, mas geralmente se locomovem a pé ou de bicicleta.

<u>Unidades de Saúde</u>: Na região não foram localizadas Unidades de Saúde, e os moradores apresentam constantemente sintomas de náuseas, diarreias, febre, dores de cabeça, dores de barriga, doenças respiratórias, dores no corpo, gripe, doenças infecciosas, entre outros. Este quadro se deve à falta de saneamento básico e a falta de melhor acesso às Unidades de Saúde.

<u>Unidades Escolares</u>: Na região foram localizadas Unidades Escolares (uma escola de 1º grau e uma creche) que atendem as crianças e adolescentes locais, porém existe falta de incentivo das famílias devido à baixa escolaridade que tiveram e necessidade econômica.

CONCLUSÃO TÉCNICA

Componentes Urbanísticos: A área necessita da implantação de urbanização complexa, melhorando os aspectos de saneamento básico oferecendo melhor acesso à água tratada e implantação de redes de esgoto ligadas às residências, regularização dos fios de luz que estão irregulares em quase todas as residências ("gato"), melhorara a acessibilidade às casas pavimentando as ruas, bem como regularização fundiária visando à regularização dos assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, reconstrução e/ou melhoria das moradias e reassentamento de algumas famílias.

Componentes ambientais: A área necessita urgente de medidas de remediação dos impactos ambientais causados pela ocupação irregular destes moradores. É preciso fazer a revitalização da vegetação nativa analisando as espécies nativas da região minimizando os processos erosivos. É preciso que esta área seja recuperada voltando a ser o mais próximo do que era antes dos impactos da ocupação irregular das famílias.

Componentes Sociais: Construir pequenas áreas esportivas, praça de lazer, mais creches e escolas e principalmente mais unidades de saúde. Melhorando a qualidade de vida dos moradores da região e incentivando a inclusão social.

TABELA 14- Tabela PEHIS Assentamento São José

Dados do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social -PEHIS															
							Dudos do s	mio issuaum de masuação de me	10550 50	1222	FA	VELA/CRUZ MACH	ADO		
Município	Regional	Nome	Tempo	FAMÍLIAS	Urbanização (1)	Urbanização Complexa (2)	Urbanização Simples (3)	Caracterização Geral da Favela		Padrão Médio de Construção/Do micílios		Existência/NÃO de Serviços Públicos		Intervenção	
CRUZ MACHADO	ERUV	Bairro São José	99	122	0	52	70	1-Embaixo da rede de AT	NÃO	1-Madeira	Mais de 30% até 60%	1-Existe calçadas na maioria das ruas	NÃO TEM	1-Área em processo de RF	NÃO
								2-Embaixo de viaduto	NÃO	2- Alvenaria 1Pav.	Mais de 30% até 60%	2-Arruamento	NÃO TEM	2-Ocupação da área	PROPRIEDA DE PÚBLICA
								3- Sobre/próximo lixão/aterro	NÃO	3-Alvenaria 2/+pav.		3- Rede Elétrica	NÃO TEM	3-A área pertence	MUNICIPAL
								4-Sobre área de APP - legal	NÃO	Materiais reaproveitéveis	Mais de 30% até 60%	4- Iluminação Pública	NÃO TEM	3- Situação da área	INVASÃO
								5- Sobre/margeando leito de curso de água	NÃO	Lonas, plásticos, arames	Até 30%	5- Rede de abastecimento de água	NÃO TEM		
				Origem da Estimativa				6-Sobre/próximo as faixas ferroviárias e/ou rodoviárias	NÃO	Outro		6- Água parada em torno de moradia	NÃO TEM	4- Reassentamento	SIM
				Observação pessoal				7- Em áreas de cavas, pântanos/sistema de lagos	NÃO			7- Coleta de lixo direta	COM REGULARIDADE	5-Urbanização Simples	
								8- Sobre encosta ingreme	SIM			8-Coleta de lixo indireta 9- Lixo acumulado em	NÃO TEM	6-Urbanização Complexa	
												córrego 10- Lixo acumulado em	NÃO TEM	7-Regularização Fundiária 8- Reconstrução e	
								Existência ou Suscetibilidade a Risco Ambiental				em terrenos e beira de vias	MUITO	melhoria nas moradias	
								1- Inundação	Nenhum			11- Solução de esgotamento sanitário	NÃO TEM	9- Remanejamento	
								2- Deslizamento ou Desmoronamento	Baixo			12-Valeta de esgoto a céu aberto	NÃO TEM	10- Percentual p/reconstrução	
								3-Doenças respiratórias	Baixo	Outro Estado de Conservação		13- Sinais de odores e gases	NÃO TEM	11-Percentual p/ construção	
								4-Doenças Infecciosas	Baixo	inabitável	Até 30%				
								5-Animais Selavagens/Peçonhentos	Baixo	precário	Até 30%	Equipamentos a uma Distância de 1.000m do Fav.			
								6-Acidentes de Tráfego	Nenhum	bom estado	Mais de 60%	1- Posto de saúde	SIM		
								7- Eletrocutação	Nenhum			2- Escola	SIM		
								8-Afogamento	Nenhum			3- Creche	SIM		
								9-Contaminação Quimica	Nenhum			4- Centro Comunitário	SIM		
												5- Área de lazer 6- Outro*	SIM		
												7-Transporte escolar	NÃO		
												público	INAU		
OBS						estrutura faltant									
						em nova área e o									
	3	Intervenção	no local,	reconstrução	de moradias, n	ielhorias e exec	ução de infraes	strutura faltante							

Fonte: COHAPAR 2013

9. ANÁLISE DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROGRAMA

A principal preocupação, em termos de gestão ambiental aplicada aos empreendimentos do Programa Família Paranaense é de assegurar a inserção de medidas e cuidados ambientais ao longo do ciclo de vida do projeto.

Tais medidas correspondem às medidas de proteção e controle ambiental, as quais, juntamente com seus custos, normas e especificações pertinentes, foram incluídas no projeto e no seu orçamento e, na sequência, bem como nos editais de licitação das obras e nas fases subsequentes.

A Análise de impactos ambientais é um instrumento de análise e avaliação dos prováveis impactos ambientais de um determinado empreendimento, formado por um conjunto de procedimentos que permitem um exame sistemático dos efeitos ambientais potencialmente decorrentes de uma ação proposta por um projeto, programa ou empreendimento.

Dentre outros objetivos da análise e avaliação dos impactos socioambientais, destacam-se:

- Verificar a correlação positiva e negativa existente entre as diversas atividades e ações inerentes a implantação do empreendimento e o ambiente (natural e antrópico);
- Avaliar sua viabilidade ambiental;
- Subsidiar a indicação das medidas mitigadoras pertinentes a cada caso;

Para determinação dos prováveis impactos ambientais, adotou-se uma ferramenta denominada Matriz de Impactos Ambientais, resultado da parceria entre o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA-PR) e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), a nova Matriz está disponível do site das duas instituições na Internet (www.crea-pr.org.br e www.iap.pr.gov.br). O lançamento desta ferramenta foi realizado em 15 de dezembro de 2010, na sede do CREA-PR, em Curitiba.

O documento é a principal referência para empreendedores e consultores na identificação de possíveis impactos positivos ou negativos ao meio ambiente, resultantes da implementação de novas atividades. A Matriz indica quais os fatores que devem ser considerados nos estudos exigidos para a concessão da licença ambiental. Antes, dependendo

da tipologia da atividade, era preciso entrar com um pedido de termo de referência específico, junto ao IAP.

Com o uso da ferramenta os licenciamentos passam a ser mais embasados técnica e legalmente, o que agiliza a liberação de licenças. A nova ferramenta esclarece qual o conceito de impacto utilizado pelo órgão ambiental atualmente. "Nem todo impacto causa dano, mas todo dano é proveniente de impacto" (Revista 61 CREA-PR). O estudo aponta o que é possível fazer para a redução ou compensação dos danos, e quais os impactos positivos.

Consulta pública de Empreendimentos

Visualizar Empreendimento: _- SELECIONE UMA OPÇÃO -- ▼

Pesquisar por:

Descrição: _
Estudos/Projetos exigíveis: _- SELECIONE UMA OPÇÃO -- ▼

SubGrupos: _▼

Pesquisar

Voitar

Pagina do CREA-PR – Matriz de Avaliação Ambiental

Fonte: Site do CREA-PR 2013

- Impactos Positivos Potenciais: Os impactos positivos esperados, com a implantação do Projeto constituem basicamente em benefícios sociais, econômicos e ambientais, essenciais às intervenções propostas, ou seja, os impactos positivos esperados em curto prazo.
- Impactos Negativos Potenciais significativos e medidas mitigadoras: As obras objetos
 do Projeto, no geral caracterizam-se como abras de baixo impacto negativo sobre o
 meio ambiente (meio antrópico, biológico e físico). Os impactos adversos previstos
 serão temporários, de potencial baixo a moderado.

Uma vez definidos os fatores geradores e os aspectos ambientais, procedeu-se a construção de uma "Matriz de Identificação e Análise de Impactos", com o objetivo de visualizar a correlação existente entre os fatores e os aspectos ambientais, indicativa da ocorrência ou não de um determinado impacto. A referida matriz consiste em uma listagem onde se dispõem nas linhas, os impactos esperados para o empreendimento/atividade, e nas colunas, os critérios de classificação adotados.

Para esta situação as seguintes instruções para preenchimento da matriz foram consideradas:

- Campo "Aspectos Ambientais³": Devem-se descrever os Aspectos Ambientais identificados no processo analisado.
- Campo "Impactos Ambientais⁴": Descrevem-se os Impactos Ambientais associados aos Aspectos Ambientais.

São estes impactos que serão avaliados individualmente no campo "Avaliação" a seguir:

• Campo "Avaliação": Este campo é subdividido nos seguintes itens:

INCIDÊNCIA (I)

O Aspecto ambiental deve ser avaliado como:

Direta (**D**) – Aquele sobre o qual a organização exerce ou pode exercer controle efetivo, originando um impacto ambiental direto.

Indireta (**I**) – Aquele sobre o qual a organização pode apenas exercer influência, notadamente junto a partes interessadas externas, originando um impacto ambiental indireto.

ABRANGÊNCIA (A)

O Impacto ambiental deve ser avaliado conforme abaixo:

Local (L) – Aqueles cujos efeitos do aspecto ambiental se fazem sentir apenas no próprio local onde se deu a ação e suas imediações.

Regional (**R**) – Aquele cujos efeitos do aspecto ambiental se propagam por uma área além das imediações do sítio onde se dá a ação.

Global (G) – Aquele cujos efeitos do aspecto ambiental atingem um componente ambiental de importância coletiva, nacional ou até mesmo internacional.

³ A ABNT NBR ISO 14001 (2004, p. 2) define aspecto ambiental como "elemento das atividades ou produtos ou serviços de uma organização que pode interagir com o meio ambiente".

⁴ A norma define impacto ambiental como "qualquer modificação do meio ambiente adversa ou benéfica, que resulte, no todo ou em parte, dos aspectos ambientais da organização". Em nota, a norma esclarece que "um aspecto ambiental significativo é aquele que tem ou pode ter um impacto ambiental significativo".

PROBABILIDADE (P)

Para os Impactos Ambientais Reais, este parâmetro deve estar associado à frequência de ocorrência do mesmo, uma vez iniciada a atividade sob análise, conforme critérios a seguir:

Alta (3 pontos) – Aquele cuja possibilidade de ocorrência seja muito grande ou existam evidencias de muitas ocorrências no passado (no mínimo 1 caso em 1 ou 2 anos, por exemplo).

Média (2 pontos) – Aquele cuja possibilidade de ocorrência seja razoável ou existam evidências de algumas ocorrências no passado (no mínimo 1 caso em 3 ou 4 anos, por exemplo)

Baixa (1 ponto) – Aquele cuja possibilidade de ocorrência seja nula ou muito remota (no mínimo 1 caso em 5 anos ou mais, por exemplo) ou não existam evidências de ocorrência no passado.

SEVERIDADE (Sr)

Os Impactos ambientais devem ser avaliados segundo sua criticidade em relação ao meio ambiente, em três tipos de categoria:

Severo (**3 pontos**) – Aquele cujo impacto ambiental adverso cause danos irreversíveis, críticos ou de difícil reversão e/ou ponha perigo a vida de seres humanos externos ao empreendimento.

Leve (2 pontos) – Aquele cujo impacto ambiental adverso cause danos reversíveis ou contornáveis e/ou ameace a saúde de seres humanos externos ao empreendimento.

Sem Dano (1 ponto) – Aquele cujo impacto ambiental cause danos mínimos ou imperceptíveis.

ESCALA (Es)

Os Impactos ambientais devem ser avaliados segundo sua escala:

Ampla (3 pontos) - Se o prejuízo alastra-se para fronteiras amplas e desconhecidas. No caso dos impactos adversos, pode-se ter, por exemplo, contaminação de lençóis subterrâneos, rios, mares, extensas correntes de ar, erosão generalizada e/ou outros prejuízos semelhantes.

Limitada (2 pontos) - Se o prejuízo alastra-se para áreas fora dos limites da propriedade da empresa, porem limita-se à região de vizinhança.

Isolada (1 ponto) - Se o prejuízo restringe-se a uma área específico que não extrapola limites da propriedade da empresa.

DETECÇÃO (De)

Os Impactos ambientais potenciais e reais devem ser avaliados segundo seu grau de detecção, conforme critérios a seguir:

Difícil (3 pontos) – É improvável que o impacto ambiental real ou que o aspecto ambiental potencial, neste ultimo caso quando o mesmo vier a se manifestar seja detectado através dos meios de monitoramento disponíveis.

Moderado (**2 pontos**) – É provável que o impacto ambiental real ou que o aspecto ambiental potencial, neste ultimo caso quando o mesmo vier a se manifestar seja detectado através dos meios de monitoramento disponíveis e dentro de um período razoável de tempo.

Fácil (**1 ponto**) – É praticamente certo que o impacto ambiental real ou que o aspecto ambiental potencial, neste ultimo caso quando o mesmo vier a se manifestar seja detectado rapidamente através dos meios de monitoramento disponíveis.

Observação. A Matriz sugerida nesse exemplo é preenchida considerando-se condições normais de operação, com produtos e/ou serviços realizados no presente. Também não estão sendo levados em consideração impactos benéficos.

9.1. Matriz de Identificação e Análise de Impactos das Obras

ASPECTO AMBIENTAL	POSSIVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS	AVALIAÇÃO					SIGNIFICÂNCIA		
ASTECTO AMBIENTAL	TOSSIVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS	I	A	Px	Sr	Es De		Re	
	Afugentamento de espécies		L	1	1.	1.	2	5.	DESPREZÍVEL
	Prejuízo a animais aquáticos	I	L	1.	1.	1.	2.	5.	DESPREZÍVEL
Alteração da Fauna e Flora local	Diminuição da capacidade de regeneração do meio	I	L	ı	1.	1.	2.	5.	DESPREZÍVEL
	Mudança de paisagens	I	L	2	2	1	1	6.	DESPREZÍVEL
	Perda da cobertura vegetal nativa	I	L	2	2.	1	1	6	DESPREZÍVEL
	Agravamento de processos erosivos	I	L	1	1.	1.	2.	5.	DESPREZÍVEL
	Alteração da estrutura do solo	I	L	1	1	1	2	5.	DESPREZÍVEL
Uso do Solo	Alteração da fertilidade do solo	I	L	1	1	1	2	5.	DESPREZÍVEL
	Contaminação do solo (substâncias poluentes orgânicas e inorgânicas)	I	L	2	2	ı	1	6.	DESPREZÍVEL
Geração de Ruídos por transformadores; por motores,	Aumento do índice de ruídos e vibrações, prejudiciais à fauna e a população local.	D	L	3.	2	ı	1	I	SIGNIFICANTE
compressores, prensas, maquinas operatrizes, explosões, vibrações, etc.	Desconforto à sociedade circunvizinha	D	L	3.	2.	ı	1	I	SIGNIFICANTE
Geração de resíduos oleosos (trapos, luvas, limalhas, entre outros); Geração de resíduos de papel, papelão,	Diminuição da vida útil de aterros sanitários	I	L	2	2.	2.	2.	8.	SIGNIFICANTE
plástico, vidros, borrachas, madeiras; Geração de entulhos de construção civil; Geração de baterias	Contribuição para o esgotamento dos recursos naturais	I	L	2	2.	2.	2	8.	SIGNIFICANTE
usadas; Geração de borras de tintas; Geração de	Alteração da qualidade da água e do solo.	I	R	2.	2.	2.	2	8.	SIGNIFICANTE
sucatas metálicas; Geração de resíduos alimentares, Geração de Resíduos Hospitalares.	Aparecimento de vetores e odores gerando desconforto social.		L	2.	2	ı	2.	I	SIGNIFICANTE
Descarga de Efluentes líquidos.	Alteração da qualidade de água subterrânea e superficial	I	L	ı	1	1	2.	5.	DESPREZÍVEL

ASPECTO AMBIENTAL	DOCCIVEIC IMPACTOC AMDIENTAIC		AVALIAÇÃO						SIGNIFICÂNCIA		
ASPECTO AMBIENTAL	POSSIVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS	I	I A		Sr	Es	De		Re		
	Alteração da qualidade do ar e da qualidade de vida da população		L	2.	2.	2	2.	8.	SIGNIFICANTE		
Tráfego de máquinas de grande porte, materiais e	Emissões de poluentes atmosféricos	D	R	2	2	2	2	8.	SIGNIFICANTE		
equipamentos.	Aumento do índice de ruídos e vibrações	D	L	3.	2.	1	1	I	SIGNIFICANTE		
	Atropelamento de animais	I	L	2	3.	ı	1	1	SIGNIFICANTE		
	Alteração da qualidade da água e do solo causados pela geração de resíduos sólidos da construção civil	D	L	ı	2.	2	2.	I	SIGNIFICANTE		
Desmobilização do Canteiro de Obras	Alteração das condições de uso do solo	D	L	ı	2	2	2	I	SIGNIFICANTE		
	Aumento do índice de ruídos e vibrações, prejudiciais à fauna e a população local;	D	L	3.	2.	ı	1	I	SIGNIFICANTE		
	Contribuição para o esgotamento dos recursos naturais.	I	R	2	2.	2	3.	2	SIGNIFICANTE		
Consumo: Água, Energia Elétrica; Combustível, entre outros.	Contaminação do solo (substâncias poluentes orgânicas e inorgânicas)	I	L	ı	2.	2	2.	I	SIGNIFICANTE		
	Gastos financeiros	D	L	3.	2	1	1	7	SIGNIFICANTE		
Disposição de material excedente das escavações	Ocupação temporária de áreas circunvizinhas - Bota Foras		L	3.	2.	1	1	I	SIGNIFICANTE		
	Aumento da geração de resíduos	D	L	3.	2	2	1	8.	SIGNIFICANTE		
Preparação de limpeza e escavação do terreno	Alteração da qualidade do solo	I	R	1	2	2	2	I	SIGNIFICANTE		
	Aumento do índice de ruídos e vibrações	D	L	3.	2	l.	1	1	SIGNIFICANTE		
Vazamento de reagentes químicos, óleos e	Contaminação do solo	D	L	1	1	1	1	5.	DESPREZÍVEL		
combustíveis.	Contaminação de recursos hídricos	Ι	R	1	2	1	1.	5.	DESPREZÍVEL		
Risco de incêndio	Alteração da qualidade do ar e Alteração das condições de dispersão de poluentes	D	L	ı	2.	2	1	6.	DESPREZÍVEL		
Alsco de incendio	Acidentes que levem a internações hospitalares ou a morte	I	L	ı	2.	2	1	6.	DESPREZÍVEL		

O campo significância (Re) da matriz acima é composto pelo parâmetro abaixo:

RESULTADO (Re)										
É determinado pela multiplicação dos fatores (Probabilidade x Severidade x Escala x Detecção)										
Caso não ocorra nenhuma das situações acima,	De 01 a 06	Desprezível	"Manter rotina"							
considerar para definição da significância a	pontos	Despreziver								
pontuação obtida como "Desprezível".			"Controle operacional" (se o aspecto ambiental							
	De 07 a 16	Ciamificanta	for real)							
Caso exista legislação aplicável ou demanda de	pontos	Significante	"Plano de Emergência" (se o aspecto ambiental							
partes interessadas, deve-se tomar a significância			for potencial).							
como sendo, no mínimo, "Significante".			"Controle operacional" e "Plano de Ação" (se o							
	Igual ou		respectivo ambiental for real)							
Caso exista legislação aplicável e não esta sendo	acima de 17	Importante	"Plano de Emergência" (se o aspecto ambiental							
atendida deve-se tomar significância como sendo	pontos		for potencial).							
"Importante".										

9.2. Medidas de Mitigação e/ou Compensação Ambiental

Para cada impacto que possa vir a ser identificado, devem ser geradas as medidas de mitigação e/ou compensação correspondentes especificadas em programas/atividade/planos ambientais. Pela tipologia, é possível antever que uma boa parte dos impactos a serem encontrados deve se concentrar na etapa de execução de obras de engenharia, na reforma e/ou ampliação de estruturas e na manutenção de equipamentos de uso intensivo. Segue abaixo as recomendações ambientais divididas por Aspecto Ambiental, conforme a Matriz acima relacionada:

Aspecto Ambiental: Alteração da Fauna e Flora Local

Recomendação: É de grande importância ressaltar que se prioriza a não retirada da vegetação existente nas áreas de intervenção e que não se altere as condições aquáticas, sendo esse critério responsável por adaptações de projeto, tais como curvas, desvios e canteiros. Sugere-se, com a finalidade de manter exemplares vegetais de grande importância ambiental e estética existente nos locais da intervenção, toda a vegetação nativa suprimida deve ser devidamente reposta, em quantidade igual ou superior à retirada na tentativa de mitigar-se este impacto. O IAP possui Regionais por todo o Estado onde poderão ser solicitados os tipos de Mudas adequadas para o plantio.

Aspecto Ambiental: Uso do Solo

Recomendação: Realizar abertura de acessos temporários em pontos menos favoráveis ao desencadeamento de processos erosivos. Iniciar o processo de pavimentação e paisagismo imediatamente após o término das obras, reduzindo o período em que o solo ficará exposto à ação das águas pluviais e condições prejudiciais.

Aspecto Ambiental: Geração de Ruído e Vibrações

Recomendação: Toma-se como referência a NBR 10.151, a qual determina como máximo admissível, o nível máximo de 60 dB(A) ao longo do dia e 55 dB(A) ao longo da noite. No período de execução das obras, será praticamente inevitável o incômodo à população circunvizinha, uma vez que os níveis de ruído poderão, em algumas situações, ultrapassar os valores estabelecidos pela norma. Como medida mitigadora, deverão serão evitadas as atividades ruidosas em período noturno, priorizando-se a execução das atividades no período diurno (entre 08:00hs e 19:00hs). Observação: Caso ocorram reclamações da população em relação aos ruídos, este evento deverá ser registrado e documentado pela Empreiteira (colocar no registro o nome completo e idade da pessoa bem como uma breve descrição da reclamação).

Aspecto Ambiental: Geração de Resíduos Sólidos da Construção Civil

Recomendação: Serão gerados resíduos de classes distintas (óleos, luvas, limalhas, papel, papelão, plástico, vidros, borracha, madeira, entulhos da construção civil, baterias usadas, borras de tintas, sucatas metálicas, resíduos alimentares, entre outros) em cada etapa da execução das obras, principalmente nas fases de montagem do canteiro, execução da obra propriamente dita e desmobilização do canteiro. Como medida mitigadora, para cada obra, na fase de obtenção do alvará de construção, deverá ser elaborado um "Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil" pela Empreiteira, documento específico que trata do correto gerenciamento dos referidos resíduos abrangendo aspectos de identificação, quantificação, classificação, triagem, armazenamento interno e destinação final ambientalmente correta. A Empreiteira deverá realizar, com todos os envolvidos nas obras, uma oficina de orientação com o objetivo de informá-los sobre a forma ambientalmente correta de tratar as questões dos resíduos da construção. Caso ocorram reclamações da população em relação aos resíduos gerados nas áreas das obras, este evento deverá ser registrado e documentado pela Empreiteira (colocar no registro o nome completo e idade da pessoa bem como uma breve descrição da reclamação).

Aspecto Ambiental: Emissões de Poluentes Atmosféricos

Recomendação: É provável que atividades, tais como movimentação de máquinas, equipamentos e veículos de cargas vinculados às obras, limpeza e preparação do terreno, serão responsáveis pela emissão de poluentes atmosféricos. As emissões serão originadas principalmente pelas ações do vento, bem como trânsito de veículos e movimentação e estocagem de materiais diversos no canteiro (areia, terra, pedra e cimento). Com a tentativa de evitar alterações significativa da qualidade do ar no entorno das obras, deverão serão adotadas medidas mitigadoras, tais como: umidificação das áreas suscetíveis às emissões fugitivas, higienização dos pneus, das máquinas e dos equipamentos antes de sua liberação para transito na via pública, bem como a realização de manutenções regulares e regulagem de veículos e equipamentos, evitando a emissão gases poluentes como por exemplo o Dióxido de Carbono (CO2); Hidrocarbonetos (HC), entre outros. Observação: A empreiteira deverá verificar se esta regulagem dos veículos e equipamentos está em dia junto à empresa contratada para fornecimentos das mesmas.

Aspecto Ambiental: Descarga de Efluentes Líquidos

Recomendação: É muito importante verificar onde os efluentes líquidos estão sendo despejados. As propostas mitigadoras funcionam como ações corretivas para a obtenção de melhorias no sistema de lançamento do efluente líquido. Considera-se eficaz a implantação de caixas separadoras de água, óleo e areia nas áreas suscetíveis a escoamento deste material. Em relação ao processo de reciclagem de óleo, é benéfico esse procedimento, pois evita o lançamento do mesmo na rede coletora de esgoto, a Empreiteira ficará responsável pela contratação (quando necessário) de empresa coletora deste óleo para que seja feita a correta destinação final. Caso ocorram reclamações da população em relação a descarga de efluentes líquidos nas áreas das obras, este evento deverá ser registrado e documentado pela Empreiteira (colocar no registro o nome completo e idade da pessoa bem como uma breve descrição da reclamação).

Aspecto Ambiental: Tráfego de Máquinas de Grande Porte, Materiais e Equipamentos

Recomendação: A presença e movimentação de máquinas no canteiro de obras certamente serão responsáveis pelo aumento dos níveis de ruído nas áreas onde tais máquinas estiverem operando. Como medida mitigadora há a alternativa de limitar as obras ao período diurno (entre 08:00hs e 19:00hs). Além do ruído há ainda o aspecto da geração de emissões atmosféricas, tais como material particulado e poeiras. Como medida mitigadora será

realizada aspersão de água a fim de umidificar as áreas geradoras e amenizar os impactos relacionados a tal aspecto. Observação: Em algumas ocasiões poderão ocorrer atropelamentos de animais principalmente domésticos na área de execução das obras. Isso ocorre geralmente devido a mudança de rotina da região em relação ao aumento de movimentação de veículos. Para isso a Empreiteira deverá implantar um sistema informativo de segurança e alerta de trânsito, com emprego de placas e/ou redutores de velocidade ao longo das vias. Caso ocorra o atropelamento de animais, este evento deverá documentado e armazenado pela Empreiteira. Caso ocorram reclamações da população em relação ao tráfego de maquinas na área das obras, este evento deverá ser registrado e documentado pela Empreiteira (colocar no registro o nome completo e idade da pessoa bem como uma breve descrição da reclamação).

Aspecto Ambiental: Desmobilização do Canteiro de Obras

Recomendação: A desmobilização do canteiro será responsável principalmente pela geração de resíduos sólidos da construção civil, resíduos comuns, efluentes gerados pelos funcionários das obras, movimentação de máquinas e equipamentos, geração de efluentes atmosféricos, emissões ruidosas, entre outros. Como medida mitigadora, deverão serão evitadas as atividades ruidosas em período noturno, priorizando-se a execução das atividades responsáveis pelas emissões ruidosas, no período diurno (entre 08:00hs e 19:00hs). Para cada obra, na fase de obtenção do alvará de construção, deverá ser elaborado um "Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil" pela Empreiteira, documento específico que trata do correto gerenciamento dos referidos resíduos abrangendo aspectos de identificação, triagem, armazenamento interno e quantificação, classificação, destinação ambientalmente correta. A Empreiteira deverá realizar, com todos os envolvidos nas obras, uma oficina de orientação com o objetivo de informá-los sobre a forma ambientalmente correta de tratar as questões dos resíduos da construção. Caso ocorram reclamações da população, este evento deverá ser registrado e documentado pela Empreiteira (colocar no registro o nome completo e idade da pessoa bem como uma breve descrição da reclamação).

Aspecto Ambiental: Preparação e Limpeza do Terreno

Recomendação: A preparação e limpeza do terreno para início das obras será principalmente, responsável pela geração de entulho e resíduos sólidos oriundo de atividades de demolições e limpeza. Tais resíduos serão devidamente segregados, de acordo com sua classe e posteriormente encaminhados ao local de destinação final devidamente licenciado. Como medida mitigadora há a alternativa de limitar as obras ao período diurno, de modo a

verificar a eventual transposição dos padrões de ruído estabelecidos em lei. Nas áreas e respectivo entorno onde ocorrerá a limpeza do terreno, abertura de vias de serviço e terraplenagem com supressão de vegetação, sugere-se, com a finalidade de manter exemplares vegetais de grande importância ambiental e estética existente nos locais da intervenção, toda a vegetação nativa suprimida deve ser devidamente reposta, em quantidade igual ou superior à retirada na tentativa de mitigar-se este impacto. O IAP possui Regionais por todo o Estado onde poderão ser solicitados os tipos de Mudas adequadas para o plantio.

Aspecto Ambiental: Risco de Incêndio

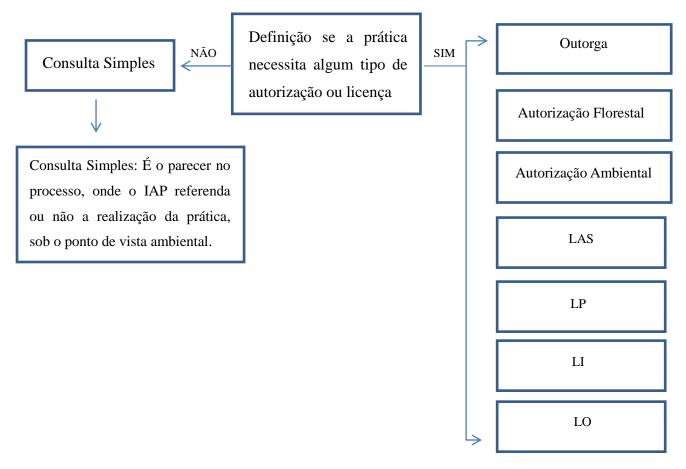
Recomendação: Para evitar este risco e possíveis acidentes a Empreiteira deverá implantar um sistema informativo de segurança e alerta, com emprego de placas orientavas e/ou sinalização de perigo nas áreas de influência.

Aspecto Ambiental: Vazamento de Reagentes Químicos, Óleos e Combustíveis

Recomendação: Para evitar possíveis acidentes com produtos perigosos que possam vir a contaminar o ambiente na região das obras, a estocagem de combustíveis, óleos lubrificantes e quaisquer outras substâncias químicas dever ser realizada em locais distantes de qualquer corpo hídrico e áreas com Risco de incêndio. Adicionalmente este armazenamento deverá contemplar, caso necessário, bacias de contenção construídas conforme estabelecido na Norma Técnica ABNT NBR 17505.

10. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Para garantir a conformidade com as legislações federais e estaduais e com as salvaguardas ambientais do BID, os técnicos da COHAPAR serão responsáveis pela supervisão da implementação dos procedimentos de gestão ambiental estabelecidos para o respectivo Componente 2 do Programa. Além disso, a SEPL supervisionará a conformidade das ações/atividades conforme os requisitos detalhados no RAA e no Manual Operacional providenciando treinamento e capacitação sempre que necessário. Quando necessário, e/ou não atendido, a SEPL articulará e orientará a obtenção das Licenças Ambientais junto aos órgãos ambientais do Estado, especialmente com o IAP e o AGUASPARANÁ. O Banco fará missões de supervisão semestrais, com foco na conformidade das ações executadas e com as recomendações do RAA e no Manual Operacional e de todas as políticas de salvaguardas ambientais.



10.1. Normativas da SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Entidade coordenadora do Sistema Estadual de Gestão Ambiental e dos Recursos Hídricos do Estado do Paraná. Tem por finalidade formular e executar as políticas de meio ambiente, de recursos hídricos e atmosféricos, biodiversidade e florestas, cartográfica, agrária-fundiária, controle da erosão e de saneamento ambiental e gestão de resíduos sólidos. Em relação ao assessoramento técnico, a SEMA possui uma Assessoria de Comunicação que realiza o importante trabalho para a divulgação dos resultados das ações promovidas, a Assessoria de Educação Ambiental e da Articulação para a Formulação da Agenda 21. Coordena ainda os projetos do Estado incluídos no Programa Nacional do Meio Ambiente II e o Programa de Gerenciamento Costeiro. Há quatro coordenadorias que possuem a responsabilidade de formulação de diretrizes: Coordenadoria de Recursos Hídricos e Atmosféricos - CRHA, Coordenadoria de Biodiversidade e Florestas - CBIO, Coordenadoria de Resíduos Sólidos – CRES e Coordenadoria de Mudanças Climáticas. O Sistema SEMA possui ainda sete escritórios regionais distribuídos de acordo com a delimitação das bacias hidrográficas do Paraná. São autarquias da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos o Instituto de Ambiental do Paraná (IAP), o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG) e o Instituto das Águas do Paraná.

10.2. Normativas do AGUASPARANÁ- Instituto das Águas do Paraná

Responsável pelo planejamento e execução de ações e projetos técnicos de proteção, conservação, recuperação e gestão de recursos hídricos superficiais e subterrâneos para preservar e restaurar aspectos quantitativos e qualitativos das águas; monitoramento da qualidade e quantidade dos recursos hídricos; execução de serviços técnicos de engenharia para controle de problemas de erosão, cheias e inundações, degradação de fundos de vales e poluição das águas; difusão de informações sobre recursos hídricos; elaboração e implantação do plano estadual de recursos hídricos e planos de bacias hidrográficas e funcionamento dos comitês de bacias, além de gerir o Fundo Estadual de Recursos Hídricos. No dia 13/10/2009 foi sancionada a Lei nº 16.242 que cria o Instituto das Águas do Paraná. A nova autarquia - vinculada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente - substitui a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA). Foram transferidos para o âmbito administrativo do Instituto das Águas do Paraná as atribuições, cargos e servidores da extinta SUDERHSA. O Instituto das Águas do Paraná é o órgão executivo gestor do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRH/PR, tendo por finalidade oferecer suporte institucional e técnico à efetivação dos instrumentos da

Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PR) instituída pela Lei nº 12.726/99. Também é finalidade do Instituto das Águas do Paraná o exercício das funções de entidade de regulação e fiscalização do serviço de saneamento básico, integrado pelos serviços públicos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas nos termos da Lei nº 11.445/07.

10.2.1. Outorga

10.2.1.1 Finalidade da Outorga

A outorga é o ato administrativo que expressa os termos e as condições mediante as quais o Poder Público permite, por prazo determinado, o uso de recursos hídricos. Direcionase ao atendimento do interesse social e tem por finalidades assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e disciplinar o exercício dos direitos de acesso à água.

10.2.1.2. A quem se destina a outorga

A exigência de outorga destina-se a todos que pretendam fazer uso de águas superficiais (rio, córrego, ribeirão, lago, mina ou nascente) ou águas subterrâneas (poços tubulares) para as mais diversas finalidades, como abastecimento doméstico, abastecimento público, aquicultura, combate a incêndio, consumo humano, controle de emissão de partículas, dessedentação de animais, diluição de efluentes sanitários ou industriais, envase de água, irrigação, lavagem de areia, lavagem de artigos têxteis, lavagem de produtos de origem vegetal, lavagem de veículos, lazer, limpeza, pesquisa/monitoramento, processo industrial, uso geral. A outorga também é necessária para intervenções que alterem a quantidade ou qualidade de um corpo hídrico, como a construção de obras hidráulicas (barragens, retificações, canalizações, drenagens, travessias) e serviços de dragagem (minerária ou para desassoreamento).

10.2.1.3. Quem concede a outorga

No Paraná, os atos de autorização de uso de recursos hídricos de domínio estadual são de competência do Instituto das Águas do Paraná (Lei 16.242). Quando se trata de recursos hídricos de domínio federal, quem concede as outorgas para utilização da água é a Agência Nacional de Águas. Os bens da União e dos Estados são definidos pela Constituição Federal.

O domínio sobre os recursos hídricos significa a responsabilidade pela preservação do bem, sua guarda e gerenciamento, objetivando a sua perenidade e uso múltiplo, bem como o poder de editar as regras aplicáveis.

10.2.1.4. Usos que dependem de outorga

- Derivação ou captação de água superficial (rio, córrego, mina ou nascente) para qualquer finalidade.
- Extração de água subterrânea (poço tubular profundo) para qualquer finalidade.
- Lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos com o fim de diluição.
- Uso de recursos hídricos para aproveitamento hidrelétrico.
- Intervenções de macrodrenagem.
- Para quem pretende fazer extração de água de aquífero subterrâneo, é obrigatório solicitar ao AGUASPARANÁ a anuência prévia para perfuração.
- Esta manifestação do AGUASPARANÁ faculta ao requerente o direito de perfurar poço tubular profundo e tem validade de 01 (um) ano.
- Após o recebimento do documento de anuência e até 60 dias depois de executada a obra, deve ser solicitada a outorga de direito de uso antes de se iniciar a utilização das águas subterrâneas.
- Ambos os requerimentos (anuência para perfuração de poço e outorga de direito de uso) poderão ser incorporadas em um único processo administrativo.
- Para novos empreendimentos que necessitem de licenciamento ambiental e empreendimentos existentes que ainda não possuam licenciamento ambiental deverá ser requerida primeiramente a Outorga Prévia e, posteriormente, a Outorga de Direito.

10.2.1.5. Usos que independem de Outorga

Não são objeto de outorga de direito de uso de recursos hídricos, mas obrigatoriamente de cadastro:

- Usos de água subterrânea para pequenos núcleos populacionais (até 400 pessoas, em meio rural);
- Usos de vazões e volumes considerados insignificantes para derivações, captações, lançamentos de efluentes e lançamentos concentrados de águas pluviais;
- Serviços de limpeza e conservação de margens, incluindo dragagem, desde que não alterem o regime de vazões, a quantidade ou a qualidade do corpo hídrico;

• Obras de travessia (pontes, dutos, passagens molhadas, etc.) de corpos hídricos que não interfiram no regime de vazões, quantidade ou qualidade do corpo hídrico.

Saiba mais:

- Resolução 039/2004-SEMA Captações, lançamentos de efluentes, barragens de acumulação considerados insignificantes;
- Resolução 052/2009-SEMA Lançamentos concentrados de águas pluviais considerados insignificantes, e;
- Portaria 006/2011 Captações consideradas insignificantes e incluídas em processos de financiamento em instituições financeiras.

10.2.1.6. Outorga prévia

O empreendedor deverá solicitar outorga prévia para usos de água em futuros empreendimentos ou atividades, observado o disposto no art. 10º do Decreto 4646.

Solicitação: a solicitação de outorga prévia é indispensável para novos empreendimentos que necessitem de licenciamento ambiental. Existindo disponibilidade hídrica, a reserva da vazão requerida poderá ser autorizada mediante ato a ser publicado pelo AGUASPARANÁ no Diário Oficial do Estado do Paraná. O ato administrativo de outorga prévia tem apenas a finalidade de declarar a disponibilidade de água para os usos requeridos, não conferindo o direito de uso de recursos hídricos e se destinando a reservar a vazão passível de outorga.

Renovação: A outorga prévia poderá ser renovada apenas uma vez, por igual período. Ela não enseja alteração e transferência de titularidade, sendo necessária a abertura de novo processo administrativo se houver interesse do requerente na modificação de seus termos e condições. Após a obtenção da outorga prévia e dos licenciamentos ambientais pertinentes, deve ser requerida a outorga de direito, mantendo todas as condições estabelecidas na outorga prévia. Ambos os requerimentos (outorga prévia e outorga de direitos de uso) poderão ser incorporados em um único processo administrativo. Para novos empreendimentos que não necessitem de licenciamento ambiental e empreendimentos existentes que já possuam licenciamento ambiental, deverá ser requerida diretamente a outorga de direito.

10.2.1.7. Outorga de direito

A outorga é o ato administrativo que expressa os termos e as condições mediante as quais o Poder Público permite, por prazo determinado, o uso de recursos hídricos.

Solicitação: a outorga de direito deverá ser requerida pelos empreendimentos existentes que já possuam licenciamento ambiental e pelos novos empreendimentos que não necessitem de licenciamento ambiental.

Alteração: quando se altera qualquer termo ou condição determinados na portaria de outorga de direito vigente, mantendo-se o mesmo titular.

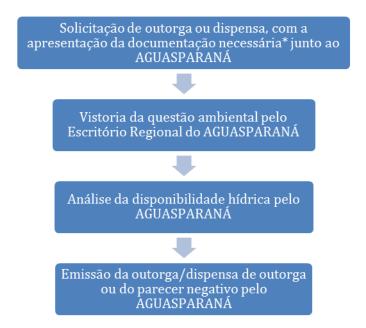
Transferência de Titularidade: quando se altera apenas o titular da outorga e ficam mantidos todos os outros termos e condições da portaria de outorga vigente.

Renovação: o prazo de validade da outorga é estabelecido pelo AGUASPARANÁ na própria portaria. A solicitação de sua renovação deve ser formalizada no máximo até 90 (noventa) dias antes do vencimento da outorga vigente. Desta forma, seus termos se manterão válidos até que a nova solicitação seja apreciada pelo Instituto das Águas do Paraná.

Regularização: quando se tratar de empreendimento existente que já possui licenciamento ambiental, mas não tem outorga prévia, deve solicitar diretamente a outorga de direito, na modalidade regularização.

Desistência de uso: quando não houver mais interesse do outorgado na utilização do recurso hídrico, deverá ser feita a comunicação de desistência de uso e solicitado o cancelamento da outorga vigente.

10.2.1.8. Requerimento de Outorga



* Documentação básica necessária

- Requerimento de Captação de Água (RCA) ou Requerimento de Dispensa de Outorga (RDO);
- · Mapa de localização do empreendimento ou ponto de captação georeferenciado;
- Sendo o manancial subterrâneo, apresentar o relatório do poço fornecido pelo responsável pela perfuração e uma análise físico-química e bacteriológica da água recente;
- · Guia de recolhimento de taxa de outorga ou dispensa.
- · Eventualmente, poderão ser solicitados documentos complementares.

10.3. Normativas do IAP - Instituto Ambiental do Paraná

Entidade autárquica instituída em 1992, através da Lei Estadual no 10.066, de 27 de julho, com a criação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Atribuições: cumprir a legislação ambiental, exercendo, o poder de polícia administrativa, controle, licenciamento e fiscalização; conceder licenciamento ambiental prévio para instalação, operação e ampliação de atividades poluidoras ou perturbadoras do meio ambiente; licenciar empreendimentos florestais e autorizar desmate, estudar e propor normas, padrões e especificações de interesse para a proteção da qualidade ambiental; analisar e emitir pareceres em projetos, relatórios de impacto ambiental e de riscos; elaborar, executar e controlar planos e programas de proteção e preservação da biodiversidade e a integridade do patrimônio genético; participar da administração de parques e reservas de domínio dos municípios ou da União, mediante convênios; incentivar e assistir às prefeituras municipais no tocante à implementação de bosques, hortos e arborização urbana e repovoamento de lagos e rios; executar e fazer executar a recuperação florestal de áreas de preservação permanente degradadas e de unidades de conservação, diretamente ou através de convênios e consórcios; fiscalizar, orientar e controlar a recuperação de áreas degradadas por atividades econômicas de qualquer natureza; promover, coordenar e executar a educação ambiental formal e não formal; executar o monitoramento ambiental, em especial da quantidade e qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, do ar e do solo; controlar e fiscalizar os agrotóxicos e afins e produtos perigosos, quanto ao transporte e destinação final de resíduos, nos termos da legislação específica vigente; cadastrar os produtos agrotóxicos utilizados no Estado, quanto ao seu aspecto ambiental; definir a política florestal do Estado, observados seus aspectos socioeconômicos e ecológicos.

10.3.1. DLAE - Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual

Concedida para os empreendimentos cujo licenciamento ambiental não compete ao órgão ambiental estadual, conforme os critérios estabelecidos em resoluções específicas:

- 1. Os empreendimentos listados na Resolução SEMA 51/2009 estão dispensados de qualquer procedimento de licenciamento, ninguém está obrigado a requerer a DLAE, e, por conseguinte, ninguém deverá ser autuado por falta da DLAE;
- 2. A expedição da DLAE somente será efetuada quando houver interesse por parte do proprietário do empreendimento para alguma finalidade particular, como por exemplo, a liberação de um financiamento em banco ou outra qualquer; para este caso, ele fará o

requerimento apresentando a relação de documentos definida na Central de Relacionamento, atendendo a esta Resolução e a Portaria IAP 243/2009;

3. Quando o empreendimento for considerado de baixo impacto ambiental, pequeno porte e não estiver na lista desta Resolução SEMA 51/2009 e o interessado entender que poderia ser dispensado, aí sim a análise por parte do IAP deverá ser feita com base na apresentação da relação de documentos para o deferimento ou indeferimento da DLAE. No caso da expedição do indeferimento, o requerente deverá ser orientando para requerer a LAS, AA ou LP e demais, conforme for o tipo da atividade.

Observações importantes: A DLAE não exime o dispensado das exigências legais ambientais, com a correta destinação de efluentes e resíduos.

10.3.2. Forma correta de aplicação da DLAE

O Art. 4º da Resolução SEMA 51/2009 define a relação de documentos para a expedição da DLAE:

- Requerimento de Licenciamento RLA
- Comprovante de recolhimento de taxa ambiental (ficha de compensação bancária) no valor de 0,2 UPF/PR.
- No caso de empreendimento instalado em zona rural, apresentar documento de propriedade ou justa posse rural, conforme Art. 57 da Res. CEMA nº 065/08.

Quando o empreendimento for considerado de baixo impacto ambiental, pequeno porte e não estiver na lista desta Resolução SEMA 51/2009 e o interessado entender que poderia ser dispensado, aí sim, a análise por parte do IAP deverá ser feita com base na apresentação da relação de documentos para o deferimento ou indeferimento da DLAE. No caso da expedição do indeferimento o requerente deverá ser orientando para requerer a LAS, AA ou LP e demais, conforme for o tipo da atividade. As demais atividades não especificadas nesta resolução e não previstas em normas específicas, serão analisadas caso a caso pelo IAP, mediante requerimento da parte interessada. Para o cadastro citado no Art 2º deverá ser solicitado a DLAE através de requerimento dirigido ao Diretor Presidente do IAP, podendo ser protocolado nos Escritórios Regionais do IAP ou via *Online*, através do site do IAP.

10.3.3. Quando utilizar a DLAE

Os empreendimentos industriais e/ou artesanais, cuja atividade atenda todos os seguintes critério:

- Possuir até 10 funcionários;
- Não gerar efluentes líquidos industriais, ou com efluentes gerados cuja vazão não ultrapasse 1 m³/dia, nas atividades de processamento de vegetais para alimentos, laticínios e embutidos;
- Não gerar resíduos sólidos Classe I PERIGOSOS, conforme normas técnicas vigentes, no processo industrial;
- Não gerar emissões atmosféricas, ou emissões atmosféricas geradas em equipamentos, para a produção de calor ou energia, com as seguintes características: combustível gasoso até 10 MW; óleos combustíveis e semelhantes até 10 MW; carvão, xisto sólido, coque e outros combustíveis assemelhados até 10 MW; derivados de madeira até 10 MW; bagaço de cana-de-açúcar até 10 MW; turbinas de gás até 10 MW;
- Avicultura: área de confinamento de frangos inferior a 1.500 m²;
- Piscicultura: com área de até 10.000 m², de uso não comercial, incluindo lazer ou paisagismo;
- Suinocultura: com até 10 animais em terminação ou até 3 matrizes, com sistema de criação de confinamento ou mistos;
- Saneamento: as estações de tratamento de água com vazão inferior a 30 l/s; todas as captações superficiais (rios e minas) e subterrâneas, como também perfuração e operação de poços, sendo apenas necessário outorga ou a dispensa de outorga pelo AGUASPARANÁ; as unidades de tratamento simplificado (apenas cloração + fluoretação) das águas de captações superficiais e subterrâneas; rede de distribuição, adutoras, reservatórios e elevatórias de sistemas de abastecimento de água; coletores tronco e rede coletora de esgoto; poços tubulares rasos;
- Os empreendimentos comerciais e de serviços listados: estabelecimentos para comercialização, manutenção e reparo de veículos automotores, oficinas mecânicas e lavadores de veículos para automóveis de passeio e utilitários de pequeno porte; bares, panificadoras, açougues, restaurantes e casas noturnas; supermercados com área coberta de até 10.000 m²; shopping centers com área coberta de até 20.000 m²; hotéis e motéis com até 100 leitos; transporte rodoviário urbano e interurbano de passageiros; Transporte de cargas em geral, desde que não perigosas; Estacionamento de veículos; Comércio de peças e acessórios para veículos automotores; comércio

varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, à exceção de hipermercados e supermercados com área coberta superior a 10.000 m²; comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo; comércio varejista de material de construção, desde que com área coberta inferior a 10.000 m²; comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico; comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos; comércio varejista de produtos de perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos; limpa-fossa; tratamento de dados, hospedagem na internet, cabos telefônicos inclusive fibra óptica, medidores de energia elétrica, e outras atividades relacionadas, bem como outras atividades de prestação de serviços de informação; empresas prestadoras de serviços de segurança, manutenção e limpeza; atividades de organizações associativas patronais, empresariais, profissionais e recreativas; estabelecimento de ensino público e privado, exceto campus universitário; comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista;

- Os empreendimentos de serviços de saúde com volume de geração de resíduos até 30l/semana: exceto os que produzem resíduos quimioterápicos, de acordo com o estabelecido na resolução CONAMA nº 358/05 e na resolução conjunta n.º 002/2005 -SEMA/SESA;
- Os cortes isolados de espécies nativas em área urbana (até 5 exemplares) desde que não constantes da lista vermelha de espécies ameaçadas de extinção e localizadas fora de áreas de preservação permanente;
- As atividades e operações de conservação, manutenção, restauração e melhorias permanentes das rodovias estaduais e vias municipais pavimentadas já existentes, bem como as instalações de apoio nas rodovias, tais como praças de pedágio, serviços de apoio ao usuário, garagem de ambulância, torres de transmissão de rádio, dentre outras. I. Para os fins previstos neste item, e de acordo com a portaria interministerial nº 273, de novembro de 2004, entende-se por: (a) conservação de rodovias pavimentadas: serviços de reparos nos defeitos ocasionados na obra de arte corrente ou pavimento, sendo de caráter corretivo e não preventivo, incluindo-se, entre outros; (b) a limpeza dos dispositivos de drenagem da rodovia e faixa de domínio, tais como: "tapa buraco", reparo no meio fio, limpeza da sarjeta, desobstrução de bueiros, roçada do entorno de obra de arte especial, roçada de placas, roçada da vegetação da faixa de domínio da rodovia, limpeza do acostamento, reparos na sinalização vertical e

horizontal; (c) manutenção de rodovias pavimentadas: serviços de reparo dos defeitos ocasionados pelo desgaste natural, face ao uso ou à exposição às intempéries, onde se procura reabilitar as funções de trafegabilidade, em caráter preventivo, com intervenções singelas, de baixo custo, tais como a sinalização horizontal e a recuperação asfáltica; (d) restauração de rodovias pavimentadas: serviços de reparos dos defeitos, reabilitação estrutural da rodovia, com aplicação de camadas de reforços ou revitalização da base, reabilitação de trechos em elevado estado de deterioração física dos pavimentos e das condições dos elementos situados dentro da faixa de domínio do corpo estradal.

- Pavimentação, recapeamento asfáltico e drenagem de águas pluviais bem como suas ampliações, em vias urbanas tais como definidas em lei;
- As linhas de distribuição de energia com fins de eletrificação rural, em que não ocorra
 corte/supressão de arvores e vegetação, nem transposição de áreas de preservação
 permanente, bem como, medidores de energia elétrica, posteamento urbano para
 instalação de redes de distribuição de energia elétrica e de distribuição de sinal de TV
 a cabo;
- Os projetos de irrigação de até 10 hectares;
- Qualquer construção, reforma ou ampliação de edificações para fins comerciais, de moradia, lazer, práticas esportivas e de utilidade pública, tais como: escolas, quadras de esportes, praças, campos de futebol, centros de eventos, igrejas, templos religiosos, creches, centros de inclusão digital, dentre outras localizados em área urbana já servidos de toda infraestrutura, em especial rede de esgoto e coleta de resíduos sólidos urbanos;
- Benfeitorias rurais onde não haja transformação de produtos;
- Desmembramento de um lote urbano, quando comprovado que mesmo sendo parcelamento do solo trata-se de terreno consolidado no perímetro urbano e já dotado de infraestrutura;
- Apicultura em geral;
- Terraplanagem até 100 m³, desde que não situada em área de preservação permanente e reserva legal.

10.4. Autorização Ambiental – AA

Aprova a localização e autoriza a instalação, operação e/ou implementação de atividade que possa acarretar alterações ao meio ambiente, por curto e certo espaço de tempo, de caráter temporário ou a execução de obras que não caracterizem instalações permanentes, de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, cadastros, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo IAP.

10.4.1. Quando utilizar a AA

- Terraplanagem obs.: autorização ambiental para terraplanagem e aterro acima de 100,00 m³;
- Transporte e disposição final de resíduos (importação/exportação);
- Testes de queima;
- Testes de co-processamento;
- Tudo o que for teste de unidade piloto;
- Modificação de sistema de tratamento (sem ampliação do processo produtivo);
- Picador móvel conforme resolução conjunta IBAMA/SEMA/IAP nº 46/2007.

Observação: Quando a AA vencer, o requerente deverá entrar com nova documentação e reiniciar o processo, quando for o caso, por exemplo, para terminar uma atividade. Lembrar que a Autorização Ambiental não dever ser utilizada para empreendimentos em caráter definitivo.

10.5. Licença Ambiental Simplificada - LAS

Aprova a localização e a concepção do empreendimento, atividade ou obra de pequeno porte e/ou que possua baixo potencial poluidor/degradador, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo IAP.

10.5.1. Quando utilizar a LAS

Atividades sujeitas a Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS

- 1. ABATEDOURO DE AVES até 3.000 aves/mês
- 2. ABATEDOURO DE BOVINOS até 30 cabeças/mês
- 3. ABATEDOURO DE OVINOS até 60 cabeças/mês
- 4. ABATEDOURO DE SUÍNOS até 60 cabeças/mês
- 5. AÇÚCAR MASCAVO E RAPADURA até 3.000 Kg de cana moída/dia
- B. AVICULTURA Área de confinamento de frangos entre 1.501 a 2.500 m²;
- CEMITÉRIO em município com população inferior a 30.000 (trinta mil) habitantes, não integrantes das regiões metropolitanas e com capacidade limitada a 1.500 jazigos.
- 8. DESTILARIA DE ÁLCOOL E CACHAÇA 1.000 Kg de cana moída/dia
- 9. ERVATEIRA 10 funcionários
- 10. FABRICA DE EMBUTIDOS E DEFUMADOS 1.000 Kg de carne processada/dia
- 11. FABRICA DE CONSERVAS SALGADAS 250 Kg de matéria prima/dia
- 12. FABRICA DE GELÉIAS CONSERVAS DOCES 250 Kg de matéria prima/dia
- 13. INDÚSTRIA DE DOCES, CHOCOLATES, BALAS 200 Kg de produto/dia
- 14. INDÚSTRIA DE PROCESSAMENTO DE FRUTAS 500 I de suco/dia
- 15. INDÚSTRIA DE BISCOITOS E BOLACHAS 300 Kg de produto/dia
- INDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE MADEIRA 10 funcionários
- 17. INDÚSTRIA DE FARINHA DE MANDIOCA 500 Kg de mandioca/dia
- 18. INDÚSTRIA CERÂMICA 10 funcionários
- 19. INDÚSTRIA DE FARINHA DE MILHO 100 Kg de milho/dia
- 20. LATICÍNIOS (RESFRIAMENTO E ENVASE) 1250 I de leite/dia
- 21. LATICÍNIOS (QUEIJO E MANTEIGA) 800 I de leite/dia
- 22. LATICÍNIOS (DOCE DE LEITE) 800 I de leite/dia
- PISCICULTURA até 5 (cinco) ha de lâmina d'água por propriedade, e produtividade inferior a 10.000 (dez mil) kg/ha.ano;
- 24. PRODUÇÃO DE VINHO 200 0 Kg de uva processada/dia
- 25. PRODUÇÃO DE VINAGRE 300 I/dia
- 26. PRODUÇÃO DE SUCOS 600 I/dia
- 27. SANEAMENTO
 - a. Estação de tratamento de água ETA com vazão superior a 30 l/s e inferior a 500 l/s;
 - b. Interceptores, elevatórias e emissários de pequeno e médio porte;
 - c. Unidade Tratamento de Esgoto para atendimento até 30.000 habitantes;
 - d. Unidade de Gerenciamento de Lodo UGL para uso agrícola que recebem lodo de uma ou mais ETEs cujo soma

de suas capacidades seja de até 30.000 habitantes

- 28. SUINOCULTURA
 - a. Produção no Sistema 1 até 50 matrizes
 - b. Produção no Sistema 2 até 20 matrizes
 - c. Produção no Sistema 3 até 200 animais
- 29. TORREFAÇÃO E EMPACOTAMENTO DE CHÁ 50 Kg de chá/dia
- 30. TORREFAÇÃO E EMPACOTAMENTO DE CAFÉ 120 Kg de matéria/dia
- 31. TRANSBORDO E ARMAZENAMENTO DE CEREAIS EM ÁREAS RURAIS 500 t (capacidade de estocagem)
- 32. TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE Até 10 m³/dia de vazão de efluente liquido gerado no processo
- 33. UNIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DE OVOS 300 dúzias/dia
- 34. UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE MEL 12.000 Kg de mel/ano
- 35. UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE PEIXES, MOLUSCOS, ANFÍBIOS E CRUSTÁCEOS 200 Kg de carne processada/dia
- 36. FORNOS PARA PRODUÇÃO DE CARVÃO Empreendimentos até 5 (cinco) fornos de carvão, com capacidade máxima de processamento de 20 m³/mês de lenha/forno.

10.5.2. Requerimento para Autorização Ambiental e Licença Ambiental Simplificada



- · Requerimento e Cadastro por tipologia do empreendimento;
- · Projeto básico (memorial descritivo) e/ou Plano de Controle Ambiental PCA;
- Anuência da Prefeitura Municipal, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao Uso e Ocupação do Solo; (Res. CONAMA nº 237/97 Art. 10 – Parágrafo 1º);
- Autorização de Desmate se for o caso;
- Transcrição ou matricula do cartório de registro de imóveis atualizada (no máximo 90 dias), com averbação de Reserva Legal à margem da matrícula; ou Prova de Justa posse (verso do formulário de requerimento, com anuência dos confrontantes, no caso do requerente não possuir documentação legal do imóvel).
- · Fotocópia da carteira de identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física, ou Contrato Social ou Ato Constitutivo, se pessoa jurídica;
- · Taxa ambiental (a pequena propriedade rural é dispensada);
- · Eventualmente poderão ser solicitados documentos complementares.

10.6. Requerimento de Autorização Florestal

A Autorização Florestal é necessária quando houver a necessidade de supressão vegetal arbórea, para quaisquer fins, tais como:

- Autorização para exploração seletiva (raleamento florestal);
- Autorização simplificada para manejo de bracatinga;
- Autorização para corte de caxeta nativa;
- Autorização para o plano de manejo florestal em regime de rendimento sustentado;
- Autorização para aproveitamento de material lenhoso;
- Autorização para corte de palmito nativo;
- Autorização para desmate;
- Autorização para corte isolado de árvores nativas;
- Autorização para corte de vegetação nativa para implantação de projetos de utilidade pública ou interesse social;
- Autorização para queima controlada;
- Anuência prévia para desmatamento e parcelamento da gleba rural;
- Outras modalidades de licenciamento e autorização ambiental que envolva supressão vegetal/exploração de produtos florestais nativos.



- · Fotocópia da carteira de identidade (RG) e do cadastro de pessoa física (CPF), se pessoa física, ou Contrato Social ou ato constitutivo, se pessoa jurídica;
- · Comprovante do recolhimento da taxa ambiental (a pequena propriedade rural é dispensada);
- Transcrição ou matricula do cartório de registro de imóveis atualizada (no máximo 90 dias), com averbação de Reserva Legal à margem da matrícula; ou Prova de Justa posse (verso do formulário de requerimento, com anuência dos confrontantes, no caso do requerente não possuir documentação legal do imóvel).
- Áreas inferiores a 50ha, croquis do imóvel elaborado pelo próprio requerente, demostrando o uso atual do solo, assinalando principalmente os remanescentes florestais, Áreas de Preservação Permanente – APP, e de Reserva Legal, reflorestamentos, hidrografia e o local objeto da solicitação;
- · Eventualmente, poderão ser solicitados documentos complementares.

QUANDO A ATIVIDADE OU OBRA NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUM DOS ITENS ANTERIORES DEVERÁ SER LICENCIADO PELAS TRÊS ETAPAS – LP, LI E LO

10.7. Licença Prévia - LP

Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação. O prazo de validade da Licença Prévia (LP) será de 2 (dois) anos. Essa licença não é passível de renovação.

Observação: Quando a LP vencer, o requerente deverá entrar com nova documentação e reiniciar o processo.

10.7.1. Requerimento Licença Prévia



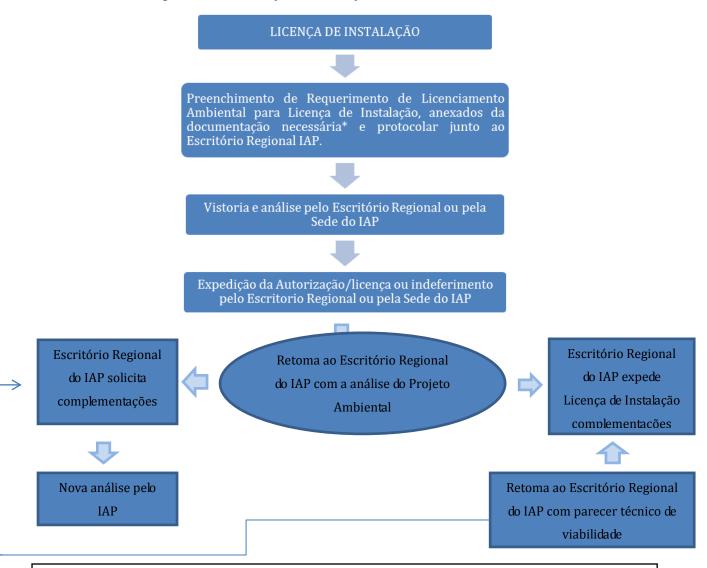
- · Requerimento e cadastro por tipologia do empreendimento, corretamente preenchido pelo requerente;
- Anuência da Prefeitura Municipal, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao Uso e Ocupação do Solo; (Res. CONAMA nº 237/97 Art. 10 – Parágrafo 1º);
- Transcrição ou matricula do cartório de registro de imóveis atualizada (no máximo 90 dias), com averbação de Reserva Legal à margem da matrícula; ou Prova de Justa posse (verso do formulário de Requerimento, com anuência dos confrontantes, no caso do requerente não possuir documentação legal do imóvel).
- · Fotocópia da carteira de identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física, ou Contrato Social ou Ato Constitutivo, se pessoa jurídica;
- · Taxa ambiental (a pequena propriedade rural é dispensada);
- · Eventualmente, poderão ser solicitados documentos complementares.

10.8. Licença de Instalação - LI

Autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambientais e demais condicionantes, da qual constituem motivos determinantes.

O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) será de 2 (dois) anos. Ela poderá ser renovada a critério do IAP.

10. 8.1. Requerimento Licença de Instalação



- · Cadastro por tipologia do empreendimento, corretamente preenchido pelo requerente;
- · Copia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social;
- Copia da Licença Previa e da publicação de sua concessão em jornal de circulação regional e no Diário
 Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº006/86;
- · Comprovante do recolhimento da taxa ambiental, referente à licença de instalação;
- · Projeto relativo ao Sistema de Controle Ambiental, exigido na concessão da LP, elaborado por técnico habilitado, segundo as diretrizes do IAP, acompanhado de anotação ou registro de responsabilidade técnica;
- Eventualmente, poderão ser solicitados documentos complementares.

10.9. Licença de Operação - LO

Autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambientais e condicionantes determinados para a operação.

Validade da LO: dependerá dos critérios do IAP, conforme a atividade, podendo se enquadrar entre 2 (dois), 4 (quatro) ou ate 6 (seis) anos, renováveis. Requerimento Licença de Operação



- · Cadastro por tipologia do empreendimento, corretamente preenchido pelo requerente;
- Copia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social;
- Copia da licença de instalação ou de operação (no caso de renovação) e da publicação de sua concessão em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº006/86;
- Prova de Publicação de súmula de pedido de licença de operação ou para sua renovação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº006/86;
- · Comprovante do recolhimento da taxa ambiental, referente à licença de operação, ou para sua renovação;
- · Cópia do certificado junto ao IBAMA, em se tratando de atividades que utilizem ou industrializem sob qualquer forma, espécimes da flora e/ou fauna;
- · Eventualmente, poderão ser solicitados documentos complementares.

QUANDO A ATIVIDADE OU OBRA JÁ ESTIVER EM FUNCIONAMENTO COMPROVADAMENTE ANTES DE 1.998, DEVERÃO REQUERER DIRETAMENTE, CONFORME PORTE DO EMPREENDIMENTO

10.10. Regularização de Licença Ambiental Simplificada - LASR

Aprova a localização e a concepção do empreendimento, atividade ou obra de pequeno porte e/ou que possua baixo potencial poluidor/degradador, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo IAP.

Observação: Esta modalidade de Regularização serve para empresas com as características acima e que tenham sido instaladas comprovadamente antes do ano de 1998.

10.11. Regularização de Operação - LOR

Autoriza a operação da atividade ou empreendimento, com as medidas de controle ambientais e condicionantes determinados para a operação.

Observação: esta modalidade de regularização serve para empresas com as características acima e que tenham sido instaladas comprovadamente antes do ano de 1998.

LICENÇAS AMBIENTAIS APLICÁVEIS AO PROGRAMA

10.12. Licenças Ambientais aplicáveis ao Programa Família Paranaense

Para a execução das obras de construção das novas unidades habitacionais e obras de infraestrutura serão exigidas pelo IAP – Instituto Ambiental do Paraná as seguintes Licenças: LP – Licença Prévia e LI – Licença de Instalação.

Em alguns municípios, por haver necessidade de recuperação de áreas degradadas, deverá ser solicitada a LI – Licença de Instalação mediante apresentação do plano de recuperação ambiental junto ao IAP para aprovação.

11. SÍNTESE DO PLANO DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO – PRI

O Plano de Reassentamento Involuntário - PRI do Programa Família Paranaense tem por objetivo elucidar os parâmetros de atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social incluídas no Programa que necessitem de intervenções urbanísticas e de regularização fundiária e que residem em assentamentos precários não consolidáveis, localizados em áreas de risco ambiental. O PRI apresenta as normativas e regulamentações nas quais a COHAPAR se baseará para definir as soluções habitacionais, jurídicas, físicas e ambientais, além da metodologia de trabalho social com as famílias a serem reassentadas.

Assim como o Relatório de Avaliação Ambiental - RAA, o PRI contém uma descrição detalhada dos 10 Municípios e 11 Assentamentos que serão objeto de intervenção do Componente II - Melhoramento de Bairros, bem como das áreas de reassentamento/relocação das famílias. Os critérios de eleição dos Municípios prioritários e de seleção das famílias beneficiárias são explicitados no item três do documento.

No que diz respeito às ações previstas, o PRI esclarece que o público-alvo do programa será contemplado com medidas tanto de reassentamento quanto de remanejamento de famílias residentes em áreas de assentamento precário do tipo favela. Essas famílias serão atendidas com ações de urbanização (melhoria de bairros, construção e reconstrução de unidades habitacionais e infraestrutura), relocação e regularização fundiária, conforme a necessidade específica de cada território. As ações serão desenvolvidas em parceria com as Prefeituras, os Comitês Municipais e Locais do Família Paranaense e equipes técnicas especializadas. Igualmente serão adicionadas as instituições setoriais responsáveis pela implantação de infraestrutura, como a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL e a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, com as quais a COHAPAR celebrou convênios.

Para operacionalização das ações de relocação e urbanização serão desenvolvidos pela COHAPAR, com apoio de técnicos especializados contratados, *Projetos Executivos de Urbanização e Regularização Fundiária* específicos para cada um dos assentamentos atendidos. Cada projeto executivo de regularização será acompanhado do *Projeto Específico de Remanejamento/Reassentamento Involuntário - PERI* da área em questão.

O PRI descreve, ainda, os marcos referenciais que norteiam as ações do programa, quais sejam: o Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001), os Planos Diretores dos Municípios, o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS e as Políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em especial a OP-710, referente ao

Reassentamento Involuntário, e a Nova política de acesso à informação, vigente desde 2011, em substituição à OP-102/2006.

O PRI prevê também ações de controle da ocupação da área afetada, a fim de garantir que as ações previstas de remanejamento e reassentamento das famílias sejam bem-sucedidas. Para tanto, faz-se necessário um controle da área afetada, o qual será realizado através do "congelamento" do número de famílias a ser atendidas pelo programa. Com isso, evitam-se novas invasões que possam comprometer a sustentabilidade da intervenção e controla-se a quantidade de imóveis e beneficiários que serão objeto do relocação.

Outros aspectos do documento que merecem ser ressaltados são a participação popular, que deve ser viabilizada, tornando a comunidade protagonista do processo e o monitoramento e avaliação das ações, que deverão ser focados nos resultados das intervenções e nos benefícios efetivamente vivenciados pelos moradores das comunidades selecionadas pelo Programa. O PRI dedica-se, ainda, a descrever o trabalho social a ser realizados com as famílias, concentrados nos eixos de Organização e Mobilização Comunitária, Educação Sanitária e Ambiental e Geração de Trabalho e Renda. Tendo em vista o caráter integrado do Família Paranaense, essas ações serão realizadas em parceria com as outras Secretarias envolvidas no Programa.

Além da integração entre os diversos órgão e secretarias estaduais, o PRI ressalta a importância da atuação das equipes dos municípios, tal como o profissional responsável pelo Programa Família Paranaense na esfera municipal, a equipe da Secretaria Municipal e dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e os membros dos Comitês Local e Municipal do Programa.

A COHAPAR relaciona-se com estas equipes e demais executores do Programa em diversos níveis. A Companhia foi designada, através do Decreto Estadual n.º 5280/2012, para compor a Unidade Gestora do Programa Família Paranaense, responsável pela definição de diretrizes e procedimentos, propondo soluções para execução do programa em acordo com seus procedimentos metodológicos. Além disso, as equipes regionalizadas da COHAPAR também acompanham o cotidiano da execução do Programa nos municípios, prestando informações e definindo tarefas junto às equipes municipais da Política de Assistência Social. O fluxograma abaixo é ilustrativo das relações institucionais do programa:

12. SÍNTESE DO PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – PGAS

Os programas e planos de gestão ambiental se caracterizam pela estruturação de atividades para o acompanhamento e o monitoramento dos impactos positivos e negativos, com os respectivos indicadores e parâmetros a serem considerados (Resolução nº 001/86 do CONAMA, Artº 6º, inciso IV). A elaboração do PGAS tem por objetivo apresentar o detalhamento dos programas e planos ambientais e representam a continuidade do processo de licenciamento ambiental e suas respectivas condicionantes, alinhando-se com o planejamento apresentado no Relatório de Avaliação Ambiental – RAA, como ao atendimento às exigências e/ou condicionantes dos órgãos ambientais.

Desta forma, os programas ambientais são de fundamental importância para a implantação de medidas cabíveis em relação aos impactos ambientais, objetivando mitigar, monitorar, controlar, compensar ou restaurar os danos ambientais que possam ocorrer, ou ainda, potencializar os benefícios dos impactos positivos. Sua elaboração se dá por meio de equipes técnicas especializadas, contratadas pela COHAPAR, e devem ser multidisciplinares.

Para a inserção ambientalmente adequada do programa foram estabelecidos os Critérios de Elegibilidade Socioambientais do Programa (CEA) dos Empreendimentos de Habitação de Interesse Social, localizados em 10 municípios do Estado do Paraná a serem financiados pelo Programa Família Paranaense, organizados conforme a seguinte estrutura:

- 1. Plano de Gestão e Supervisão Ambiental
- 2. Plano Ambiental da Construção
- 3. Controle de Ruídos, Gases e Material Particulado
- 4. Sinalização de Vias, Desvios e Acessos
- 5. Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos
- 6. Controle de Processos Erosivos
- 7. Prevenção de Acidentes na Fase de implantação das obras
- 8. Fiscalização do transporte e armazenagem de produtos perigosos na fase de implantação das obras
- 9. Controle da Saúde e Segurança do Trabalhador
- 10. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)
- 11. Programa de Educação Ambiental (PEA)
- 12. Programa de Comunicação Social
- 13. Programa de Proteção à Fauna

- 14. Programa de Proteção á Flora
- 15. Programa de Proteção e Monitoramento da Qualidade das Águas
- 16. Programa de Gerenciamento de Riscos Ambientais
- 17. Programa de Desapropriação Indenização e Reassentamento

13. PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROGRAMA

A participação pública é definida como o conjunto de processos pelos quais cidadãos, influenciam diretamente na tomada de decisão em processos decisórios.

A OP - 102 do BID estabelece que uma relação clara entre atividades de participação cidadã e operacionais e os objetivos do Banco.

A Participação ajuda a identificar e analisar as preferências dos grupos interessados e / ou afetados por determinadas políticas e projetos. Além disto, contribui para a implementação e avaliação do programa, garantindo que os benefícios cheguem de fato a grupos geralmente excluídos, além de reforçar a capacidade das partes interessadas, reduzir custos, aumentar a apropriação pelos cidadãos e estabelecer uma melhor base para a avaliação e *feedback* para atividades e projetos futuros.

Naturalmente, a maior participação significa que um maior número de agentes irá se envolver em cada atividade ao longo das suas diversas fases.

Nas fases iniciais de preparação, o BID determina que devem ser realizadas consultas com atores não-governamentais. Assim, é permitido que sejam ouvidos diferentes segmentos da sociedade, antes de se consolidar as estratégias de ação.

Desse modo, esforços foram feitos para realização de consultas sistemáticas com as partes interessadas (setor privado, sindicatos, sociedade civil, acadêmicos). Atendendo-se as políticas do BID, garantiu-se e comprovou-se a ampla participação das comunidades afetadas pelo projeto pelo menos, na etapa de desenvolvimento do projeto.

Foram realizadas reuniões com a participação de residentes das áreas envolvidas, ONGs, e outras organizações da sociedade civil, complementadas com convites/convocatórias mais específicas para os grupos sociais indicados.

Dessa forma, foi oferecida a oportunidade de debates, comentários, e sugestões dos participantes. Foram realizados registros dos nomes e origem dos participantes, bem como foram produzidas atas completas com o registro das intervenções, questões e recomendações levantadas, das respostas apresentadas durante a reunião, e dos compromissos sobre como se pretende resolver, bem como os pontos ou problemas levantados.

13.1. Eventos Públicos Realizados Pelo Programa Família Paranaense

Registram-se abaixo os eventos públicos nos quais foram apresentados, discutidos e aprovados parâmetros conceituais, metodológicos e operacionais do Programa Família Paranaense em diversas instâncias de articulação, negociação e participação popular.

02 de março de 2012 - Deliberação n.º 05/2012 do Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná - CEAS/PR - Pela aprovação dos critérios para seleção dos municípios contemplados no Programa Família Paranaense – Fases 1 e 2.

Trata-se da instância de controle social da Política Estadual de Assistência Social, que se reúne ordinariamente a cada mês e tem composição paritária entre representantes do Estado e sociedade civil organizada. É o Conselho responsável pelo planejamento do Sistema Único de Assistência Social no Estado, o qual manifestou parecer favorável para a priorização dos municípios ao Programa Família Paranaense.

13 de março de 2012 - Capacitação presencial das Equipes Regionais da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS/PR, em Curitiba, na qual a coordenação do Programa apresentou e discutiu a metodologia e os objetivos com a equipe técnica - servidores públicos que atuam diretamente no assessoramento aos municípios.



Capacitação

14 de março de 2012 - Lançamento do programa.

Realizado em Curitiba, este evento contou com presença do Governador do Estado, Secretários, Prefeitos e demais autoridades responsáveis pela execução e acompanhamento do Programa.

Lançamento do Programa



11 de abril de 2012 - Assinatura dos Protocolos de Intenção com os 30 municípios priorizados. (instrumento provisório, a partir do qual o município se compromete a verificar a viabilidade de adesão ao programa).

17 de abril de 2012 - Capacitação presencial das equipes municipais - Curitiba. O Programa Família Paranaense trouxe consultores da área social para apresentar aos trabalhadores dos municípios prioritários os conceitos e metodologia do Programa.

Capacitação



18 de abril a 15 de maio de 2012 - Período de estudos para que o município se demonstre interessado e apto a iniciar a execução do Programa.

16 de maio de 2012 - Final do período para assinatura do Termo de Adesão com os 30 municípios priorizados.

A partir 16 de maio de 2012 - Início da execução do Programa nos municípios e do acompanhamento das famílias. Ressalta-se que as famílias incluídas no Programa são devidamente apresentadas aos conceitos

01 de junho de 2012 - Aprovação da Orientação Técnica do Programa Família Paranaense no CEAS. Novamente, o Programa foi pauta da reunião ordinária do Conselho Estadual de Assistência, que aprovou documento de orientação aos municípios.

01 de junho de 2012 - Criação do Primeiro Comitê Regional dos Campos Gerais.

Os comitês locais, municipais, regionais e estadual constituem-se como importantes instâncias para execução do Programa. Reunindo representantes de diversas políticas públicas setoriais, estes comitês são responsáveis desde o acompanhamento das famílias (no nível local) até a tomada de decisões estratégicas relativas ao Programa.



Comitê Regional dos Campos Gerais

18 de junho de 2012 - Criação do Comitê Regional em Castro.

25 de junho de 2012 - Implantação dos Comitês Municipais e Locais em Piraí do Sul, Ortigueira e Reserva.

29 de junho de 2012 - Implantação do Comitê Regional em Laranjeiras do Sul e Francisco Beltrão.



Comitê Regional Laranjeiras do Sul

- 03 de julho de 2012 Constituição do Comitê Regional em Toledo.
- **07 de julho de 2012 -** Reunião do Comitê Regional em Paranaguá e implantação do Cômite Regional em Pato Branco.
 - 11 de julho de 2012 Criação do Comitê Regional em União da Vitória.
- **16 de julho de 2012 -** Decreto n° 5.280 Instituição da Unidade Gestora Estadual do Programa. Assinado pelo Governador do Estado, este decreto, ao qual foi conferida a devida publicidade, instituiu oficialmente os órgãos estaduais responsáveis pela gestão do Programa.
- 17 de julho de 2012 Reunião de assessoramento em Cianorte, na qual a equipe da Unidade Técnica do Programa Família Paranaense se reuniu com representantes dos Municípios da região para tirar dúvidas e orientá-los em relação ao programa.



Visita Técnica Cianorte

- 18 de julho de 2012 Implantação do Comitê Regional em Cascavel.
- 30 de julho de 2012 Reunião técnica de assessoramento em Tijucas do Sul.
- 03 de agosto de 2012 Aprovação do Projeto do curso: Capacitação Macrorregional. A Unidade Técnica Família Paranaense desenvolveu cursos de capacitação sobre a execução do Programa em cinco municípios do Estado, com o objetivo de facilitar o acesso para servidores estaduais e municipais das diversas regiões. O Projeto Pedagógico do curso foi apresentado no CEAS e contou com aprovação da Plenária.
- **03 de agosto de 2012 -** Aprovação no CEAS da destinação de veículos, computadores e impressoras para 11 municípios prioritários do Programa Família Paranaense.
- 10 de agosto de 2012 Comitê Regional de Curitiba discutiu ações intersetoriais com representantes dos municípios da região.

Comitê Regional Curitiba



- 15 de agosto de 2012 Decreto n° 5.552 -- Instituição dos 23 Comitês Regionais do Programa. Novo Decreto Estadual confere publicidade ao Programa, instituindo comitês regionais em todas as áreas de abrangência da SEDS.
- 15 de agosto de 2012 Encontro dos Comitês regionais e local de Guarapuava teve como objetivo o esclarecimento de dúvidas, avaliação do andamento do programa e o planejamento das próximas ações.
- **27 de agosto de 2012 -** Seminário em Cascavel reuniu 41 municípios apresentação de estratégias de implementação.
- **27 de agosto de 2012 -** Seminário em Maringá reuniu 59 municípios apresentação de estratégias de implementação.

Seminário Maringá



03 de setembro de 2012 - 59 municípios da região de Maringá foram capacitados para a implantação do Programa.

Capacitação Maringá





10 de setembro de 2012 - Comitê Regional de Cornélio Procópio discute ações nos municípios.

20 de setembro de 2012 - Capacitação de 60 técnicos dos 30 municípios prioritários do programa. O tema do treinamento foi a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, que se constitui como importante ferramenta de trabalho para promoção social das famílias, em acordo com a metodologia do Programa.

Capacitação





28 de setembro de 2012 - A equipe da Prefeitura de Agudos do Sul promoveu reunião das primeiras 160 famílias que serão atendidas pelo programa. Nesta reunião possibilitou-se à população beneficiária conhecer mais a fundo a gestão do Programa, bem como esclarecer dúvidas sobre as responsabilidades das famílias e entes públicos.

01 de outubro de 2012 - Comitê Regional de Umuarama discute aplicação dos recursos.

05 de outubro de 2012 - Deliberação n° 051/2012 - CEAS: Aprovação dos projetos dos 30 municípios prioritários do Programa. As equipes municipais foram convocadas pela

Unidade Técnica do programa a apresentar um projeto específico com cronograma de ações a serem implementadas e ampliadas em favor da população atendida.

05 de outubro de 2012 - Início do atendimento das famílias em Mangueirinha, que foi inaugurado com reunião pública promovida pela Prefeitura e SEDS.





05 de outubro de 2012 - Aprovação do CEAS aos indicadores e critérios que irão hierarquizar os próximos municípios prioritários a serem contemplados com o Programa Família Paranaense no ano de 2013.

22 de outubro de 2012 - Os municípios de Agudos do Sul e Piraí do Sul iniciam os Planos de Ação Intersetorial individualizado.

Plano de Ação



24 de outubro de 2012 - Webconferência promovida pela SEDS abordou a elaboração Plano de Ação Intersetorial. O evento foi transmitido via web pela Companhia de Informática da Paraná - Celepar e foi assistido simultaneamente por representantes das Prefeituras Municipais em todo o estado.

09 de novembro de 2012 - Apresentação do perfil de atuação do Programa Família Paranaense para missão do Banco Interamericano do Desenvolvimento - BID.

Missão BID/Curitiba e Equipe COHAPAR/SEDS





09 de novembro de 2012 - Deliberação 068/2012 do CEAS - Aprovação da expansão do Programa para 100 municípios em 2013.

28 de novembro de 2012 - Constituição dos comitês Municipal e Local do município de Pato Branco.

17 de dezembro de 2012 - Capacitação gestores municipais em Apucarana.

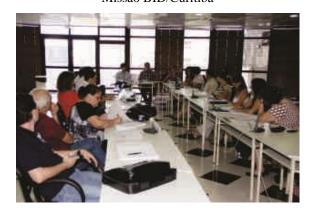


Comitê Regional Apucarana

27 de dezembro de 2012 - Encontro de planejamento, promovido pela SEDS em Curitiba, reuniu equipes dos 30 municípios prioritários do Programa para discussão e definição de estratégias e ações para o ano de 2013.

20 de fevereiro de 2013 - Consultores do BID retornaram ao Paraná em Missão de Análise. A reunião contou com participação de representantes de diversas Secretarias e demais órgãos do Estado envolvidos na execução do Programa.

Missão BID/Curitiba



08 de março de 2013 – Convite para a Reunião Publica da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR que está desenvolvendo, em parceira com a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS, o Programa Família Paranaense, através do qual promoverá ações de regularização fundiária e urbanização em favelas no interior do Estado. O objetivo desta Reunião foi realizar uma Apresentação sobre o RAA – Relatório de Avaliação Ambiental.

Convite para Reunião Pública



01 a 05 de setembro de 2014 - Realização da Missão de Arranque do BID, com a definição dos cronogramas e orçamentos prévios do Programa Família Paranaense.

Missão de Arranque do BID



22 de setembro a 02 de outubro de 2014 - Realização das oficinas participativas (confecção dos biomapas e esclarecimento de dúvidas) com as populações dos assentamentos de nove municípios - Cantagalo, Laranjeiras do Sul, Turvo, Prudentópolis, Rebouças, Piraí do Sul, Wenceslau Braz, Reserva e Cruz Machado.

14. RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÃO

Analisando os impactos socioambientais e através das informações obtidas sobre as áreas de interesse, observou-se que os assentamentos populacionais foram construídos de forma irregular e totalmente desordenada, ou seja, sem respeitar as normas e requisitos legais. Os 10 Municípios visitados, devido aos problemas socioambientais, causam muita preocupação quanto à poluição do ar, solo e água, destruição da cobertura vegetal e degradação das áreas de interesse ambiental devido a grande disputa pelo espaço urbano. Com isso os transtornos na qualidade de vida e o bem-estar da população alvo são inevitáveis.

As áreas em que se encontram os assentamentos são caracterizadas como insalubres, ou seja, os problemas são preocupantes, pois acaba expondo seus moradores a agentes nocivos a saúde proporcionando a proliferação de vetores e o aparecimento de doenças que vêm a afetar tanto a população diretamente exposta e as circunvizinhas.

Como foi discorrido no corpo deste Relatório de Avaliação Ambiental às áreas de preservação ambiental e as áreas públicas são de relevante importância para a preservação dos cursos d'águas e das nascentes, destacando assim a importância da urbanização adequada a fim de minimizar os impactos advindos da expansão urbana dos Municípios.

Com relação às áreas que foram desenvolvidas pesquisas recomenda-se que sejam implantados sistemas de drenagem eficiente e a construção das devidas infraestruturas como: rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água, regularização do sistema de iluminação pública, pavimentação das ruas e sistema de drenagem das águas pluviais, procurando minimizar os impactos para que possa proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população diretamente afetada e para que seja possível a regularização do loteamento junto ao órgão ambiental competente.

O grande aumento desses loteamentos irregulares é advindo da ineficiência do poder público, como a falta de fiscalização, sendo assim recomenda-se uma melhor eficiência quanto da parte de fiscalização das áreas e das famílias com o intuito de evitar esses transtornos sociais e ambientais que vem afetando a todos os Municípios.

A realidade da maioria das famílias inseridas nas áreas de intervenção do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense, no que se refere aos problemas socioambientais causa muita preocupação. Poluição do ar, da água e do solo, enchentes, aumento da atividade irregular na produção do espaço urbano, degradação dos recursos naturais, geração excessiva de resíduos, perda da qualidade de vida da população em geral e, em particular, dos mais carentes, consciência ecológica ainda insuficiente para uma

mudança de postura mais radical, são desafios que se apresentam na luta por um ambiente equilibrado ou ecologicamente correto.

Um ambiente urbano ecologicamente equilibrado deve contemplar além da funcionalidade da cidade, o acesso à moradia de qualidade, a saúde e educação para todos, uso sustentável de seus recursos naturais, a redução da poluição a níveis aceitáveis, a preservação de nascentes e cursos d'água, o aumento da permeabilidade do solo, a correta distribuição da concentração demográfica, a melhoria da qualidade do ar e na luta contra a extinção de espécies da fauna e flora.

A transformação de um ambiente urbano por certo sempre resultará em alterações ambientais. Compete ao ser humano procurar adequar o processo de urbanização às características do ambiente existente, de modo que os impactos negativos sejam os mínimos possíveis, um planejamento urbano que considere os aspectos ambientais pode minorar estes impactos. Visando à ordenação do espaço físico e à provisão dos elementos relativos às necessidades humanas, de modo a garantir um meio ambiente que proporcione qualidade de vida indispensável a seus habitantes, atuais e futuros.

15. EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO E ELABORAÇÃO DO RAA

- Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral:
 - Coordenadora: Rosane Gonçalves
 - Gerente de Projetos: Nestor Braganolo
 - Coordenador de Administração e Controle: Ângelo Tadini
 - Assessora de Salvaguardas Ambientais: Julia Carolina Rubel
- Companhia de Habitação do Estado do Paraná COHAPAR:
 - Superintendente de Urbanismo: Jurandir Guatassara Boeira
 - Assessora Estratégica: Isabella Soares Nascimento
 - Técnica em Desenvolvimento Social Mariana Bettega Braunert
 - Psicólogo Pedro Braga Carneiro
- Equipe técnica dos 10 municípios paranaenses:
 - Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Piraí do Sul
 - Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Imbituva
 - Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Wenceslau Braz
 - Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Reserva
 - Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Cantagalo
 - Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul
 - Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Prudentópolis
 - Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Rebouças
 - Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Turvo
 - Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Cruz Machado
- Assistentes Sociais dos 10 Centros de Referência em Assistência Social CRAS dos municípios: Equipe Técnica do CRAS do Município de Piraí do Sul; do Município de Imbituva; do Município de Wenceslau Braz; do Município de Reserva; do Município de Cantagalo; do Município de Laranjeiras do Sul; do Município de Prudentópolis; do Município de Rebouças; do Município de Turvo; do Município de Cruz Machado.

15.1. EQUIPE DE REVISÃO DO RAA

A partir da execução do Programa Família Paranaense e com base no processo de monitoramento e avaliação ou ainda considerando sugestões qualitativas, algumas instruções e/ou procedimentos contidos neste RAA podem sofrer atualizações ou modificações. Anualmente, a UGP providenciará a divulgação das adequações a todos os usuários do presente documento e seus anexos, sendo que as sugestões das Secretarias Estaduais e Autarquias Públicas envolvidas na execução do Programa deverão ser remetidas à UGP que apreciará as proposições. O acatamento dependerá da coerência das proposições com os objetivos delineados no Manual Operacional e nos demais documentos do Programa. As alterações aprovadas serão submetidas à avaliação do BID, sendo implementadas apenas aquelas que obtiverem a não objeção.

Abaixo segue uma lista com os nomes da equipe responsável pela revisão do RAA do Programa Família Paranaense:

- Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral:
 - Coordenador de Administração e Controle: Ângelo Tadini
 - Assessora de Salvaguardas Ambientais: Julia Carolina Rubel
- Companhia de Habitação do Estado do Paraná COHAPAR:
 - Superintendente de Urbanismo: Jurandir Guatassara Boeira
 - Assessora Estratégica: Isabella Soares Nascimento
 - Analista de Desenvolvimento Social: Corina A.B. Carril Ribeiro
 - Assessora Estratégica: Priscila Maria Rocha de Souza
 - Engenheira Ambiental: Lorena Cemim

Observação: Está inserido no site da SEDS, http://www.familia.pr.gov.br/, o RAA – Relatório de Avaliação Ambiental e Social, para divulgação e consulta a qualquer interessado. Esta divulgação servirá de canal de comunicação entre a sociedade e os responsáveis pelo Programa.

16. LEVANTAMENTO DE DADOS

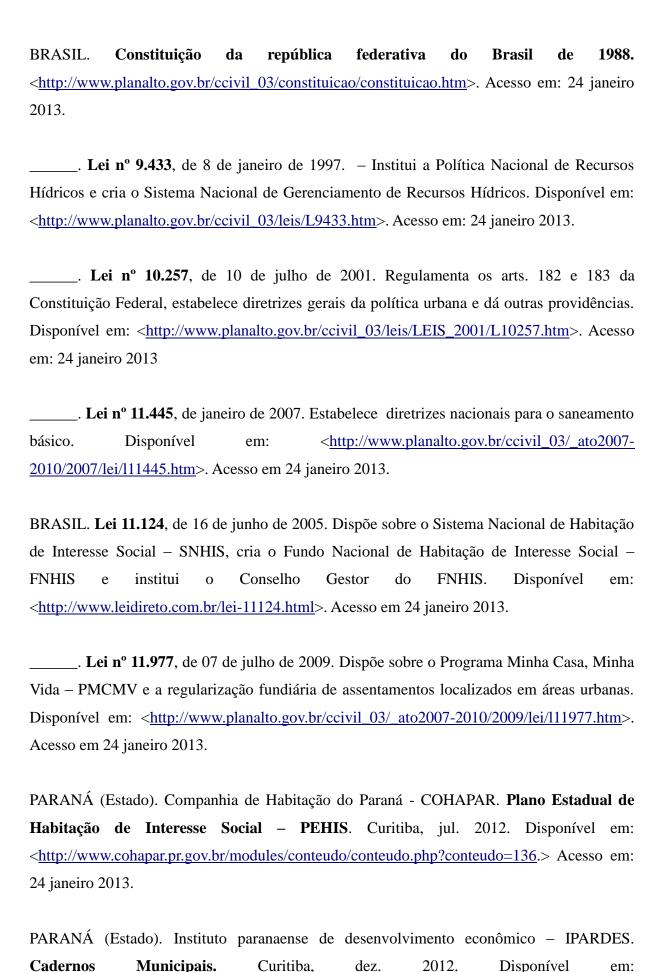
Todos os dados constantes no presente Relatório de Avaliação Ambiental foram fornecidos pela COHAPAR, responsável por equacionar e resolver o déficit habitacional do Estado, prioritariamente à população de baixa renda, contudo buscando soluções para toda a sociedade, pelo IBGE, que disponibilizou dados estatísticos dos municípios em questão, pelo IPARDES, que disponibilizou dados econômicos e sociais dos municípios, pela SANEPAR, responsável pelo fornecimento de dados de saneamento dos municípios, pela COPEL, responsável pelo fornecimento de dados de distribuição de energia elétrica dos municípios, pelo AGUASPARANÁ, responsável pelo fornecimento de dados de recursos hídricos dos municípios, de Prefeituras Municipais e através de consultas bibliográficas. Foram realizadas visitas técnicas no decorrer do ano de 2011 e 2012 onde foram levantados dados específicos de cada assentamento de cada município.

Através de imagens fotográficas e preenchimento de relatório de visita técnica foi possível obter melhor conhecimento sobre a realidade em que vivem as famílias residentes destes assentamentos tornando este Relatório uma fonte positiva de melhoria da qualidade ambiental e da qualidade de vida destas famílias.

17. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

de urbanização de assentamentos precários. São Paulo, jan. 2009. BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria nacional de habitação. Política Nacional de Habitação. Cadernos M. Cidades, nº 4. Brasília, 2005. . Guia para o mapeamento e caracterização de assentamentos precários. Brasília, mai. 2010. __. Guia para regulamentação e implementação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS em Vazios Urbanos. Brasília, dez. 2009. _____. Nota Metodológica sobre as estimativas de déficit habitacional nos municípios com população urbana menor que 20 mil habitantes. Brasília, 2009. _____. Curso à distância: **Planos locais de habitação de interesse social.** Brasília, mai. 2009. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília, 2005. BRASIL. Ministério do meio ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Resolução nº 237/1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. _____. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. **Resolução nº 1/1990**. Dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos, Área de Preservação Permanente – APP.BRASIL. Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm>. Acesso em: 24 janeiro 2013.

BRASIL. Ministérios das Cidades/ aliança das cidades. Curso à distância: Ações integradas



http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30. Acesso em: 24 janeiro 2013. _____. **Os Vários Paranás**. Curitiba, 2005. PARANÁ (Estado). Secretaria da Família e Desenvolvimento Social - SEDS. Família Paranaense: uma nova vida começa aqui. Curitiba, abr. 2012. Disponível em: http://www.familia.pr.gov.br/arquivos/File/familia_paranaense/CartilhaPFP.pdf Acesso em: 24 janeiro 2013. PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU. Política de desenvolvimento urbano e regional do Estado do Paraná – PDU. Curitiba, 2010. PARANÁ (Estado). Secretaria do meio ambiente e recursos hídricos. Águas Paraná: Instituto das águas do Paraná. Curitiba. http://www.iap.pr.gov.br/. Acesso em 24 janeiro 2013. PARANÁ (Estado). Secretaria do meio ambiente e recursos hídricos. Instituto Ambiental do Paraná - IAP. Disponível em: < http://www.iap.pr.gov.br/>. Acesso em: 24 janeiro 2013. PARANÁ (Estado). Secretaria do meio ambiente e recursos hídricos – SEMA. Resolução nº 031/1998. Dispõe sobre o licenciamento ambiental, autorização ambiental, autorização florestal e anuência prévia para desmembramento e parcelamento de gleba rural. . **Resolução nº 54/2006.** Define critérios para o controle da Qualidade do Ar. . Resolução nº 065/2008. Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental, estabelece

PARANÁ (Estado). Secretaria do meio ambiente e recursos hídricos. Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA. **Resolução N° 065/2008.** Dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do meio ambiente e adota outras providências.

critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras e/ou

modificadoras do Meio Ambiente.

PARANÁ (Estado). **Lei Estadual nº 12.726**, de 26 de novembro de 1999. Institui o Plano de Recursos Hídricos do Estado do Paraná e adota outras providências. Disponível em: http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/9973229f063f4a8d03256c2f007a992a/8c56f0 aff5b8de3903256e990068a3bb>. Acesso em 24 janeiro 2013.

Lei Estadual nº 12.493, de 05 de fevereiro de 1999. Estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes a geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências. Disponível em: http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/72f6421141cdce2603256c2f007a9922/76588 13fa00d0c3803256e990068926c?OpenDocument: Acesso em 24 janeiro 2013.